

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

## ESTADOS UNIDOS

### Seis Meses de Presidência Trump

#### A Luta dos Militantes Trotskistas

Conversa com Alan Benjamin, responsável do Socialist Organizer, secção da IVª Internacional nos Estados Unidos



Manifestação operária nos Estados Unidos: "Um salário mínimo de 15 dólares por hora e um sindicato"

### A nossa história

1947: a IVª Internacional  
contra a partição da Palestina



"Campo de refugiados palestinos de Jaramana (Síria, 1948)"



Nº7 — Agosto de 2017  
4 euros

**A Internacional**

Nº 7 - Agosto de 2017

**Índice**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Notas editoriais</b>  | página 3  |
| <b>Análise</b>   |           |
| <b>Estados Unidos:</b> Seis Meses de Presidência Trump<br>A Luta dos Militantes Trotskistas nos Estados Unidos                   | página 5  |
| <b>França:</b> Da <i>France Insoumise</i> e da sua política  | página 13 |
| <b>Documento</b>   |           |
| <b>Centenário da Revolução Russa:</b> alguns documentos<br>dos <i>Cadernos do Movimento Operário</i>                             | página 21 |
| <b>A nossa história</b>  |           |
| <b>1947:</b> a IVª Internacional contra a partição da Palestina  | página 25 |
| <b>Correspondências da IVª Internacional</b>   |           |
| Alemanha   | página 32 |
| China  | página 32 |
| França   | página 33 |
| Marrocos   | página 34 |
| Portugal   | página 35 |
| Togo   | página 35 |
| Turquia  | página 36 |
| <b>Tribuna de discussão</b>  |           |
| <b>Contribuição:</b> que significado tiveram a queda da URSS<br>e o “surto” da China, medidos pela bitola da época imperialista? | página 37 |
| <b>Contribuição:</b> carta de um leitor da Alemanha a <i>A Internacional</i>   | página 41 |

**A Internacional**

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)  
 Director de publicação: Daniel Gluckstein  
 Editor : Réveil ouvrier  
 34, rue Villiers-de-L'Isle-Adam 75020 – Paris (France)  
 Tiragem: 3 000 exemplares  
 CPPAP : 0618 G 93127

**Aviso**

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

## Notas editoriais

**N**os dias 1, 2 e 3 de Novembro de 2017 realizar-se-á a Conferência Internacional da organização que se bate pela reconstituição da IVª Internacional (o CORQI). Recorde-se que o CORQI se constituiu nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2016, em Turim (Itália), por iniciativa de 46 delegados de 17 países da África, América, Ásia e Europa, no intuito de responder à *“necessidade de nos organizarmos para garantir a continuidade política da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky em 1938 e reproclamada com o camarada Pierre Lambert em 1993, actualmente sujeita a uma ofensiva revisionista e liquidacionista que ameaça a sua existência”*.

Esta ofensiva veio à tona no final de Junho de 2015, na que era então a secção francesa da IVª Internacional. Ciente de que só a discussão livre permitirá identificar o que é revisionismo liquidacionista e o que é trotskismo, o comité de animação do CORQI pôs à discussão *“Notas sobre a crise da IVª Internacional, suas raízes e significado”*, publicadas no nosso número 6. Estas notas são submetidas à reflexão não apenas dos militantes, grupos e organizações que fazem parte do CORQI, mas também de outros activistas do movimento operário, sejam quais forem os matizes e diferenças entre nós.

A conferência internacional servirá, naturalmente, para continuar a discussão sobre as raízes da crise da IVª Internacional. Servirá também, porém, para discutir os problemas que se nos deparam, internacionalmente e em cada país: Que orientação? Que palavras de ordem? Que iniciativas? Que estratégia de construção do partido revolucionário inserido no movimento operário à escala internacional e em cada um dos nossos países? Só se pode elaborar sobre estas questões respondendo a outras. Continuará a ser correcto afirmar que o imperialismo — estádio supremo do capitalismo — empurra a humanidade para a barbárie, destruindo as forças produtivas, não restando, portanto, outra maneira de salvar a humanidade senão a expropriação do capital? E ainda será correcto afirmar que a crise da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado? A Conferência Internacional do CORQI ocorrerá quase exactamente no dia em que a Revolução de Outubro de 1917 faz cem anos. A actualidade de Outubro de 1917 começa por ser, no nosso ponto de vista, a actualidade da tomada do poder político pelo proletariado para *“derrubar o capital, não reformá-lo”*, como diz o Programa da IVª Internacional. Por muito tempo que tenha passado desde que esta perspectiva foi abandonada pelas velhas direcções do movimento operário (assim como por aqueles que renunciaram à independência política da IVª Internacional, à procura do seu *“lugarzinho ao sol”* ao lado dos aparelhos), nem por isso ela deixa de estar no cerne de toda a situação mundial.

Esta edição d’*A Internacional* dedica lugar importante à actividade dos militantes trotskistas nos Estados Unidos. A situação objectiva no país imperialista mais poderoso do planeta ilustra até que ponto a manutenção da burguesia no poder (em cada país do mundo, a começar pelos Estados Unidos) mergulha a humanidade na barbárie enquanto o regime da propriedade privada se decompõe a olhos vistos. A decisão tomada por Trump e pelo director da CIA, tornada pública pela imprensa americana em 19 de Julho, de parar com o programa de financiamento dos grupos armados na Síria, depois de contribuir em grande medida para reduzir o país a cinzas, massacrar mais de 350.000 sírios e expulsar milhões de outros é uma confissão do que é a política que o imperialismo impõe ao Oriente Médio, à Ásia Central e à maior parte do continente africano.

Primeiro, porque a realização de valor no mercado armamentista implica que as mercadorias de destruição nele produzidas sejam consumidas (remeta-se nesta matéria para o artigo publicado no número 5 da nossa revista). O imperialismo é impelido a reduzir à devastação países e continentes inteiros, por muito que reconheça *a posteriori* que o pretexto invocado para o fazer (no caso específico da Síria, *“correr com Assad”*) não passava, exactamente, de um pretexto.

Em segundo lugar, porque a manutenção da ordem mundial exige que o imperialismo tente constantemente dividir e desmantelar nações e povos, tente virá-los uns contra os outros, para tentar evitar a unidade dos trabalhadores e dos povos na luta comum contra a barbárie capitalista. É por isso que o governo dos EUA inicia idênticos processos de escalada militar contra o Irão ou a Coreia. Nada menos que 2 biliões (milhões de milhões) de dólares se gastaram em intervenções militares americanas no Afeganistão, no Iraque, na Síria e na Líbia desde o 11 de Setembro de 2001. A agressão imperialista desenvolve-se em todos os continentes. Ao fecharmos este número, a ingerência imperialista ameaça a Venezuela com o mesmo caos originado no Médio Oriente. Manifestações violentas da *“oposição”*, uma pretensa *“greve geral”* para impedir as eleições convocadas pelo governo Maduro... É indiscutível que a situação das massas populares na Venezuela é extremamente difícil (apesar de uma série de medidas realmente favoráveis aos mais pobres tomadas no tempo de Chavez). Não é menos indiscutível que as instituições do velho Estado oligárquico e corrupto nunca foram varridas pela revolução *“bolivariana”* de Chavez. Porém, a responsabilidade pelo caos é da ingerência americana. No contexto, aliás, de uma ofensiva em todo o continente: no Brasil, está na ofensiva o governo do ex-informador da CIA Temer, investido pelo golpe de Estado do verão de 2016. Na Argentina, o pró-imperialista Macri multiplica medidas anti-operárias e provocações com vista a ilibar dos seus crimes

os responsáveis da ditadura militar (30.000 militantes raptados e assassinados). Mesmo assim, a burguesia americana acha-se minada pela divisão como nunca, pois nada disto permite superar a raiz da crise: a agonia do regime de propriedade privada dos meios de produção. Faz seis meses que o folhetim da presidência Trump é preenchido por ajustes de contas na cúpula do aparelho de Estado, guerra larvar entre diferentes ministérios, instituições — inclusive o FBI e a CIA — e o presidente. Toda a gente sabe que irá ser preciso esmagar como nunca a classe operária e os povos do mundo para salvar Wall Street... mas como fazê-lo, como afrontá-los sem atear processos revolucionários? Eis o que dilacera a classe capitalista. A situação no continente europeu não é mais estável. Washington indicou claramente que é tempo de os imperialismos de segunda ordem do velho continente meterem a mão na massa e na carteira. Para isso, as instituições da União Europeia terão que desempenhar até à última o seu papel de estado-maior da reacção no continente. Porém, em cada uma das principais potências, nenhum governo — não obstante as inúmeras, e cada vez mais aceradas, tentativas de impor uma ordem corporativa de arregimentação do movimento operário — está capaz de infligir uma derrota decisiva à sua própria classe operária. Têm-se, é certo, desferido golpes terríveis, e o nível de vida das massas despenha-se. Mantém-se, contudo, intacta a capacidade das massas para inverter o curso dos acontecimentos. Essa capacidade reflecte-se na resistência às tentativas do Bloco Central alemão (com o aparelho social-democrata na primeira fila) de impor o prosseguimento da política da “Agenda”. Assim como se reflecte na resistência à tentativa do governo Macron de impor, em França, um quadro corporativo de “co-construção” das suas contra-reformas. Quanto tempo se aguentará ele, estribado numa “maioria” eleita por menos de 15% dos eleitores? Confirma-se, assim, que a questão que se põe em todos os continentes é a questão da independência da classe operária e das organizações, ou seja, a questão da capacidade da classe operária — com a ajuda da vanguarda — para resolver as suas tarefas históricas. Neste ponto de vista, as organizações do CORQI estão atentas aos processos que vão no sentido da recomposição do movimento operário com um novo eixo.

Na África do Sul-Azânia, um acontecimento se deu no mês de Abril de 2017 cuja importância extravasa das fronteiras da Azânia e do continente africano. Constituiu-se uma nova central sindical, que agrupa organizações que totalizam 700.000 trabalhadores organizados, em ruptura explícita com a política da aliança tripartida que ocupa o poder desde os acordos selados com o regime de apartheid. Estes acordos, posto que não tendo outro remédio senão conceder à maioria negra a igualdade política, mantiveram, contudo, o conjunto dos privilégios económicos da minoria branca e subordinaram o país ao imperialismo pela via do pagamento, sem falha, desde 1994, da dívida contraída pelo regime racista para melhor reprimir as massas negras. A constituição da nova central sindical, a South African Federation of Trade Unions (SAFTU), é fruto de um longo processo surgido da greve de massas dos mineiros negros em Marikana, em Agosto de 2012, e põe em causa o

monopólio político-sindical da aliança tripartida. O choque ocorreu quando a polícia do governo tripartido e Ramaphosa (hoje concorrente à liderança do ANC) mandaram disparar contra os mineiros (1). Deram-se rupturas, e a tampa de chumbo com que o aparelho estalinista do Partido Comunista (SACP) e o aparelho do ANC tinham conseguido abafar o movimento operário ficou abalada. Em contraponto, o congresso do SACP que acaba de se realizar, ao reafirmar o seu compromisso indefectível com a aliança tripartida que tem atirado as massas negras da Azânia para uma pauperização sem limites desde 1994, vem uma vez mais comprovar o que vincara Leão Trotsky: *“Quanto mais as massas viram à esquerda, mais os aparelhos viram à direita”*. A constituição da SAFTU, os processos da luta de classes e da juventude que têm feito estalar as instituições podres de 1994 trazem cada vez mais para a ordem do dia a perspectiva de um autêntico Partido dos Trabalhadores da Azânia que lute pelo poder da maioria negra, pela República Negra.

É porque a crise da humanidade cada vez mais se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado que as organizações, grupos e militantes que estão a preparar a Conferência Mundial do CORQI de Novembro terão que reflectir na maneira de, nas condições da crise que o movimento operário mundial conhece em 2017, traduzirem toda a elaboração, levada a cabo há décadas, acerca da linha da transição na construção do partido revolucionário e da IVª Internacional — no âmbito, na altura, da luta pela reconstrução da IVª Internacional, com o camarada Lambert. Ou seja, no âmbito da ajuda ao reagrupamento das forças que, querendo sinceramente situar-se no terreno da independência de classe do movimento operário, da luta pela internacional operária e por autênticos partidos operários, não partilham necessariamente do programa da IVª Internacional. A crise do movimento operário produz elementos de decomposição, mas também de recomposição. Por isso apelámos, em Turim, *“na continuidade da conferência de Barcelona de 1991 que constituiu a Aliança Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária, e respeitando a iniciativa tomada pelos seus organizadores, a contribuir para o bom sucesso da Conferência Mundial de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário”*. Esta conferência mundial realizou-se. O seu Manifesto, as suas campanhas têm encontrado eco favorável entre militantes operários e organizações de mais de cinquenta países do mundo. As organizações, militantes e grupos do CORQI fazem parte integrante da construção e alargamento do Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI) que lá se constituiu como pólo de agrupamento independente através das suas iniciativas (como a campanha pela libertação dos 13 operários indianos de Maruti condenados a prisão perpétua).

**A Redacção**

(1) Em 16 de Agosto de 2012, em Marikana, a polícia sul-africana abriu fogo sobre várias centenas de trabalhadores em greve numa mina de platina: 34 operários foram mortos.



## Estados Unidos: Seis Meses de Presidência Trump A Luta dos Militantes Trotskistas nos Estados Unidos

### Conversa com Alan Benjamin, responsável do Socialist Organizer, secção da IVª Internacional nos Estados Unidos

**A Internacional:** Trump fez toda a sua campanha presidencial a dizer que ia “voltar a trazer trabalho para a América” e “make America great again”. Seis meses após a sua investidura, em que pé estamos?

**Alan Benjamin:** Trump deu vivas por se terem criado 28.000 novos postos de trabalho desde que chegou ao poder, em 20 de Janeiro de 2017. A muitos títulos, estas estatísticas são ilusórias. Os novos empregos criados são essencialmente a tempo parcial, sem regalias sociais, sem direitos sindicais, com salários horários que baixam sem parar. Os números da administração — que anuncia uma idílica taxa de desemprego de 4,5% — camuflam a destruição dos postos de trabalho a tempo inteiro e as supressões de empregos em serviços federais, como a Agência de Protecção do Ambiente (EPA).

Mas não é só isso. Trump prometeu que criaria “milhões de verdadeiros empregos” graças a um vasto programa de grandes obras financiado por investimentos públicos e privados. Disso, porém, nada se tem visto, e é provável que nunca se veja. Os empresários privados não aderiram a esse programa intensivo de obras, e, no recente orçamento, nenhum financiamento adicional foi previsto para grandes obras. Eram promessas vãs, destinadas a atrair o apoio dos operários desiludidos do “Rust Belt”<sup>1</sup>.

Trump prometeu igualmente que impediria as empresas americanas de fazerem transferências de empregos para o México. Para apresentar a medida, fez uma conferência de imprensa com a empresa Carrier, do Estado de Indiana. A imprensa revelou um pouco mais tarde que só metade dos empregos citados por Trump seriam mantidos na fábrica em questão e que a Carrier iria transferir milhares de empregos para o México e outros sítios. Era um golpe de comunicação... que acabaria por surtir efeito oposto ao previsto.

Os números do desemprego são também eles manipulados. Os assalariados que, por já não receberem subsídio de desemprego, deixam de figurar nas listas de quem está à

procura de emprego deixam de ser considerados desempregados. Desaparecem simplesmente dos registos do Estado.

Trump não é capaz de distinguir entre realidade e imaginação. Pretende que os Estados Unidos fizeram “grandes progressos na recuperação da sua grandeza”. Pura demagogia. O *Wall Street Journal* de 17 de Julho observa que o actual Congresso, de maioria republicana, é “o mais desfuncional e menos eficaz desde a guerra de secessão”. O artigo mostra de que maneira o bloqueamento que se apoderou de Washington — devido, antes de mais nada, à crise e às divisões no partido de Trump — tem entravado toda a acção para aplicar o programa de Trump, seja a revogação ou “emenda” da reforma da saúde de Obama, o “Obamacare”, seja a desregulamentação financeira (Dodd-Frank), a promulgação de pautas aduaneiras sobre produtos importados (que Trump anunciara para financiar o muro fronteiriço entre os Estados Unidos e o México), seja, ainda, a aplicação da sua reforma fiscal degressiva.

Nesta última matéria, Trump anunciou publicamente que não poderia dar seguimento à redução de impostos de 6,2 biliões de dólares a favor dos ricos enquanto a reforma Obamacare da saúde não fosse revogada: previu já uma redução de impostos de 592 mil milhões de dólares para as empresas e investidores nos próximos vinte anos. Como os republicanos não conseguiram revogar e substituir o Obamacare — fracasso particularmente significativo —, o grande projecto de redução de impostos de Trump esbarra, portanto, em novos obstáculos.

Crise política igualmente: Trump não conseguiu preencher mais de metade dos postos de alto nível de responsabilidade do seu executivo.

Wall Street deu por si “pendurada” na expectativa de significativas reduções fiscais prometidas por Trump ao grande capital e no seu plano de aceleração da desregulamentação dos mercados financeiros. Ora, os sinais que indicam que Trump talvez não consiga cumprir as

<sup>1</sup> A “Rust Belt” ou “cintura da ferrugem”, região do Nordeste dos Estados Unidos, de Chicago à costa atlântica, passando pela orla

dos grandes lagos, assim conhecida devido à desindustrialização que sobre ela se abateu a partir dos anos oitenta.

promessas que fez aos *banksters*<sup>2</sup> já andam a causar ondas de choque na Wall Street. Num primeiro momento, quando Janet Yellen, a presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos (a Fed), anunciou que a Fed iria começar a aumentar as taxas de juro, o Dow Jones começou a subir. Porém, uma vez que as previsões de crescimento económico foram revistas em baixa e se instalou a incerteza quanto à volatilidade dos mercados financeiros, Yellen fez marcha-atrás quanto à subida das taxas de juro. Tudo isto dá-se numa situação em que a economia evolui no terreno escorregadio dos capitais fictícios e de uma especulação desenfreada — reflexo do beco sem saída em que se acha o sistema capitalista agonizante.

Os meios de comunicação americanos não podem, no mais, esconder que Trump conhece a maior impopularidade alguma vez registada na história nesta etapa do mandato presidencial. O que levava o *New York Times* de 13 de Julho a escrever: *“Trump ganhou as presidenciais graças a um populista apelo às armas, a dar prioridade aos “americanos esquecidos”, devolvendo trabalho àqueles que, apesar da recuperação económica, ainda sofriam. Não fez nada disso... Seis meses após a investidura, só 26% confiam no Congresso e só 32% apoiam a política de Trump.”*

**A Internacional: Trump acaba de apresentar o seu projecto de orçamento. Quais são as grandes orientações?**

A.B.: Trump prometeu que o seu orçamento seria equilibrado (aliás, que haveria um excedente de 16 mil milhões de dólares em 2027). Depois de examinar o projecto, a Comissão dos Orçamentos do Congresso (CBO) declarou que as projecções de Trump sobre o crescimento da economia eram totalmente irrealistas. Segundo a comissão, é de esperar um abrandamento brutal da economia a partir de 2018. Em consequência, o défice deve aumentar, atingindo 720 mil milhões de dólares nos próximos dez anos. O raciocínio é o seguinte: mesmo que o orçamento de Trump compreenda reduções maciças das despesas sociais do país, o orçamento afectado à “defesa” — ou seja, o orçamento da guerra — e à segurança interna vai subir em flecha.

O orçamento da “defesa” para 2018, o maior capítulo, foi aumentado 696.500 milhões de dólares. É 75.000 milhões de dólares superior ao orçamento de guerra de Obama, que já batia recordes. Segundo o relatório do National Priorities Project publicado em Maio de 2017, o Estado americano gastou 7,6 biliões de dólares em segurança interna e nos exércitos desde o 11 de Setembro de 2001. E isto nem inclui as despesas de longo prazo destinadas a tratar soldados gravemente feridos.

Outra verba orçamental importante: 2.600 milhões de dólares para melhorar a “segurança fronteiriça”.

Por outras palavras, é um orçamento de guerra contra a classe operária e os oprimidos dentro e fora de portas.

É também de realçar o agravamento da crise que se abate sobre as finanças de vários Estados, que não só sofreram reduções drásticas de dotações federais como também uma diminuição das receitas, em virtude de significativas reduções de impostos para os ricos. O Estado do Illinois, confrontado com um défice de 6.200 milhões de dólares, adoptou o seu primeiro projecto de lei de despesa em dois

anos, no seguimento do mais longo bloqueamento orçamental desde a guerra da Secessão (um dos métodos utilizados para resolver o bloqueamento foi retirar a considerável quantia de 2.000 milhões de dólares do regime de aposentação dos funcionários — para o qual eles haviam descontado mensalmente para garantirem uma pensão decente).

Os Estados de Maine e de New Jersey viram-se obrigados a interromper o funcionamento dos seus serviços públicos antes de conseguirem adoptar um orçamento.

**A Internacional: Entre as dificuldades com que Trump se defronta, há uma que merece destaque: a persistência, no quadro do Estado burguês, de segmentos de democracia política provindos da revolução americana, que representam um obstáculo às tentativas de um sector da burguesia americana de instaurar um poder forte. Como é?**

A.B.: A crise política do imperialismo americano vai-se intensificando. Como vocês realçam, as suas instituições não se adaptam completamente ao seu papel de polícia do mundo. O sistema judicial, por exemplo, não está inteiramente sujeito à presidência imperial: o 9º Tribunal da Relação bloqueou elementos essenciais da proibição de viajar que Trump decretara e invalidou alguns aspectos da política de Trump contra os imigrantes.

Em certa medida, o sistema de equilíbrio entre poderes e contrapoderes faz com que, com a Constituição americana, seja mais difícil criar um sistema neomonárquico do tipo do que Macron gostava de instaurar em França. Nos Estados Unidos, não há, por exemplo, o equivalente do nº 3 do artigo 49º da Constituição francesa.

O “quarto poder” — ou seja, os meios de comunicação — ainda está em condições de reflectir as profundas divisões que existem dentro da classe dominante quanto à forma de dirigir o navio do Estado, apesar do desaparecimento regular de jornais independentes e da presença de grandes conglomerados na comunicação social. Isso explica as diatribes quase quotidianas de Trump contra a comunicação social, acusada de espalhar pretensas “pseudonotícias”. O caso das ligações com a Rússia, de que a imprensa se faz eco todos os dias, poderá acabar por fazer cair Trump. A batalha entre Trump e os mais altos responsáveis do FBI e do ministério da justiça tem, nos últimos meses, absorvido grande parte das energias da classe dominante: por iniciativa de dois representantes californianos no Congresso, iniciou-se um processo de destituição presidencial.

A tradição das assembleias públicas da população, de que Tocqueville falou com tanta eloquência há cento e oitenta anos, continua a ser, fundamentalmente, um elemento capital do tecido político. É um vestígio de um período anterior da história dos Estados Unidos.

Aquilo que pôs em xeque o projecto de Trump de reforma da saúde foram, em grande parte, as dezenas de milhares de partidários seus que se engalfinharam com os seus representantes eleitos em reuniões desse tipo por todo o país. Aqueles que o haviam apoiado com fervor na América rural deram livre curso à sua cólera contra o projecto de liquidar o Medicaid, o seguro de saúde para os mais desfavorecidos, e fizeram o que tinham a fazer para não

<sup>2</sup> “Bankster” é um neologismo formado das palavras “banqueiro” e “gangster”, designando os especuladores sórdidos.

haver dúvidas de que os seus representantes tivessem escutado o recado.

A questão dos direitos dos Estados também importa. Na Constituição, os direitos dos Estados representaram uma concessão aos Estados escravagistas do Sul. Ao longo de toda a história dos Estados Unidos, os direitos dos Estados têm sido invocados para barrar qualquer legislação progressista vinda do governo federal. O melhor exemplo disso foi a confrontação entre o governo federal e os Estados do Sul durante as manifestações pelos direitos civis nos anos sessenta.

Hoje, contudo, os direitos dos Estados são brandidos por alguns governadores e parlamentos estaduais em oposição à política reaccionária da administração Trump. Numerosos Estados invocam, por exemplo, o respeito do seu estatuto de “refúgio” contra as directivas de Washington — estatuto em virtude do qual as autoridades estaduais e municipais, tal como serviços de polícia, se têm recusado a colaborar com o Serviço das Alfândegas e Imigração (ICE). Dão-se, assim, situações inéditas. No Texas, a administração Trump ameaça retirar financiamento e mesmo sancionar com pesadas penas de prisão todo o responsável de nível municipal ou estadual que se recuse a aplicar as suas directivas em matéria de problemas de “segurança” ligados à imigração.

Este é, contudo, apenas um dos lados da questão. Se bem que se mantenham segmentos de democracia política que favorecem o aprofundamento de uma crise na cúpula do poder, eles estão sendo progressivamente corroídos, dia após dia. Os Patriot Acts 1 e 2 reduziram substancialmente os direitos democráticos.

Afastam-se militantes pacifistas das linhas aéreas comerciais por envergarem camisolas contra a guerra. O imperativo da “segurança nacional” conferiu ao Estado o direito de atacar direitos fundamentais inscritos no Bill of Rights, ou Declaração de Direitos (as dez primeiras emendas à Constituição).

Ainda, pois, que, em certos aspectos, a política imperialista americana se depare com obstáculos, o poder destrutivo do imperialismo continua a causar devastação. As suas vítimas são a classe operária e os povos oprimidos pelo mundo fora, Estados Unidos incluídos.

**A Internacional: O nº 5 d’A Internacional publicava um artigo sobre a expansão da economia armamentista, factor de destruição das forças produtivas. Trump anunciou querer aumentar as despesas militares em 54.000 milhões de dólares, mandou assinar alguns contratos chorudos, nomeadamente com a Arábia Saudita, na previsão de uma guerra vindoura contra o Irão. Há também ameaças contra a Coreia do Norte e o anúncio de envio de 5.000 soldados suplementares para o Afeganistão. Quais são as grandes tendências da política externa de Trump?**

A.B.: Trump ganhou as eleições presidenciais graças, em parte, à sua pretensão de ser um “isolacionista” — por outras palavras, de ir acabar por retirar os Estados Unidos de todos os pontos quentes do globo, concentrando energias na criação de empregos e em “devolver grandeza à América”.

O povo americano está farto de todas estas guerras travadas além-fronteiras, considerando-as com desconfiança. Sucessivas sondagens têm revelado sempre a predominância deste sentimento anti-guerra da maioria operária. Como

toda a gente pode ver, se se gastaram cerca de 1,26 biliões de dólares só no Iraque e no Afeganistão — o mundo nem por isso ficou mais seguro; pelo contrário, está muito mais perigoso.

O pretensão “isolacionismo” de Trump é uma treta. Como antes indiquei, ele alcandorou o orçamento da guerra a níveis nunca antes vistos. Além disso, o Congresso controlado pelos Republicanos não se contentou com o aumento de 54.000 milhões de dólares. Aumentou as despesas militares para o exercício orçamental de 2018 em 72.000 milhões de dólares.

Conforme demonstrado no desfile militar de 14 de Julho, presidido por Macron e Trump em Paris, o imperialismo americano continuará a insistir junto dos “aliados” para que estes assumam uma parte maior dos encargos das intervenções militares pelo mundo fora, isto sem deixar de insistir no direito dos Estados Unidos de intervirem seja onde for, sempre que o entendam necessário. Actualmente, por exemplo, Trump exerce pressão sobre a China para ela “refrear” a Coreia do Norte, do mesmo passo que larga a sua máquina de guerra contra a Coreia do Norte, com os mísseis Thaad.

Enquanto isto, Trump intensifica o envio e venda de armas à Arábia Saudita (110 mil milhões de dólares para o exercício orçamental de 2018), com o objectivo de utilizar interpostas tropas para intervir nos territórios vizinhos, especialmente no Irão e na Síria. O apoio americano ao Estado sionista de Israel e à sua guerra de aniquilação do povo palestino não conhece, por seu lado, trégua; desapareceu mesmo o semblante de os EUA apoiarem a pretensa solução dos dois Estados.

As guerras dos Estados Unidos além fronteiras exacerbam-se, com elevado risco de explodirem em numerosas regiões de todo o globo.

**A Internacional: No Boletim de Informações do Comité Operário Internacional (COI), vários militantes sindicalistas — Nancy Wohlforth, Donna Dewitt, Gene Bruskin — mostram-se preocupados por o anúncio de Trump de que aumentaria o orçamento militar americano em 54.000 milhões de dólares não ter provocado nenhuma crítica da parte das cúpulas da AFL-CIO. Terão porventura os trabalhadores americanos passado a ser favoráveis à política de guerra em todas as frentes inaugurada por Bush em 2001 e continuada e agravada por Obama e depois por Trump?**

A.B.: O silêncio das cúpulas da AFL-CIO sobre a escalada bélica e o aumento das despesas armamentistas do projecto de orçamento de Trump para 2018 tem sido vivamente criticado por dirigentes do movimento antiguerra e dos sindicatos nos Estados Unidos. Os responsáveis do US Labor Against the War (USLAW), a aliança do movimento operário contra a guerra, ficaram a matutar donde é que o presidente da AFL-CIO, Richard Trumka, estará à espera que saia a criação de emprego e a preservação do ensino e dos serviços públicos quando a maior parte dos “dólares da paz” são desviados para a tropa.

Uma declaração da direcção da USLAW fazia notar que o silêncio dos altos dirigentes da AFL-CIO nesta matéria “contradita a própria declaração do conselho executivo da AFL-CIO de Agosto de 2011, que afirmava que “a



militarização da nossa política externa tem sido um erro dispendioso. É altura de investir no nosso país.””.

Os militantes e simpatizantes do USLAW estão preparando a apresentação de uma série de resoluções contra a guerra à próxima convenção da AFL-CIO em Saint-Louis. Não, o povo americano não apoia as guerras travadas pelo mundo fora em nome da “luta contra o terrorismo”. Na história americana recente, a taxa de abstenção só uma vez foi superior à das eleições presidenciais de 2016. O povo rejeitou os candidatos gémeos da guerra e da exploração: porventura Trump terá aparecido a muitos cidadãos como mal menor e Clinton como falcão.

**A Internacional: Compareceu em Mumbai<sup>3</sup> uma delegação significativa de militantes operários e negros, que se considera parte integrante do COI, no centro de cuja constituição esteve a luta contra a guerra. Que iniciativas se poderão contemplar para inverter essa tendência para alinhar com as intervenções imperialistas?**

A.B.: Por iniciativa dos simpatizantes do Comité Operário Internacional, têm-se adoptado resoluções sindicais e organizado acções contra as guerras e intervenções americanas na Síria, no Afeganistão, na Coreia do Norte e na Venezuela (onde agentes americanos andam a fomentar um golpe de Estado contra o governo legítimo de Nicolas Maduro).

Todavia, o alcance destas acções está muito aquém do que seria necessário para travar a mão dos fautores de guerra americanos. Enquanto Socialist Organizer, secção do CORQI nos Estados Unidos, estudámos as razões por que não tem havido acções de frente única de massas na rua como houve durante a guerra do Vietname. Há numerosas razões objectivas para isso — sendo a principal o fim do serviço militar obrigatório e o regresso a um exército de voluntários. Há também, porém, importantes razões subjectivas. A primeira é a recusa da direcção do movimento operário americano em pôr-se à cabeça da luta contra as guerras dos Estados Unidos. Além disso, as principais alianças de movimentos antiguerre estão embrenhadas em ásperas lutas sectárias, muitas delas com origem em posições políticas que, partindo de pontos de vista muito diferentes, viram costas à simples, mas imperiosa palavra de ordem: “Retirada imediata das tropas americanas!”

Algumas alianças querem acrescentar a esta reivindicação um apelo a apoiar o regime de Assad, o que é, evidentemente, inaceitável. Outros, inversamente, pretendem associar-lhe o apelo a pôr termo a todas as intervenções externas na Síria. Colocam, assim, a intervenção da Rússia e do Irão no mesmo pé da dos Estados Unidos. Isto condu-los a apelar ao apoio a forças (nomeadamente islamistas) financiadas pelos Estados Unidos — o que é igualmente inaceitável.

O Labor Fightback Network (LFN - Rede de Resistência Operária) formou-se, em parte, para forjar a unidade do movimento americano contra a guerra em volta das palavras de ordem de “Retirada imediata!”, “Dinheiro para o trabalho, não para a guerra!”. Na terceira conferência da LFN de 21, 22 e 23 de Julho, adoptou-se uma resolução que apelava a

desenvolver a luta contra a guerra com base na frente única. Estiveram presentes representantes de várias grandes alianças antiguerre.

**A Internacional: Nas eleições presidenciais, a direcção da AFL-CIO, na linha da sua política do “mal menor”, apoiou Clinton, candidata do Partido Democrata e candidata oficial da Wall Street. Após a eleição de Trump, centenas de milhares de trabalhadores americanos manifestaram-se, em 19, 20 e 21 de Janeiro, exprimindo a sua rejeição de vários aspectos do seu programa reaccionário (contra os trabalhadores imigrantes, pela privatização do ensino, etc.). No entanto, a direcção da AFL-CIO esteve ausente. Depois, Trumka encontrou-se com Trump, anunciando a sua vontade de cooperar com ele. Ora, o programa de Trump inclui o alargamento dos programas “Right to Work”, cuja finalidade é destruir o movimento sindical. Em que pé estamos?**

A.B.: Aquela massiva manifestação de cólera e resistência contra os projectos reaccionários de Trump excedeu largamente todas as expectativas. Calcula-se em mais de 3 milhões o número de pessoas que participaram nessas acções entre 19 e 21 de Janeiro, em mais de 250 cidades americanas. Em muitos sítios, as secções sindicais compareceram. Estiveram igualmente na rua centenas de milhares de sindicalistas, embora a imensa maioria não integrada em cortejos sindicais organizados.

O grande ausente foi o movimento operário organizado, cujos dirigentes se andavam a encontrar com Trump em Washington, oferecendo-lhe o seu apoio ao pretenso plano de “criação de emprego” — pura ficção — e ao seu projecto de “reforma” do sistema de imigração, para “proteger os trabalhadores americanos”, regredindo, assim, às posições retrógradas que a AFL-CIO abandonara no final dos anos noventa.

Cumpre-me acrescentar que, nessas reuniões, os altos dirigentes não puseram em xeque, nem muito menos denunciaram, a vontade de Trump de alargar a legislação “Right to Work” a todo o país por via do projecto de lei federal do mesmo nome. E, no presente caso, não há que morder a língua: estamos perante um ataque explícito, de grande amplitude, cuja finalidade é fazer desaparecer o movimento operário organizado dos Estados Unidos.

Para ter um antegosto do que nos espera, olhe-se para o que se passa no Sul, onde a legislação “Right to Work” tem existido desde os alvares do movimento sindical. A taxa de sindicalização é à volta de 3% da mão-de-obra: greves e acções no local de trabalho, não há. A exploração não conhece limites. As multinacionais que se depararam com campanhas de sindicalização no México ou na Coreia estão a transferir-se para o Sul dos Estados Unidos, onde não há sindicatos e os lucros podem disparar.

O Estado do Wisconsin dá-nos igualmente uma ideia do que nos espera. Ali, os funcionários começaram por se sindicalizarem em massa no final dos anos quarenta e início dos anos cinquenta. Quando o Partido Democrata traiu a revolta do Wisconsin de 2011, a contra-ofensiva da direita foi impiedosa. O governador Scott Walker e o parlamento

<sup>3</sup> Reuniu-se de 18 a 30 de Novembro, em Mumbai (Bombaim, Índia), a Conferência Mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, que juntou centenas de delegados vindos de todo o

mundo, que constituíram o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária.

republicano do Estado fizeram passar o “Right to Work”. O número de sindicalizados do Estado despenhou-se, abrindo caminho à destruição generalizada das escolas públicas e dos serviços sociais. Seguidamente, o “Right to Work” foi aplicado no coração industrial do Michigan.

Foi um escândalo, amplamente denunciado pela base e por escalões intermédios do movimento sindical, ver Trumka e os dirigentes dos sindicatos da construção reunirem-se em Washington para, primeiro que tudo, darem “apoio crítico” ao programa anti-operário de Trump.

**A Internacional: Apesar desta política de alinhamento das cúpulas, há resistências a todos os níveis do movimento sindical. Sendo tu próprio militante sindical na Califórnia, podes explicar-nos o que significa o “comité de resistência” que a California Federation of Labor acaba de constituir?**

A.B.: Há uma resistência tenaz, muito espalhada, a todos os níveis do movimento sindical americano. No entanto, ela vem com uma grande preocupação. Em dezenas de cidades de todo o país, uniões locais têm constituído comités operários de resistência em conjunto com secções do movimento Jobs with Justice, a fim de combater todas as directivas anti-operárias de Trump. Em São Francisco, a união de sindicatos local faz parte desse comité, que se dedica a defender os trabalhadores imigrantes, a pôr cobro à privatização do ensino público encorajada pela ministra da educação Betsy DeVos, a promover um verdadeiro programa de criação de empregos, pagos correctamente, para os trabalhadores da construção civil e a lutar contra o “Right to Work”.

Em 28 e 29 de Junho, realizou-se em Los Angeles uma cimeira dos comités de resistência do Estado para organizar a resistência contra o “Right to Work” ao nível de toda a Califórnia. Quase 800 delegados eleitos vieram de todos os cantos do Estado para participar na cimeira. Foi um acontecimento positivo: uma primeira tentativa de centralizar a nossa resposta. O principal interveniente foi o presidente da AFL-CIO, Richard Trumka.

Contudo, a cimeira propriamente dita foi uma desilusão. Em vez de preparar a luta para parar com o desmantelamento dos sindicatos através da legislação “Right to Work”, Trumka e a direcção da AFL-CIO da Califórnia só se preocuparam em saber como é que os sindicatos haviam de sindicalizar novos aderentes, uma vez o “Right to Work” adoptado pelo Congresso republicano e ratificado pelo Supremo Tribunal, de maioria republicana. Dito de outra maneira: reconheceram a derrota, antes de sequer darem combate.

O que dizem os sindicalistas reunidos em Cleveland na conferência da Rede de Resistência Operária (LFN) é que há condições — vistas as profundas divergências na cúpula do poder político em Washington e os movimentos massivos de resistência na rua — para os sindicatos passarem à ofensiva e organizarem jornadas nacionais de acção e greves para parar o “Right to Work” em companhia dos aliados do movimento sindical, pois, uma vez os sindicatos destruídos, destruídos ficarão igualmente os salários e condições de trabalho de todos os assalariados, sindicalizados ou não.

O cenário catastrofista antecipado por Trumka em Los Angeles é desmobilizador e derrotista. Porém, a contradizê-

lo está o número crescente de sindicalistas a todos os níveis que não se resignam às respostas dadas pelos que estão à cabeça do movimento sindical.

**A Internacional: Realiza-se em Saint-Louis, em Outubro, um congresso da AFL-CIO. Neste exacto momento, Trump, que prometera abolir o Obamacare, está em dificuldades. Como se põe para os trabalhadores americanos a questão vital que é a da saúde, e o que se joga neste congresso?**

A.B.: A questão do sistema de saúde — e da absoluta necessidade de impor o *Single Payer*<sup>4</sup> — está no centro da situação política nos Estados Unidos. Quando se vêem as dissensões entre os Republicanos, o momento é propício, e o movimento sindical deve, juntamente com os inúmeros activistas do *Single Payer*, passar à ofensiva para consegui-lo. Não há outra solução à crise do sistema de saúde a não ser generalizar o Medicare (um sistema *Single Payer* que funciona bem para as pessoas idosas) a toda a gente, seja qual for a idade.

A convenção nacional da AFL-CIO que se reuniu em Pittsburgh em Outubro de 2009 votou o apoio ao *Single Payer*. Foi um momento importante. No entanto, mal a AFL-CIO aprovava a resolução a favor do *Single Payer*, começou logo a pô-la de lado, votando por apoiar o Obamacare e fazer campanha por esse sistema, que se baseia num seguro de doença alargado e privado (e caro). Trumka declarou: “Somos a favor do *Single Payer*, mas neste momento não é um objectivo realizável, por isso temos de avançar por etapas e apoiar a lei reguladora do sistema de saúde acessível (Obamacare).”

A coisa foi tão mal enjorcada, que a direcção da AFL-CIO deu o seu apoio à decisão do comité nacional do Partido Democrata, reunido em Julho de 2016 em preparação da convenção de Filadélfia, de proibir inteiramente a discussão sobre o *Single Payer* na convenção, a pretexto de que tal manifestação poderia prejudicar Hillary Clinton e as suas possibilidades de ganhar a investidura do Partido Democrata e a presidência. Escusado é dizer que os partidários de Bernie Sanders, que haviam feito do *Single Payer* o seu principal eixo de campanha, se sentiram traídos pelo comité nacional do Partido Democrata e pela cúpula do movimento sindical.

Porém, neste caso, a história, uma vez mais, não se ficou por aí. Os partidários do *Single Payer* fazem grandes manifestações de rua em todo o país. Propõem, neste momento, iniciativas baseadas no *Single Payer* ao nível de Estado (como o projecto SB 562 do Senado da Califórnia) e põem de pé coligações e alianças para avançar nesta matéria. A campanha trabalhista pelo *Single Payer* (Labor Campaign for Single Payer Healthcare), que recebeu apoio de dirigentes sindicais de alto nível em mais de vinte e oito Estados e centenas de uniões locais, é uma das correntes mais dinâmicas do movimento operário. E fortalece-se de dia para dia.

**A Internacional: Um dos aspectos mais brutais da política de Trump contra a classe operária é o agravamento da política iniciada no tempo de Obama de expulsão de centenas de milhares de trabalhadores imigrantes que deixaram o México e os países da América Central em**

<sup>4</sup> *Single Payer* refere-se a um sistema de segurança social “de um só pagador”, ou seja, baseado na solidariedade operária.

**consequência da devastação provocada pelos tratados de comércio livre, pelo desenvolvimento da economia mafiosa da droga, etc. Esta política concentra-se no anúncio de Trump de construção de um muro na fronteira com o México. Entretanto, neste país, cresce a mobilização operária e popular contra o governo Peña Nieto. Que discussões e que elaboração conjunta fizeram o Socialist Organizer e os militantes mexicanos do comité CORQI do México, que iniciativas conjuntas tomaram?**

A.B.: É uma questão maior para nós, dos dois lados da fronteira. Por ocasião da conferência da Rede de Resistência Operária (LFN) em Cleveland, foi tornado público um apelo, subscrito por 100 militantes operários, camponeses, jovens, políticos e sindicais, metade deles do México, a outra metade dos Estados Unidos, nomeadamente o camarada Baldemar Velazquez, um dos organizadores do FLOC, o sindicato dos operários agrícolas dos Estados Unidos. Deixem-me citar alguns extractos do apelo:

*“Numa tentativa abertamente racista de fazer dos imigrantes os responsáveis por todos os males de uma economia em deliquescência ao serviço do grande capital, Donald Trump propõe-se construir um muro a todo o comprimento da nossa fronteira e passar o número de deportações para mais de 700.000 por ano, mais do dobro do atingido no tempo da administração Obama.*

*Este “muro da vergonha”, conforme o nome que se lhe dá dos dois lados da fronteira, é o fruto de mais de vinte anos de política de “comércio livre” (os tratados NAFTA e CAFTA<sup>5</sup> em particular) que tem destruído a economia do México, transformando uma nação soberana numa vasta “maquiladora”, numa oficina de miséria aberta às multinacionais. Esta política obrigou milhões de camponeses, operários e jovens mexicanos e centro-americanos a fugirem para os Estados Unidos na esperança de encontrarem maneira de alimentar as suas famílias.*

*No México, o NAFTA foi a principal arma das multinacionais americanas para impulsionar pretensas reformas — na realidade, contra-reformas — de privatização dos caminhos-de-ferro, da companhia petrolífera nacional mexicana (a PEMEX), das telecomunicações, da electricidade, das minas, do ensino público e de outras empresas e serviços públicos, incluindo o sistema de saúde. O NAFTA destruiu a produção agrícola da nação: hoje, 45% dos produtos de consumo de base provêm do estrangeiro. O México depende agora dos Estados Unidos para o abastecimento em feijão, milho, arroz, açúcar e trigo. O NAFTA destruiu igualmente a indústria da carne mexicana: as importações de carne americana aumentaram 750% durante os últimos vinte e cinco anos. (...) O “muro da vergonha” e o NAFTA são uma agressão à soberania e ao povo do México, mas representam igualmente um ataque contra os trabalhadores e sectores inteiros da população dos Estados Unidos, onde têm sido destruídos empregos a tempo inteiro e dotados de regalias sociais, e os sindicatos têm sido desmantelados ante a ameaça patronal de encerrar fábricas e transferir produção*

*para países em que os salários são mais baixos, do outro lado da fronteira. (...)*

*Trump faz tentações de “renegociar o NAFTA” — mas unicamente no interesse das grandes empresas americanas, não no dos trabalhadores do México ou dos Estados Unidos. O novo acordo que Trump quer fazer passar só agravará ainda mais os ataques aos trabalhadores e às suas organizações, em primeira linha aos seus sindicatos.*

*Enquanto isto, no México, Peña Nieto nomeia para secretário para os negócios estrangeiros Luis Videgaray; será ele a “renegociar” o NAFTA. Videgaray é o homem da Wall Street no México (...).*

*Mais do que nunca, os trabalhadores e a juventude necessitam de tecer laços transfronteiriços e de se unirem numa luta independente para abater o “muro da vergonha”, bloquear o NAFTA e o CAFTA, parar e pôr em xeque todas as políticas que emanam do programa de “comércio livre” do grande capital (...). Trabalhemos juntos pela construção de um ampla conferência binacional com estas reivindicações conjuntas. A data e local serão marcados pelos primeiros signatários.*

- *Abaixo o “muro da vergonha”!*
- *Nem mais uma deportação!*
- *Bloqueio do NAFTA e do CAFTA!*
- *Fim às privatizações e contra-reformas!*
- *Apoiemos o direito dos trabalhadores a sindicalizarem-se e a terem contratos colectivos dos dois lados da fronteira!*

**A Internacional: Todos os problemas que acabamos de evocar condensam-se numa só questão: face a Trump, reflexo da crise profunda do regime capitalista no mundo e nos próprios Estados Unidos, a classe operária americana não dispõe de uma representação política. Os seus dirigentes sindicais continuam ligados ao Partido Democrata, portanto a um dos dois partidos da burguesia americana. Mantém actualidade a perspectiva de um Labor Party — um partido trabalhista apoiado no poderoso movimento sindical — que Leão Trotsky avançava nas suas discussões com os dirigentes do SWP no final dos anos trinta?**

A.B.: A necessidade de um Labor Party apoiado nos sindicatos e ligado à luta por um partido negro independente é mais actual do que nunca. Ainda que muito enfraquecido por ter passado décadas enfeudado ao Partido Democrata, o movimento sindical continua a ser uma força temível. E a sua força potencial, se se libertar da subordinação aos Democratas, pode crescer exponencialmente.

Para só falar da eleição de 2016, os sindicatos gastaram 400 milhões de dólares a apoiar Clinton. Só o SEIU<sup>6</sup> pôs 70 milhões em cima da mesa. Segundo números da AFL-CIO, os sindicatos mobilizaram dezenas de milhares de activistas que andaram porta-a-porta e visitaram 9,5 milhões de casas.

<sup>5</sup> O NAFTA é o Acordo de Comércio Livre Norte-Americano, que entrou em vigor em 1994, entre o Canadá, o México e os Estados Unidos, para benefício dos capitalistas norte-americanos. O CAFTA, assinado em 2004 e 2009, instaurou uma zona de comércio livre entre os Estados Unidos e os seguintes países: Costa Rica,

República Dominicana, Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua).

<sup>6</sup> O SEIU é um sindicato de 2,2 milhões de filiados, nos Estados Unidos e no Canadá, nos sectores dos serviços, da saúde e da segurança e manutenção.

Gastaram 40 milhões de dólares só para conseguirem que novos eleitores se inscrevessem nas listas eleitorais.

Evidentemente, esta mobilização sindical foi para apoiar a verdadeira candidata da Wall Street, rejeitada por um número imenso de sindicalistas; entre os sindicalizados, Clinton ganhou a Trump por uma diferença pequena. A campanha falhou. Resta, porém, que estes recursos continuem a existir e se poderiam pôr ao serviço de uma acção política independente da classe operária.

Como temos repetido em muitas ocasiões em editoriais de *The Organizer*, o principal obstáculo com que se deparam os trabalhadores deste país é a subordinação das direcções dos sindicatos ao Partido Democrata, quando os sindicatos são as únicas organizações que representam e organizam os trabalhadores numa base classista. Uma das tarefas centrais a que os militantes operários independentes têm de se dedicar é, pois, a de ajudar os sindicatos a libertarem-se desta hegemonia.

Os trabalhadores procuram, na verdade, outras soluções.

Nnamdi Scott apresentou-se como candidato operário negro independente às eleições municipais de Baltimore e obteve praticamente 10% dos votos, com uma campanha reduzida dado o pouco dinheiro de que dispôs. O que faz falta é que, em 2018, haja em todo o país dezenas de campanhas como a de Nnamdi Scott.

O que faz falta é um comité de organização nacional dirigido por sindicalistas, negros e latinos, para defender uma nova estratégia política para o movimento operário organizado. Um comité assim, decalcado dos Labor Party Advocates<sup>7</sup>, patrocinaria, evidentemente, acções de resistência de rua, massivas e independentes, mas o seu principal objectivo seria lançar verdadeiras candidaturas independentes dos sindicatos e organizações populares para as eleições locais e estaduais de 2018.

Há três anos, após o descalabro do Partido Democrata nas eleições intercalares de 2014, 19 militantes de base do Ohio seguiram a iniciativa de Jerry Gordon, secretário (entretanto falecido) da organização Rede de Resistência Operária (LFN). Enviaram uma “carta aberta” à união local central dos sindicatos de Cleveland, em que a instavam a apresentar candidatos independentes, saídos dos sindicatos e das organizações populares, às funções electivas locais. A sua mensagem tem hoje candente actualidade.

Eis o que eles escreviam:

*“Enquanto fazemos contas à esmagadora derrota que o movimento operário organizado sofreu nas eleições de 4 de Novembro, é imperativo rever a nossa estratégia eleitoral. Em nossa opinião, é preciso que o movimento sindical — com os nossos aliados das organizações populares — apresente candidatos para as funções electivas locais. Não temos por*

*que contar com um partido político, seja ele qual for, para fazer por nós o que temos de ser nós a fazer. (...). Toda a gente está farta dos dois grandes partidos e, no dia 4 de Novembro, rejeitou claramente o Partido Democrata, um partido que continuamos a apoiar com o nosso dinheiro e militantismo, de eleição em eleição.*

*É tempo de mudar! É tempo de construir uma verdadeira alternativa!*

*Como, da parte do movimento sindical e dos seus aliados, falta uma voz que se faça ouvir para criticar o governo nas eleições, o resultado é os grandes capitalistas e os seus valetes políticos monopolizarem a situação; e Wall Street decapita garrafas de champanhe a festejar os resultados das eleições de 4 de Novembro.*

*Perfilam-se dias negros para os sindicatos. Do que precisamos com toda a urgência é de que todo o movimento discuta do que é preciso fazer para ganhar verdadeira influência no terreno político e eleitoral. Que digam o que tenham a dizer aqueles que querem ficar com os Democratas (ou que se querem virar para o Partido Republicano, anti-sindical). Mas que se façam ouvir também aqueles que querem uma acção política independente. Por isso, esperamos vivamente que a federação sindical AFL-CIO North Shore organize esse debate nos próximos dias.”*

É tempo de ir buscar outra vez esta “carta aberta”, transformando-a em resoluções a apresentar aos sindicatos e uniões locais de todo o país.

É tempo de organizar uma conferência ampla que se dirija a todos os sindicalizados e a todos os oprimidos, defendendo a ideia de apresentar candidatos independentes em nome dos sindicatos e das organizações populares e para que as discussões se pautem pela necessidade de construir um novo partido político da maioria trabalhadora, um partido arraigado nos sindicatos e organizações dos oprimidos. Essa é a perspectiva que grande número dos nossos propôs à conferência da LFN de Cleveland, entre 21 e 23 de Julho, e que a conferência aprovou.

**A Internacional: A questão negra nos Estados Unidos sempre foi considerada pelos marxistas como uma questão nacional especial, por resolver. O SWP<sup>8</sup>, antes de degenerar, adoptara um manifesto, “Freedom Now!”, que procurava articular a posição dos marxistas sobre a questão negra e a perspectiva de um partido negro independente. Nestes últimos tempos, *The Organizer* tem dado a palavra a militantes, nomeadamente do UPPP<sup>9</sup> de Baltimore, que apresentaram uma candidatura negra independente às eleições. Estiveram presentes em Cleveland. Que perspectivas para a acção política negra independente?**

<sup>7</sup> O Labor Party Advocates — “partidários do Labor Party” — juntava militantes operários, nomeadamente sindicalistas, e organizações que lutavam por um Labor Party. Dirigido por Tony Mazzocchi (falecido em 2003), foi uma alavanca para a tentativa de constituir um Labor Party de base sindical em 1996. Os militantes do Socialist Organizer fizeram parte integrante deste processo.

<sup>8</sup> Socialist Workers Party: sucedendo à Communist League of America, o SWP, constituído em 1938, tornou-se secção americana da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky nesse mesmo ano, uma das suas secções mais fortes depois do extermínio dos bolcheviques-leninistas na URSS por Staline. Com o seu principal dirigente,

James P. Cannon, o SWP recusou o revisionismo pablista em 1950-53, mas acabou por participar na “reunificação sem princípios” com os pablistas em 1963. Continuando esta degenerescência até às suas últimas consequências, o SWP abandonaria no início dos anos oitenta toda a referência formal ao trotskismo, passando-se para o castrismo.

<sup>9</sup> Ujima People’s Progress Party: organização operária negra implantada em Baltimore (Maryland), que em 2016 apresentou a candidatura de Nnamdi Scott a eleições locais.

A.B.: Efectivamente, como o explicava o manifesto “Freedom Now” de 1965, a luta de libertação negra e, mais exactamente, a luta por um partido negro independente é um elemento decisivo da luta pela unidade da classe operária e pela acção política independente.

O assassinio de Michael Brown em Ferguson marcou o início de uma sublevação de massas contra a violência policial, cujo fundamento era a afirmação de que a vida dos negros importava. Está a tomar forma um novo movimento pelos direitos civis. Estamos no começo de uma longa luta que há-de extirpar a supremacia branca e o sistema baseado no racismo.

Na América negra, vigora o estado de emergência: desemprego massivo a fazer lembrar o da depressão, encarceramento em massa, epidemia de violência policial. Numerosas conquistas da luta pelos direitos civis têm sido postas em xeque ou liquidadas. Ataca-se o direito de voto; a desigualdade de rendimentos afecta desmesuradamente os negros.

A austeridade e os ataques contra o emprego no sector público reflectiram-se numa nova regressão do nível de vida da população negra. Por razões ligadas à história e a um sistema de discriminação no sector privado, os negros têm mais hipóteses de encontrar emprego no sector público. Os cortes orçamentais da “grande recessão” (2008) surtiram efeitos devastadores numa população já de si vulnerável.

A luta contra a brutalidade policial e o racismo é tarefa urgente.

A supremacia branca foi e continua a ser a principal fonte de divisão na classe operária dos Estados Unidos. Para ajudar a superar este obstáculo, devemos lutar por que o movimento operário defenda o direito do povo negro a dispor de si próprio.

Isso exige romper com o Partido Democrata.

A luta por um Labor Party — que integra a luta por um partido negro independente ligada à luta por um partido trabalhista — continua hoje a ser, para os trabalhadores dos Estados Unidos e suas organizações, juntamente com os seus aliados oprimidos, o principal meio para se libertar do espartilho dos partidos capitalistas.

Participou na conferência de Cleveland uma delegação composta por três representantes da equipa de campanha de Nnamdi Scott, que explicou que o que faz falta são dezenas de campanhas como a de Nnamdi Scott em todo o país, em 2017 e 2018. O recado que deixaram: “*Temos de ter a audácia de oferecer à classe operária outra solução, em vez dos Democratas.*”

**A Internacional: O número 6 d’A Internacional foi divulgado em versão inglesa nos Estados Unidos, tendo as notas preparatórias da conferência mundial do CORQI de Novembro de 2017 sido lidas e amplamente comentadas, não apenas pelos militantes do Socialist Organizer, mas**

**também por camaradas que conhecem e apoiam a IVª Internacional há anos. Em poucas palavras, quais foram as reacções a este documento?**

A.B.: Globalmente, as reacções foram extremamente positivas. Os camaradas estão desejosos de explorar as raízes políticas da crise e, mais especificamente, da adaptação da CCI às cúpulas da burocracia sindical. O que, aliás, suscitou uma discussão sobre os partidários do Comité de Correspondência no Brasil, que fizeram bloco com a direcção Lula do Partido dos Trabalhadores num agrupamento conjunto, virando costas ao programa histórico da IVª Internacional. Fizeram-se igualmente reuniões com simpatizantes activos do Socialist Organizer para discutir esta questão do nº 6 d’A Internacional. A discussão sobre este documento fundamental está apenas a começar na secção dos Estados Unidos.

**A Internacional: Cem anos volvidos sobre a revolução de Outubro de 1917, o Socialist Organizer decidiu realizar, nos Estados Unidos, conferências educativas consagradas à actualidade de Outubro de 1917. A revolução de Outubro causou significativa comoção no movimento operário, nos Estados Unidos como em todos os países. Porém, Outubro de 1917,... em 2017, nos Estados Unidos, ainda tem algum sentido? E, se sim, qual?**

A.B.: Os *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, do jornalista americano John Reed, contribuiu para o impacto da revolução russa entre os trabalhadores e activistas dos Estados Unidos. A “questão russa”, como se dizia, esteve no centro da luta que, dentro do Partido Comunista Americano, acabou por levar James P. Cannon e os seus partidários a romperem com o PC e a fundarem o movimento trotskista nos Estados Unidos, no final dos anos vinte. Durante mais de setenta anos, o debate sobre a União Soviética e a política da burocracia soviética foi central em todos os conflitos dentro dos movimentos operários e revolucionários.

A maior parte dos grupos de esquerda dos Estados Unidos afirmam agora que, com o desaparecimento da União Soviética, as lições da revolução de Outubro perderam a actualidade. Nós estamos 100% em desacordo. O beco sem saída em que o sistema capitalista se acha dá ainda mais força à alternativa socialismo ou ‘barbárie’.

O Socialist Organizer realizará uma conferência educativa durante o verão para realçar a actualidade da revolução russa para os trabalhadores e jovens de hoje.

**Entrevista realizada nas margens da Conferência Nacional da Labor Fightback Network, que se realizou em Cleveland (Ohio), de 21 a 23 de Julho de 2017.**

## França

### Da *France Insoumise* e da sua política

Maio de 2017 em França: na primeira volta das eleições presidenciais, a candidatura de Jean-Luc Mélenchon recolhe mais de sete milhões de votos (19,6%). Mélenchon apresentava-se em nome de um movimento, *La France Insoumise* (França Insubmissa), que um ano antes não existia. Alguma coisa aconteceu, indiscutivelmente; a esta candidatura aderiu parte dos trabalhadores e dos jovens que, na primavera de 2016, se mobilizaram em massa, com as suas organizações sindicais, pela retirada da lei El Khomri, de contra-reforma do Código do Trabalho (outra forma dessa rejeição, por outra parte significativa dos trabalhadores e dos jovens, foi a abstenção massiva verificada nas eleições).

**N**o mundo inteiro, a profunda crise do movimento operário, que se tem agravado nestes últimos vinte e cinco anos, leva centenas de milhares de militantes a fazerem esta pergunta: como havemos de lutar? Com que política? Apoiados em que agrupamentos?

Pela nossa parte, enquanto militantes que, em França, lutam pela reconstituição da IVª Internacional, não fazemos confusão entre milhões de trabalhadores e jovens, que, neste país, aspirando a pôr cobro à política de destruição ditada pela União Europeia ao serviço da classe capitalista, procuram manifestar essa aspiração no terreno distorcido das eleições, votando em Mélenchon na primeira volta das eleições presidenciais; e a política de Mélenchon, que, a nosso ver, vira costas a essas aspirações.

Não pedimos a ninguém que acredite no que dizemos só porque o dizemos. É com factos e citações que queremos dar o nosso ponto de vista aos leitores d'*A Internacional*.

#### 1 - Quem é e donde vem Jean-Luc Mélenchon?

Jean-Luc Mélenchon, os seus amigos e o movimento *La France Insoumise* apresentam-se como homens “novos”, portadores de um projecto “inovador” tanto no fundo como na forma. Ora, Mélenchon tem atrás de si quarenta e cinco

anos de actividade política: foi responsável partidário, depois senador, ministro, deputado ao “Parlamento” europeu. Os membros do seu círculo político próximo, saídos da geração seguinte, têm também, alguns deles, trinta anos de vida política atrás de si.

A vida política de Mélenchon começa em 1972, quando, estudante e militante do sindicato estudantil UNEF, na cidade de Besançon, adere à Organização Comunista Internacionalista (OCI, a organização então dirigida por Pierre Lambert, que trava combate pela reconstrução da IVª Internacional). O seu envolvimento nas fileiras da IVª Internacional será breve: rompe com a OCI em 1975, aderindo ao Partido Socialista no ano seguinte.

Ali, a sua ascensão é rápida. Com o apoio directo de Mitterrand, torna-se primeiro secretário da Federação de Essonne (importante departamento da região parisiense) em 1981. É eleito vereador do município de Massy em 1983, depois vereador do departamento de Essonne em 1983, tornando-se senador em 1985. É então, aos 35 anos, o mais jovem senador de França. Na altura, pertence à corrente maioritária do Partido Socialista, a de François Mitterrand, primeiro secretário do PS, que acaba de ser eleito presidente da República, no dia 10 de Maio de 1981. Em 1983, Mitterrand, eleito dois anos antes sob a palavra de ordem de “ruptura com o capitalismo”, vira brutalmente costas aos seus compromissos de campanha e, sob a influência do ministro da economia Jacques Delors, abre caminho às privatizações e planos de despedimento em massa (siderurgia, construção automóvel,...). Delors representa no governo os partidários da associação capital-trabalho e as instituições europeias em constituição.

Esta “viragem da austeridade” de 1983 não impede Mélenchon de se manter na maioria “mitterrandista” do PS. O balanço do homem que ele descreve como seu “*mestre intelectual*”, defende-o ainda hoje Mélenchon com unhas e dentes: “*Ao tirar o balanço da acção de Mitterrand, (...) começo por dizer: a nacionalização de todos os bancos, de um terço da indústria francesa, a abolição da pena de morte e a descriminalização da homossexualidade, a quinta semana de férias pagas, as 39 horas, a reforma aos 60 anos e por aí fora. (...) As pessoas esqueceram esta transformação da vida. Uma geração inteira viveu destas conquistas.*”

(Revista *Charles*, nº 16, Janeiro de 2016, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Mitterrand).

Ora, Mélenchon evoca (puxando-lhes o lustro) algumas medidas do primeiro ano da presidência Mitterrand, esquecendo, todavia, o essencial: com a “viragem da austeridade” de 1982-83, a política feita pelos governos Mitterrand até 1995 foi uma política claramente anti-operária, de privatizações e minagem das conquistas sociais. Ele justifica da seguinte maneira a “viragem da austeridade”: “*Em 1983, demos contra o muro do dinheiro, e foi preciso desenvolver uma nova estratégia. Os representantes da “outra política” não tinham, de facto, programa sério. Estava, e estou, consciente de que o que na altura se propunha não era viável. Não havia dinâmica social que transportasse esse grande salto em frente para fora do sistema. François Mitterrand teve de desbravar sozinho outra via: o horizonte da construção europeia como novo espaço para o socialismo.*”

Em resumo: Por culpa dos trabalhadores, que não abriam “*dinâmica social*” para fazer outra coisa, Mitterrand não teve alternativa a não ser empenhar-se na política europeia. Quanto à apresentação da União Europeia como “*novo espaço para o socialismo*”, isto não passa de baralhar e dar de novo o mito da “Europa Social” no âmbito do Tratado de Maastricht (1991-92). Este tratado, lembre-se, define a UE como espaço baseado na “*economia de mercado*”; grava, portanto, em mármore a sacrossanta propriedade privada dos meios de produção como insuperável horizonte.

Exactamente em Dezembro de 1991, o Partido Socialista, alinhando-se com o movimento de todos os aparelhos à época da queda da União Soviética (provocada pela burocracia estalinista por conta do imperialismo), adota um programa que proclama: “*O capitalismo é o confim do nosso horizonte histórico*”.

### **Maastricht, “contrapeso político à livre circulação de capitais”?**

Três anos antes, em 1988, Jean-Luc Mélenchon fundara, com o ex-pablista Julien Dray, a *Gauche socialiste*, corrente interna do PS que se apresentava como “ala esquerda” do partido. Esquerda? Em 1992, Mitterrand submete a referendo a ratificação do Tratado de Maastricht, fundador da União Europeia. Os militantes da IVª Internacional em França, então organizados no Parti des travailleurs (PT), são os primeiros a apelar a votar ‘não’ e a constituir comités unitários de base para a vitória do ‘não’. Mélenchon e a Esquerda Socialista, apelam, pela parte que lhes cabe, a votar ‘sim’. Mélenchon explica então: “*Se a votação for negativa, acho que toda a gente começa a perceber que vamos a caminho de um desconhecido cheio de aventuras, e não o fazemos em boas condições. Com efeito, haja ou não Tratado de Maastricht, o Acto Único continuará a ser aplicável, e teremos, por conseguinte, livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas, sem nenhum contrapeso político. Maastricht é o contrapeso político à livre circulação de capitais e mercadorias. Se o ‘sim’ vencer, (...) teremos uma coisa nova, que eu acho formidável, um poder maior do*

*Parlamento Europeu, um poder maior das instituições democráticas da Comunidade Europeia, e começaremos, portanto, a ter um princípio de Europa dos Cidadãos*” (FR3 Languedoc-Roussillon, 4 de Setembro de 1992).

É verdade que Mélenchon mais tarde reconheceu ter-se “enganado”, ao votar ‘sim’ a Maastricht. Regista-se. Porém, nem por isso concluiu pela necessidade de romper com as instituições da União Europeia erigidas por esse mesmo tratado. A isto voltaremos mais à frente.

### **Mélenchon, ministro da “Esquerda Plural”**

Abalado pela poderosa greve de Novembro e Dezembro de 1995 contra o plano Juppé em matéria de aposentação e segurança social, o presidente Chirac (de direita) dissolve a Assembleia Nacional, propiciando a eleição de uma maioria de “esquerda” e de um governo que reúne o Partido Socialista, o Partido Comunista e os Verdes, para a burguesia mais capaz de dirigir a ofensiva contra a classe operária. É o governo da “Esquerda Plural”, chefiado por Lionel Jospin. Este governo leva a cabo uma política brutalmente anti-operária: privatizações massivas (France Telecom, GAN, Crédit Lyonnais, Air France... nunca um governo privatizara tanto); precariedade para a juventude: os “empregos jovens”; ratificação do Tratado de Amesterdão, que impõe o pacto de estabilidade e austeridade monetária e cria o euro; assinatura, no Conselho Europeu de Barcelona, da privatização da companhia pública de electricidade e aumento da idade da reforma em cinco anos; as leis Aubry de flexibilização do trabalho; acompanhamento dos despedimentos (por exemplo, os 7.500 despedimentos na Michelin); restabelecimento do trabalho nocturno das mulheres na indústria (proibido em França desde 1892!) em nome das directivas europeias; participação na intervenção da NATO no Afeganistão...

Em Março de 2000, Mélenchon é feito ministro adjunto do ensino profissional deste governo. É ele o autor da reforma que instaura o “lycée des métiers” (liceu dos ofícios). De que se trata? Uma das coisas que a classe operária arrancou durante a vaga revolucionária de 1945 em França foi que o ensino profissional dependesse exclusivamente do Estado, privando os patrões da possibilidade de sobreexplorarem a juventude a coberto de formação. Ora, este “liceu dos ofícios” visa precisamente permitir aos patrões disporem a seu bel-prazer da mão d’obra jovem em formação. Um militante sindicalista explicava, no que então era o semanário do Parti des travailleurs, *Informations ouvrières*<sup>10</sup>: “*Pretende-se que este novo liceu seja um “centro de recursos” para as empresas. Isso significa que os alunos, professores, bem como as máquinas, a matéria de obra dos liceus profissionais e dos liceus técnicos passem a estar à disposição das empresas e, portanto, dos seus livros de encomendas, dos imperativos da sua produção... e eu acrescentaria, pessoalmente, da sua necessidade de realizar lucros.*” (*Informations ouvrières* n°519, de 2 de Janeiro de 2002). Uma vez mais, uma política favorável ao patronato, contra a juventude e a classe operária.

<sup>10</sup> *Informations ouvrières* é na altura, e desde a sua fundação em 1958 pelo camarada Pierre Lambert, o principal órgão através do qual se exprimem os trotskistas em França. Nada tem que ver com

aquilo em que *Informations ouvrières* se tornou desde a crise de 2015 — hoje, num órgão quase oficioso do “mélenchonismo”.

Esta política redundará, em 21 de Abril de 2002, na derrota de Jospin nas eleições presidenciais, eliminado à primeira volta. Para Mélenchon, é um autêntico choque: “*Da queda dele sai com uma depressão, uma a sério, a doença. Adoeci, tal o golpe que isto para mim foi, por me parecer tão profundamente injusto*” (Mélenchon, o homem que avançava contra a corrente, documentário de Gérard Miller emitido em Janeiro de 2017 na France 3).

Não será, porém, de procurar as razões da derrota no carácter ultra-reaccionário da política do governo Jospin? Não é esse o ponto de vista de Mélenchon; não o era em 2002, nem passou a sê-lo hoje. Assim, a 13 de Maio de 2017, quando da convenção nacional dos candidatos de *La France Insoumise*, contemplando positivamente a possibilidade de uma coabitação em que ele próprio faria de primeiro-ministro do Presidente Macron acabado de eleger, Mélenchon invoca o precedente de “*uma coabitação frutífera, como foi a de 1997-2002 entre o primeiro-ministro socialista Lionel Jospin e Jacques Chirac. Aos seus olhos, foi um dos momentos mais positivos da vida da economia francesa*” (...).” (*Le Monde*, 13 de Maio de 2017). Positivo para a classe capitalista, indiscutivelmente. Para os trabalhadores e a juventude, pelo contrário, foi um período em que lhes foram infligidos golpes de rara brutalidade.

#### Do PS à Frente de Esquerda

É nessa época que Mélenchon vai pouco a pouco internar-se por uma via que o levará a abandonar o Partido Socialista. Em 2005, o Partido Socialista e a direita apelam a votar ‘sim’ no referendo sobre a Constituição europeia, que serve para passar a uma nova etapa na criação de uma estrutura supranacional europeia. O ‘não’ vence, graças a uma extraordinária mobilização popular. Mélenchon inscreve-se nesse movimento e aproxima-se do Partido Comunista Francês. Em 2008, deixa o PS e funda o *Parti de gauche* (PG, Partido da Esquerda). Um ano mais tarde, o PG alia-se ao Partido Comunista por ocasião das eleições europeias, numa coligação eleitoral cujo nome resume a sua orientação política: Frente de Esquerda para mudar a Europa.

“*Mudar a Europa*” no quadro das instituições europeias, ou romper com essas instituições, que ditam a qualquer governo uma política de destruição social? Não será deformar as posições de Jean-Luc Mélenchon dizer que, nessa altura, ele se situa resolutamente no quadro da transformação das instituições europeias. Mélenchon é eleito deputado europeu em 2009 e reeleito em 2014. É no quadro da Frente de Esquerda e, portanto, com o apoio do PCF, que é candidato às eleições presidenciais de 2012, onde consegue um resultado de 11%, apelando depois a votar Hollande na segunda volta.

Numa entrevista que concede a *Informations ouvrières* (nº 224, 1 de Novembro de 2012), Mélenchon expõe claramente a sua orientação para com as instituições capitalistas antidemocráticas da União Europeia. *Informations ouvrières* interpela-o a respeito da “*espartagata*” da Frente de Esquerda, que, por um lado, se opõe ao novo tratado europeu, o TSCG e, por outro lado, vota no Parlamento a favor de determinadas medidas anti-operárias (como os ‘empregos de futuro’, trabalho precário para os jovens) do governo Hollande, executante fiel das directivas da União Europeia. Mélenchon responde que “*as posições dos membros da Frente de Esquerda (...) são muito diversas na apreciação da*

*natureza e conteúdo do novo governo*”, admitindo que esta “*heterogeneidade*” da Frente de Esquerda “*encerra uma ambiguidade*”, mas explicando que “*a Frente de Esquerda é um processo cuja forma e cujo conteúdo ainda não se fixaram. Cada um mantém a sua liberdade. Toda a gente (...) tem o seu lugar no processo da Frente de Esquerda. No entanto, a chave para entrar é a recusa dos tratados europeus, de todos os tratados.*”

Assim, para Mélenchon, será possível recusar (em palavras) os tratados, mas apoiar (votando no Parlamento) determinadas medidas do governo Hollande que derivam desses tratados. É mais do que uma “*ambiguidade*”, é uma dupla linguagem que deriva da recusa de romper com a União Europeia, os seus tratados e sua política de destruição.

#### Romper ou não romper com a União Europeia, questão “absurda”?

À pergunta das *Informations ouvrières*: “*Quanto à “rejeição de todos os tratados”, a Frente de Esquerda é a favor da revogação de Maastricht, Amesterdão e do TSCG?*”, Mélenchon responde: “*É uma pergunta que se repete da vossa parte. Deixem-me dizer-vos, amigavelmente, que ela é absurda. A questão ficou resolvida em 2005. O tratado constitucional compreendia o conjunto dos tratados europeus anteriores, incluindo Maastricht. Quem votou ‘não’ em 2005 opõe-se à totalidade dos tratados e das instituições. Nós traduzimo-lo em três fórmulas: “É preciso sair dos tratados europeus”, depois (...) “libertar-se dos tratados europeus” e a de Pierre Laurent (secretário nacional do PCF): “é preciso mandar os tratados para o lixo”. Não vejo que se possa fazer melhor do que isto. (...) Nós queremos outra Europa, uma Europa de harmonização social e fiscal por cima.*”

A pergunta na altura feita pelas *Informations ouvrières* era tudo menos “*absurda*”.

Exactamente por aquela altura, Mélenchon mostrava-se regularmente ao lado do dirigente da Coligação da Esquerda Radical grega (Syriza), Alexis Tsipras. O Syriza, que constituía uma força modesta no Parlamento grego, iria pouco a pouco beneficiar de apoio crescente dos trabalhadores e das massas populares gregos, desde que Tsipras, seu porta-voz, se pronunciara, em 2012, “*pela revogação de todos os memorandos*” — os planos de austeridade homicidas que estavam a estrangular o povo grego desde 2010. Estes planos eram ditados pelo FMI e pela Comissão Europeia e foram aplicados por sucessivos governos: Papandreou, Papademos, Samaras. Ora, revogação dos memorandos é o quê? É um passo a caminho da ruptura com a União Europeia, embora sem articular explicitamente esta perspectiva.

O Syriza e o Partido de Esquerda de Mélenchon são membros do Partido da Esquerda Europeia (de que são igualmente membros a maioria dos PCs e antigos PCs na Europa). Este partido é um partido que rejeita toda a ruptura com as instituições europeias, pois é ele próprio emanação delas, financiado pelas instituições europeias e cultor do mito da “Europa Social” no quadro das instituições europeias.

O discurso de Tsipras pela revogação imediata de todos os planos de austeridade ditados pela Comissão Europeia para a Grécia é, diga-se, bem mais “*radical*” do que o discurso de Mélenchon de 2012 a 2017. É, aliás, por essa razão que, em Janeiro de 2015, milhões de gregos votam no Syriza e elevam Tsipras ao poder. Seis meses mais tarde, contudo, Tsipras



espezinhará o voto ‘não’, que, exigindo a rejeição dos ditames do FMI e da Comissão Europeia, acabava de recolher uma maioria de 61% do povo grego; espezinha, com ele, todas as promessas de revogação feitas antes dos referendos.

É que, justamente, Tsipras e o Syriza, para lá dos discursos, não queriam franquear uma “linha vermelha”: a da ruptura com a União Europeia; impô-la supunha apelar à mobilização das massas. Nada havia de “absurdo” para as massas gregas, esmagadas por cinco anos de planos de austeridade homicidas, na pergunta então feita: ruptura ou não com a União Europeia?

### Romper ou não romper com o imperialismo

Ora, no continente europeu, a subordinação às instituições europeias não é mais do que a forma em que, por mais discursos “anticapitalistas” que se façam, se reflecte a subordinação de uns e outros ao regime falido da propriedade privada dos meios de produção. Esta recusa de romper com a União Europeia é na realidade a recusa de romper com o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, de romper, portanto, com o imperialismo.

Mélenchon fez parte do governo Jospin que, no âmbito da NATO e ao lado de Bush, participou na intervenção militar no Afeganistão em 2001, na ocupação deste país que se lhe seguiu e que nunca mais acabou. Esta intervenção teria, só por si, bastado para caracterizar a natureza reacçãoária, imperialista do governo Jospin. Em Outubro de 2001, foi na rua que os militantes da secção francesa da IVª Internacional, no quadro do Partido dos Trabalhadores, se manifestaram aos gritos de “*Bush, Blair, Chirac, Jospin, Gayssot, tirem as mãos do Afeganistão!*” (Gayssot era o ministro dos transportes, membro do Partido Comunista), enquanto o governo da “esquerda plural” se embrenhava, à uma, na guerra terrorista contra o povo afegão.

Mélenchon continuará seguidamente a assumir esta posição de apoio, por vezes “crítico”, às intervenções imperialistas. Dois dias após o início dos bombardeamentos americano-anglofranceses contra a Líbia, ele afirmava em entrevista: “*A política levada a cabo (pelo presidente francês, Sarkozy, que intervém militarmente — NdR) corresponde ao interesse da França*” (*Libération*, 21 de Março de 2011). Acrescenta: “*A minha posição é constante: sou partidário de uma ordem internacional garantida pelo ONU*” e “*Se a Frente de Esquerda governasse o país (...), teríamos intervindo directamente? Não. Teríamos ido à ONU pedir um mandato.*” Ora, a intervenção na Líbia, decidida por Obama, foi justamente “coberta” pela resolução nº 1973 do Conselho de Segurança da ONU.

Mais perto de nós, em Junho de 2017, Mélenchon reage à utilização de bombas de fósforo branco pela coligação internacional que intervém na Síria a pretexto de lutar contra o Daesh. Declara: “*Há decerto outra maneira de fazer guerra, menos cruel para as populações civis (...). Quería realmente implorar aos que tomam decisões que renunciem a utilizar essas armas, que usem outras; a guerra é a guerra, já percebemos. Mas não bombas de fósforo, que são realmente*

*horríveis*” (“*Revue de la semaine*” nº 32, sexta-feira, 16 de Junho de 2017). Ninguém negará que aquelas munições, que provocam queimaduras atrozes e são proibidas pelas convenções internacionais, são armas bárbaras... Seria, porém, mais aceitável bombardear populações civis com armas convencionais? Para Mélenchon, as intervenções imperialistas serão, então, aceitáveis, desde que se façam no quadro da ONU ou se façam com armas “limpas”!

Ao tornar-se deputado da *France insoumise*, Mélenchon declara, em 17 de Julho, a propósito das intervenções militares em que o imperialismo francês está metido, no Afeganistão, no Mali, na Líbia, no Iraque, na Síria, etc.: “*Pense-se o que se pensar das despesas militares, pense-se o que se pensar dos conflitos em que as nossas forças armadas estão envolvidas, não deixa de ser dever do país assumir as suas decisões.*” “*Pense-se o que se pensar dos conflitos*”? Mas que se há-de pensar destas intervenções no Mali, na República Centro-Africana, no Iraque, na Síria, na Líbia e no Afeganistão, a não ser que elas representam a barbárie imperialista contra os povos? E que pensa Mélenchon de, só no ano de 2016, terem perecido, segundo as Nações Unidas, nada menos do que 13.500 afegãos — 3.500 deles crianças — em consequência da ocupação? Que pensa Mélenchon dos 330.000 sírios mortos desde 2011? A posição da *France insoumise* é alinhada com o imperialismo francês e com o imperialismo americano<sup>11</sup>.

### 2 - 2016-17: a France Insoumise

Se, como demonstraremos, esta recusa em romper com o imperialismo e as suas instituições é uma constante das posições políticas de Mélenchon, não se pode ignorar a viragem do verão de 2016, com a constituição do movimento *La France insoumise*.

O movimento *La France insoumise* (LFI) foi fundado em Fevereiro de 2016 na perspectiva da candidatura de Jean-Luc Mélenchon às eleições presidenciais de 2017. “*Não é um partido político. É um movimento de cidadãos individuais que se reconhecem na perspectiva de Jean-Luc Mélenchon, sem por isso aderirem a um partido ou associação*”, tal a definição da sua página internet.

A “*finalidade essencial do novo modo de funcionamento é evacuar, tão definitivamente quanto possível, os jogos de poder. Estes corrompem a vida dos partidos, transformando qualquer questão em objecto de conflito e de delimitação de influências*” (Mélenchon, “*Em campanha, sem tréguas*”, 29 de Maio de 2017).

A primeira marca de *La France insoumise* é, assim, reivindicar-se de não ser um partido político. Ser um partido seria, na verdade, sinónimo de “*jogos de poder*” em que qualquer questão se tornará “*objecto de conflito*”, redundando em inevitável corrupção. Esta linguagem está na moda, conhecem-na os trabalhadores em todos os países do mundo; ela estriba-se, evidentemente, no justificado sentimento que tantos trabalhadores têm de terem sido enganados, ou mesmo traídos, pelas velhas direcções do movimento operário, pelos velhos partidos “socialistas” ou “comunistas”, que há muito se passaram para o campo da defesa da ordem burguesa. Será a questão, porém, o “poder”

<sup>11</sup> Facto que, por si só, chega para caracterizar a ruptura da direcção da CCI com os princípios mais elementares da IVª Internacional. Em momento algum aquela se distanciou de qualquer das declarações

de Mélenchon de apoio às intervenções do seu próprio imperialismo.

em geral, os “partidos” em geral, ou antes a política anti-operária adoptada pelos dirigentes desses partidos?

Reconheçamos a Jean-Luc Mélenchon o mérito da clareza. Noutro texto, ele afirma: *“Está completamente fora de questão transformar “La France insoumise” em partido político. O que interessa é estar e continuar em movimento. (...) Todas as propostas que tenho ouvido e visto chegar até mim não fazem mais do que reproduzir as velhas estruturas e preocupações do passado, ligadas à forma específica do partido político.”* (“No verão que começa”, 10 de Julho de 2017, blogue de Jean-Luc Mélenchon).

Ao “partido político”, que rejeita, contrapõe Mélenchon o “movimento”, já que, escreve, *“Assim como o partido é a forma de organização dedicada a uma classe social, o movimento é a forma de organização ligada à existência do povo”* (*idem*).

A sua obstinada recusa de construir um partido é consequência do seu abandono de toda a referência classista, abandono que ele reivindica.

À pergunta de um jornalista ao candidato às presidenciais, em Março de 2017, se *“entre o momento em que entrou na vida política e agora, mudou alguma vez de princípios?”*, Mélenchon responde: *“Sim. Antes referíamos-nos apenas ao interesse de classe. Para mim, agora, é o interesse geral humano que tem que primar, pois o ecossistema está ameaçado para todos”* (*Le Parisien*, 23 de Março de 2017).

São conhecidas estas “teorias” que pretendem separar o homem do seu ambiente para fazer dele algo que escapa às relações de classe, opondo um pretensão “interesse geral” aos interesses inconciliáveis das classes. Como se o ambiente (e o homem!) não estivessem hoje ameaçados pela decomposição do regime capitalista!

Mélenchon reconhece que há, de facto, relação entre a vontade de construir um partido político e a representação política de uma classe social. E tem perfeita razão: em democracia política, os partidos políticos derivam da necessidade de cada classe social — e, portanto, da classe operária — de constituírem uma representação política sua, com o objectivo de tomar o poder.

No que diz respeito à classe operária, Marx e Engels definiram, no *Manifesto do Partido Comunista*, já em 1847, que o *“objectivo imediato”* dos comunistas era ajudar o proletariado a constituir-se como partido, a fim de cumprir as suas tarefas históricas: *“constituição dos proletários como classe, derrube da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”*. Perspectiva repetida no Manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (Iª Internacional), em 28 de Setembro de 1864: *“A conquista do poder político tornou-se, pois, no primeiro dever da classe operária. Ela parece tê-lo compreendido, pois, em Inglaterra, na Alemanha, em Itália e em França, têm-se visto renascer em simultâneo estas aspirações comuns, assim como se têm envidado esforços para reorganizar politicamente o partido dos trabalhadores.”*

Sejam quais forem os pretextos e motivações, renunciar à referência aos interesses de classe e à construção de um partido e, por conseguinte, a tomar o poder, equivale a reconhecer o sistema capitalista em decomposição como *“horizonte insuperável”* e a aceitar, ao arrepio daqueles princípios fundadores do movimento operário, que só se pode, quando muito, atenuar as consequências de o

capitalismo se manter. Equivale a renunciar à luta pelo derrube do capitalismo.

### **Plano A, plano B ou ruptura com a União Europeia?**

Na campanha presidencial, Mélenchon desenvolveu dois temas que apareceram a distingui-lo dos outros candidatos: a União Europeia e as instituições da Vª República.

Quanto à questão europeia, o candidato da *France insoumise* apontou amiúde, durante a campanha presidencial, a necessidade de *“sair dos tratados”* da União Europeia. Isto, para ele, significava renegociá-los, para *“refundar a União Europeia”*. A isto chamou ele o plano A. Acrescentava Mélenchon, todavia, que se se viesse a mostrar impossível aplicar o seu plano A, então ele daria execução a um plano B, que poderia resultar numa *“saída ordenada”* da União Europeia.

Findo o referendo de 23 de Junho de 2016 na Grã-Bretanha, em que a classe operária britânica votou em massa pela saída da União Europeia (infligindo uma derrota aos Camerons e Obamas, mas também aos dirigentes do Labour Party e dos sindicatos, que apelaram a votar por *“permanecer na União Europeia”*), Mélenchon declarou: *“A Europa, ou se muda, ou se deixa”*.

É uma afirmação de aparência radical, porquanto evoca a eventualidade de uma saída da UE. Aparência somente, porém. “Mudar a Europa” (coisa que Mélenchon reivindicava já em 2012)? É o plano A de Mélenchon, que pretende ser possível *“parar com a liberalização dos serviços públicos e com a política de comércio livre”* e *“meter a finança na ordem”* no quadro da União Europeia. Ora, os trabalhadores sabem por experiência própria, nos vinte e oito países da União Europeia, que, seja qual for a cor política do governo e as intenções dos governantes, acaba por ser sempre a mesma política de destruição das conquistas sociais a aplicar-se no quadro da União Europeia, dos seus tratados e directivas, da sua moeda única e do seu “Parlamento”, desprezando a mais elementar soberania do povo. Enquanto estas instituições não forem quebradas e desmanteladas, continuará a ser essa a política que se imporá.

Em caso de recusa dos “parceiros” da França, Mélenchon prevê um plano B: *“Saída unilateral da França dos tratados europeus”*. Acrescentando ele, porém, no dia 10 de Março de 2017, em Roma: *“Não haverá um único plano B. Conforme os países, o plano B não será o mesmo.”* Como sempre, entre os dois ramos da alternativa, é sempre o mau que vinga... *Não se pode ir avante se se tem medo do socialismo*, dizia Lenine. Não se pode caminhar para a ruptura se se tem medo da ruptura, poder-se-ia parafrasear, a propósito dos planos A e B de Mélenchon.

De resto, a poucos dias das eleições presidenciais, Mélenchon proclama a sua verdade. No dia 18 de Abril, declara: *“Não acreditem no que eles andam a dizer: que “ele [Mélenchon — NdR] quer sair da Europa e do euro” (...), ora, vamos lá a ser sérios”* (*Le Monde*, 18 de Abril de 2017). A ruptura com a União Europeia é, pois, uma “linha vermelha” que Mélenchon não faz tenções de franquear.

### **A VIª República é compatível com a Vª?**

A situação francesa, neste ano de 2017, caracteriza-se por uma crise profunda das instituições reaccionárias e bonapartistas da Vª República nascida do golpe de Estado de De Gaulle de 1958 (leia-se nesta matéria o artigo sobre a França nas *Correspondências* deste número).

O candidato da LFI evocou durante a campanha o tema da Assembleia Constituinte para romper com “a monarquia presidencial da Vª República” e “passar à VIª República”. O que é, porém, uma Assembleia Constituinte? Reportando-nos ao que escreve *La France insoumise* no seu programa “Mudar de República por dar lugar ao povo”, fica-se a saber que esta assembleia disporá de um prazo de “dois anos para elaborar um projecto constitucional” entre a sua eleição e a criação das novas instituições. Segundo o programa de *La France insoumise*, é “juridicamente” “possível convocar uma Assembleia Constituinte”, já que “o artigo 11º da actual Constituição permite ao presidente da República submeter a referendo um projecto de lei “em matéria de organização dos poderes públicos”. Noutro parágrafo, o programa de *La France insoumise* elucida que os deputados à Constituinte serão designados em parte por eleição proporcional e em parte por tiragem à sorte. Esta proposta de recorrer à tiragem à sorte é justificada pela necessidade de “diversificar o recrutamento dos membros da Assembleia Constituinte.” Em resumo: *La France insoumise* propõe que o presidente da Vª República, único competente para invocar o artigo 11º da actual Constituição, decida convocar um referendo que, caso viesse a dar na decisão de convocar a Constituinte, abriria um processo de dois anos de elaboração de uma nova Constituição..., dois anos durante os quais as instituições anteriores (as da Vª República) continuariam em vigor. Além disso, a eleição para a Constituinte far-se-ia em parte por tiragem à sorte.

Ora, como escrevemos, polemizando com esta posição: “Aleatória por natureza, a tiragem à sorte proíbe que se manifestem os interesses sociais contraditórios, como se tanto fizesse ter assento o patrão como o operário, como se o primeiro pudesse representar o segundo... Esta proposta equivale, na realidade, a negar a luta de classes” (*La Tribune des travailleurs* nº 89, de 17 de Maio de 2017, “Partido Operário e Assembleia Constituinte”, por Daniel Gluckstein). Por outro lado, fazer depender a convocação da Assembleia Constituinte das instituições que se supõe que ela substitua é negar a própria natureza da Assembleia Constituinte como processo revolucionário. O primeiro acto de uma Assembleia Constituinte consiste, por definição, em varrer as instituições do antigo regime. Durante a revolução francesa, em 1792, após a queda do rei, quando a Convenção é eleita por sufrágio universal, ela declara-se, num mesmo movimento, “soberana”, assumindo todo o poder, e “constituinte”, definindo os fundamentos da Iª República. Não pede autorização nem patrocínio ao rei, nem define um “prazo” em que, continuando a monarquia a funcionar, ela elabore novas instituições.

Opondo-nos à concepção de uma Assembleia Constituinte tirada à sorte e coexistente com as instituições do regime anterior, tal como desenvolvida por *La France insoumise*, tivemos que desenvolver a nossa própria concepção da luta pela Assembleia Constituinte: “O partido operário (POID) pronuncia-se pela eleição de uma Assembleia Constituinte soberana. O nosso objectivo é a instauração de uma República Operária, cujas decisões sejam pautadas pela satisfação das necessidades da imensa maioria e não de um punhado de capitalistas e que, para isso, ponha os meios de produção da riqueza nas mãos e ao serviço dos que produzem, não dos exploradores. Uma Assembleia

Constituinte poderá, naturalmente, não decidir instaurar uma República Operária. No entanto, mesmo em minoria, os representantes do partido operário poderão, em tal assembleia, fazer valer os seus argumentos a favor dessa solução. (...) com uma condição: que a assembleia seja eleita de maneira totalmente democrática, sendo os seus membros — mandatados e revogáveis — designados segundo integral proporcionalidade dos votos recolhidos pelas listas representativas dos partidos, correntes, organizações políticas em liça. (...) tal assembleia não deverá aceitar nenhuma limitação das suas prerrogativas, nenhum prazo, nenhum adiamento.” (*La Tribune des travailleurs*, nº 89, 17 de Maio de 2017, “Partido Operário e Assembleia Constituinte”, por Daniel Gluckstein).

O verdadeiro conteúdo da “Constituinte” que Mélenchon evoca é dado pela sua adesão às instituições da Vª República, quando contempla tornar-se primeiro-ministro de Macron, declarando, no dia 13 de Maio: “Somos candidatos, em toda a parte, com um objectivo: governar o país, constituir uma nova maioria”. Um mês mais tarde, Mélenchon declara, acerca das legislativas: “São eleições importantes, porque na Vª República os deputados têm poder, são eles que votam o orçamento, são eles que votam o orçamento da segurança social, votam as leis, podem votar uma censura, e isso é muito importante, pois quer dizer que eles podem derrubar um governo, o que tem o seu peso, além de eles votarem em geral tudo o que pode organizar a vida do país” (“Revue de la semaine” nº 31, de quinta-feira, 8 de Junho de 2017). Eilas, pois, as virtudes que não se conheciam à Vª República, que, desde 1958, têm reduzido o Parlamento a um papel esquelético, dobrando a cerviz à mínima vontade do Presidente (e quando não é assim, essa vontade faz-se na mesma, à força de activação do nº3 do artigo 49º e de decretos)”.

Esteja em causa a União Europeia ou a Vª República, Mélenchon cultiva a arte de agitar — às vezes ruidosamente — palavras de ordem que soam a ruptura... só para depois as reconciliar com as instituições existentes e, portanto, com a manutenção dessas instituições.

### 3 - “Pós-marxismo”, o “eles todos pr’à rua” e o “populismo”

“A nossa ideologia é o populismo humanista. Em muitíssimos aspectos, temos adoptado a estratégia populista de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau”, declara a dirigente de *La France insoumise* Raquel Garrido, em entrevista à revista americana *Jacobin* (reproduzida em *Europe solidaire*, de 12 de Abril de 2017).

Quem são Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, os inspiradores de *La France insoumise*? Depois de terem tido actividade em correntes esquerdistas nos anos setenta e oitenta, estes dois “pensadores” teorizaram aquilo que apelidaram de “pós-marxismo”. Do que se trata?

Num debate com Chantal Mouffe e Jean-Luc Mélenchon em 2012, em Buenos Aires, Ernesto Laclau explicava que “O velho socialismo acreditava que existia uma base social absolutamente homogénea, que era a classe operária, e que era preciso esperar que o desenvolvimento capitalista dissolvesse a sociedade para essa base operária passar para o primeiro plano. Sabemos hoje que esta alternativa se tem

*que construir através de mediações políticas e que essas mediações políticas se traduzem em construir um povo.”*

Por isso, continuava Laclau, *“creio que reivindicar o termo “populista” a partir de um ponto de vista de esquerda é uma tarefa semântica fundamental para a própria esquerda. (...) se alternativa política houver de surgir na Europa, ela terá que ser uma alternativa populista de esquerda, ou seja, um programa alternativo cujo objectivo seja constituir um povo. Afinal de contas, que significa isso de “constituir um povo”? Constituir um povo é aglutinar um grande número de reivindicações sociais em torno de determinados símbolos”* (“Populismo e hegemónias culturais: debate Laclau, Mouffe, Mélenchon” em Buenos Aires em Outubro de 2012).

Esta verborreia indigesta e pretenciosa tem um conteúdo político preciso. Para Laclau e Mouffe, o *“velho socialismo”*, segundo eles ultrapassado, é a luta da classe operária para conquistar o poder, expropriar o capital e reorganizar a sociedade noutra base, pela socialização dos meios de produção e troca, permitindo um novo desenvolvimento das forças produtivas da humanidade e, a prazo, a extinção das classes sociais e do Estado.

Para Mouffe e Laclau, o marxismo está ultrapassado porque a luta de classes deixou de ser o antagonismo fundamental da sociedade. Deste modo, já não são precisas organizações de classe, partidos, sindicatos, etc., é preciso *“constituir um povo”* (se possível em redor de um homem capaz de *“federar o povo”* em seu redor, objectivo que Mélenchon define para si em entrevista com *l’Humanité*, em 20 de Setembro de 2016). Com efeito, se o problema já não é *“a emancipação dos trabalhadores”* como *“obra dos próprios trabalhadores”*, para que serve construir e defender os sindicatos e partidos operários? Há que substituir o *“velho socialismo”* assente na luta de classe pela expropriação do capital pelo *“populismo de esquerda”*. São estes os postulados dos inspiradores teóricos de *La France insoumise*.

### **Populismo contra socialismo, “interesse geral” contra luta de classes**

Foi por esta razão que, nas últimas eleições presidenciais, o chefe de *La France insoumise* não quis, e bem, ser um candidato que falasse pela classe operária. *“Antes, referíamos-nos unicamente ao interesse de classe. Para mim, agora, o que deve primar é o interesse geral humano”*, declarava em entrevista supracitada (*Le Parisien*, 23 de Março de 2017).

Houve quem se admirasse com a proibição, em 2017 — e é proibição que dizemos, pronunciou-a expressamente o próprio Mélenchon —, de cantar *A Internacional* nos comícios ou de aparecer com bandeiras vermelhas (e, mais geralmente, bandeiras de partidos ou organizações), trocados pelo hino nacional francês, *A Marselhesa*, e pela bandeira tricolor azul, branco e vermelho, a qual, com o esmagamento da Comuna de Paris, em Maio de 1871, se tornou definitivamente na bandeira da burguesia, dos versalheses.

Debatendo com os fundadores do *“pós-marxismo”*, Mélenchon dizia a tal propósito: *“Em França temos uma bandeira azul, branca e vermelha. Pouco a pouco foram surgindo bandeiras nacionais, que tinham deixado de ser usadas pela esquerda em França; a bandeira vermelha já acabou.”*

Pretender, como Mélenchon, que existe um *“interesse geral humano”*, comum a exploradores e explorados, equivale, na prática, a negar a necessidade de a classe operária se organizar como classe para lutar contra a classe capitalista.

### **Ainda e sempre o corporativismo**

Porém, a negação dos antagonismos de classes, justificada que seja pela pátria, Deus ou o interesse geral, tem uma origem. É a velha sopa corporativa, inspirada no séc. XIX pela doutrina social da Igreja católica e formulada em 1891 pelo papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*, que define um *“bem comum”* entre patrões e operários, todos eles membros de um mesmo corpo social. Na época, esta doutrina corporativa visava combater o grande surto que o movimento operário vivia.

Foram muitos os regimes que esta doutrina corporativa inspirou, muito diferentes uns dos outros. Inspira, especialmente, o governo Macron-Philippe, actualmente no poder em França. Assim, a ministra do trabalho de Macron, Muriel Pénicaud, declara, a justificar a sua contra-reforma do Código do Trabalho: *“Há-de considerar-se a empresa não como um lugar de conflito sistemático, mas também como comunidade humana ao serviço de um objectivo de progresso económico e social.”* Contudo, também é forçoso dar constância do eco que o deputado Mélenchon dela se faz quando declara nos debates parlamentares, situando-se também ele no terreno do *“interesse geral”*: *“Nem tudo é conflito numa empresa, admito; ouvi até um de vocês ousar aqui, ontem, uma fórmula [que] nós estaríamos dispostos a assinar de imediato. A empresa, dizia ele, é “um bem comum”. Ponham esta fórmula a votos. Vão ver que a adoptamos de imediato!”*

Será exagero dizer que renunciar à luta de classes em nome do *“interesse geral”* só pode redundar em encontrar um terreno de entendimento com os exploradores, contra os trabalhadores?

Pela sua parte, os militantes trotskistas afirmam: *“Somos IVª Internacional, porque a luta de classes é o motor da história, implicando a defesa intransigente das organizações que a classe operária construiu ao constituir-se como classe. Somos IVª Internacional, pois compreendemos a necessidade de ajudar a classe operária a defender a independência das suas organizações contra as tentativas de integrá-las nos Estados e nas instituições internacionais do capital (FMI, União Europeia, G20, tratados de comércio livre), contra todas as formas de corporativismo que ameaçam já a independência do movimento operário, já os próprios fundamentos da democracia.”* (“Quem Somos?”, *A Internacional* nº 6, Maio de 2017).

### **Acerca do “todos pr’á rua!”**

Chantal Mouffe dá uma definição condensada do populismo quando diz que *“a política consiste em construir um “eles” e um “nós””*. Comenta Raquel Garrido: o populismo é uma *“estratégia de demarcação entre eles e nós. Pode significar um ‘nós’ etnicamente puro, contra os estrangeiros — é o populismo de extrema-direita; ou então, nós, as pessoas, contra eles, a oligarquia. Esta é a nossa estratégia”* (*Jacobin*). É verdade que estes dois tipos de populismo têm em comum o facto de se situarem acima das classes sociais, que pretendem transcender através do *“povo”*. É este o tema que Mélenchon tem popularizado em França com o *“todos pr’á rua!”*. O neologismo francês (*“dégagisme”*) forjou-se

depois da revolução tunisina de 2011, que “pôs na rua” Ben Ali. Ecoa, igualmente, as mobilizações populares na Argentina no ano 2000, quando as massas diziam “*Que se vayan todos!*”.

Mas o “*todos pr’á rua*” de Mélenchon tem um conteúdo muito diferente. Como escrevíamos em nota da TCI (secção francesa da IVª Internacional): “*Quando as massas, na Tunísia ou na América Latina, gritam “Dégage!” ou “Que se vayan!”, estamos, obviamente, perante o movimento espontâneo de mobilização para pôr cobro aos velhos regimes podres de opressão e exploração, vendidos ao imperialismo. Outra coisa é o “todos pr’á rua” como programa político. Nas eleições presidenciais, três dos quatro candidatos que ficaram à frente na primeira volta partilhavam este mesmo tema, ainda que se situassem respectivamente à “esquerda”, ao “centro” e à “extrema-direita” do tabuleiro político. Em si, o “todos pr’á rua” não tem nenhum conteúdo político, ao pôr em foco a renovação dos indivíduos e ladear a questão das instituições e da sua relação com as classes.*” (Documentos da TCI, 19 de Maio de 2017).

Pela parte que lhe cabe, o POID, em França, escrevia no seu comunicado posterior à segunda volta das legislativas (19 de Junho de 2017): “*Quem deve ir pr’á rua é a Vª República! Os que fizeram campanha com o tema do “todos pr’á rua!” comprazem-se hoje no desaparecimento de três quartos do pessoal político da legislatura anterior. Contudo, estranhamente, deixam de ser a favor de “todos pr’á rua!” quando vêm à colação as instituições da Vª República. Ora, os planos anunciados por Macron — Código do Trabalho, Segurança Social, aposentações — continuam e agravam os planos anteriores de Hollande e Sarkozy; são, como eles, ditados pela União Europeia e pela classe capitalista. A defesa dos direitos operários e da democracia não se pode contentar com pôr na rua ministros e deputados falhados, alguns dos quais se reciclaram com outras etiquetas: exige pôr na rua as instituições. Sem isso, focar o “todos pr’á rua!” nas pessoas, ignorando as instituições, só confirmaria a fórmula (...): “É preciso mudar tudo para que fique tudo na mesma.”*”

### **A nova Frente Popular**

Tal é a política de Mélenchon e do seu novo movimento, *La France insoumise*. À guisa de conclusão, salientemos que esta política obteve, em França, apoio reivindicado da parte da direcção da CCI (portanto dos que, em Junho de 2015, tomaram a responsabilidade de fazer rebentar a IVª Internacional). O editorial do número 458 das *Informations ouvrières*, assinado por Marc Gauquelin, reivindica, aliás, isso mesmo, ao afirmar, nomeadamente: “*(...) nós empenhámo-nos com todas as nossas forças na batalha para apoiar e fazer vingar tudo o que o voto em Mélenchon representava. Fizemo-lo incondicionalmente, o que não quer dizer que não pudessem aparecer diferenças neste ou naquele ponto.*”

A direcção da CCI apoiou, portanto, “*tudo o que o voto em Mélenchon representava*”, e fê-lo “*incondicionalmente*”. Ora, o que o voto em Mélenchon representava era eminentemente contraditório! Como vimos neste artigo, havia a exigência de revogação da lei El Khomri, a rejeição da política de Hollande... Mas também as velhas luas ecologistas, a denúncia do “*produtivismo*”, a renúncia à defesa dos interesses de classe, a denúncia dos partidos, a bandeira tricolor contra a bandeira vermelha, *A Marselhesa* contra *A Internacional*... E isto sem a mínima reserva, sem o menor distanciamento nas colunas das *Informations ouvrières*.

Note-se a nova qualidade a que se passou quando, na segunda volta das eleições legislativas, Mélenchon lançou um apelo “*à formação de uma nova frente popular política, social e cultural em toda a parte*”. Sendo a Frente Popular, desde sempre e em toda a parte, “*uma aliança do proletariado com a burguesia imperialista*” (Leão Trotsky), não admirará ver esta referência na boca de um Mélenchon. O que há de novo no apelo à constituição desta “*nova Frente Popular*” é ter recebido uma resposta positiva da parte da CCI. O número 458 (22 de Junho de 2017) das *Informations ouvrières* publica, na verdade, sem a menor crítica ou distanciamento, o discurso de Mélenchon que apela “*à formação de uma nova frente popular política, social e cultural em toda a parte*”<sup>12</sup>. Decisão nada anódina, para quem não desconhece que a IVª Internacional “*não tem, nem pode ter, lugar em nenhuma das Frentes Populares*”, como afirma o nosso programa, pois “*a política de conciliação das “Frentes Populares” vota a classe operária à impotência e abre caminho ao fascismo. As “Frentes Populares”, por um lado, o fascismo, por outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo em luta contra a revolução proletária.*”

Pela nossa parte, militantes da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional, intervindo no âmbito do CORQI e construindo, em França, o Partido Operário Independente Democrático, contrapomos a esta política de frente popular a luta pela frente única operária. A esta política de adaptação ao discurso dominante, que nega a luta de classes em nome do interesse geral, visando subordinar as organizações operárias aos interesses da burguesia, contrapomos a luta pela independência da classe operária, pela unidade dos trabalhadores com as suas organizações. A esta política “*apartidária*” contrapomos a luta por um autêntico partido operário que tenha por objectivo ajudar as massas — sem salvador supremo! — a tomarem o poder, de modo a extirpar o mal pela raiz, pela expropriação do capital.

**Émmanuel Kazan.**

<sup>12</sup> Note-se, nesta matéria, que a organização brasileira aliada à CCI no Comité de Correspondência publica no seu jornal *O Trabalho* (nº 809), na página 12, o discurso de Mélenchon em versão truncada,

dele desaparecendo toda a referência à constituição de uma “*nova Frente Popular*”. O futuro dirá se isto corresponde ou não a diferenciações.

## Centenário da Revolução Russa

### Alguns documentos dos Cadernos do Movimento Operário

As organizações reunidas no Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional organizam iniciativas comemorativas do centenário da revolução russa no mundo inteiro. A narrativa da maior das revoluções, quando não é apagada da história mundial oficial, é coberta de mentiras e falsificações, para fazê-la aparecer como um golpe de Estado ou uma anomalia histórica. Para quem se propõe mudar o mundo e derrubar o capitalismo, a história escondida de Fevereiro e Outubro de 1917 continua a ser objecto de disputa política. Por isso informamos os nossos leitores da publicação dos dois últimos números dos *Cadernos do Movimento Operário*, os nºs 73 e 74 (em francês) consagrados a esta questão. Os *Cadernos do Movimento Operário* são uma revista de história do movimento operário fundada, em 1997, pelo historiador soviético Vadim Rogovin, hoje falecido, e pelo nosso camarada Jean-Jacques Marie. Publicam trimestralmente, em língua francesa, documentos inéditos e estudos sobre todas as correntes do movimento operário internacional. Para obtê-los, os leitores podem contactar a redacção d'*A Internacional*. O primeiro versa “a revolução de Fevereiro de 1917”, o segundo “De Julho a Outubro de 1917, a caminho da tomada do poder pelos bolcheviques”. Publicamos alguns documentos deles extraídos.

#### Apresentação

O mundo mudou brutalmente de hora. Milhões de obus destruidores foram arremessados durante a guerra mundial. Os engenheiros continuavam a inventar as armas mais pesadas, mais poderosas, mais devastadoras. Mas nenhum obus foi mais devastador e decisivo do que aquele comboio, com a sua carga de revolucionários mais perigosos e mais decididos deste século, aquele comboio que, da fronteira suíça, cortava então pela Alemanha fora em direcção a Petrogrado, preparando-se para rebentar com a ordem do tempo” (Stefan Zweig).



[“A manifestação das mulheres de Petrogrado no dia 8 de Março de 1917. No primeiro cartaz: “Aumento das rações para as famílias dos soldados, defensores da liberdade e da paz entre os povos”, no segundo cartaz: “Alimentem os filhos dos defensores da pátria”.]

#### “Eclodiu a revolução na Rússia!”

No dia 2 (15) de Março ao meio-dia, Lenine acaba de tomar o pequeno-almoço e prepara-se para sair para ir trabalhar para a biblioteca quando um desgrenhado militante polaco irrompe na sala aos gritos: “Então não sabe de nada? Rebentou a revolução na Rússia!” Ela anunciara-se; mas ninguém a esperava.

O exército russo alistara, desde 1914, 15 milhões de homens, dos quais 1,5 milhões morreram e 2 milhões ficaram feridos

e mutilados, 3 milhões foram feitos prisioneiros, e meio milhão desertou. Minam o regime as derrotas militares, o cortejo sem fim de mortos e mutilados, a desmoralização de milhões de soldados mal vestidos, mal alimentados, mal calçados, mal armados, a arrastarem-se pela neve e pela lama à espera da próxima retirada e do próximo massacre, a incúria de um estado maior especializado em paradas, desfiles e rezas, a corrupção dos círculos dirigentes a chafurdar nos lucros da guerra, o descrédito da família real, o ódio suscitado pela arrogante imperatriz de origem alemã, manchada pelas suas relações com o intriguista e depravado monge Rasputin, assassinado em Dezembro de 1916, a queda da produção industrial, a paralisia crescente dos transportes, que demora o abastecimento.

Nas próprias cúpulas, alguns, para evitar a catástrofe, pensam em afastar a imperatriz e substituir Nicolau II pelo irmão Miguel. Os próprios governos inglês e francês, que temem que Nicolau II assine uma paz separada com Guilherme II para esconjurar a catástrofe iminente para o seu regime, favorecem mais ou menos firmemente os diversos projectos que amadurecem na sombra dos corredores, abortando, porém, nados-mortos (com excepção do assassinato do conselheiro da imperatriz, o monge Rasputin, no final de Dezembro de 1916). Será possível mudar de czar em tempo de guerra sem precipitar a explosão iminente? As sombras de conspirações abortam ante este medo.

#### **1916: um pouco mais de 500.000 grevistas**

Já em 1915, as primeiras greves e manifestações, sobretudo de operárias, são reflexo da cada vez mais forte rejeição da guerra e do regime pela população. O regime responde com repressão: decapita todas as organizações socialistas, prendendo ou exilando a maior parte dos responsáveis. Apesar desta repressão, o ano de 1916 conta um pouco mais de 500.000 grevistas (221.136 participantes em greves económicas e 280.943 em greves políticas). No início de 1917, a polícia decapita o comité de Petrogrado do Partido Bolchevique, prendendo inclusive o grupo dos mencheviques — partidários da guerra e ditos defensistas — apesar de estes estarem desejosos de pôr a indústria de guerra a funcionar, contra os obstáculos multiplicados pela burocracia czarista!

A produção agrícola baixa. O medo da fome assola as cidades, onde o pão escasseia. No início de 1917, o mecanismo económico encrava: os preços sobem, a especulação desenfreia-se, desenfreando paixões, e o abastecimento de Petrogrado tarda, alongam-se as bichas à frente das padarias, no frio glacial.

#### **A greve das operárias têxteis de Viborg**

No dia 23 de Fevereiro, por ocasião do dia internacional da mulher, operárias têxteis entram em greve sem ninguém as ter convocado. Desfilam aos gritos de “Pão, pão!”. No dia seguinte, a greve alastra. Os operários espalham-se pelas ruas da cidade; os cossacos resistem sem convicção; os polícias barram as pontes, os operários passam o Neva gelado, invadem o centro, batem-se com a polícia, confraternizam com os soldados. No seu enorme calhamaço *Março de 1917*, Soljenitsin pretende que Petrogrado está a abarrotar de pão e carne e reduz o movimento a um saque

sistemático das lojas e a uma pilhagem gigantesca organizada por bandidos.

No dia 26 ao meio-dia, os operários ocupam o centro da cidade, metralhados a espaços por polícias aninhados nos telhados. À noite, uma companhia do regimento Pavlovsky amotina-se e tenta sublevar os regimentos vizinhos. A greve geral torna-se insurreccional. Na segunda-feira, 27, pela manhã, operários e amotinados atacam juntos as esquadras da polícia. Os insurrectos pilham o arsenal, forçam os portões das prisões, incendiam o palácio da justiça. Para Soljenitsin, é o princípio do apocalipse: “*A cidade fica à mercê da pilhagem, das chamas e das matanças*”<sup>13</sup>.

No dia 27 à noite decorre na sede da Duma a sessão constituinte do soviete dos deputados operários e soldados de Petrogrado, que reúne delegados eleitos ou designados à pressa nas fábricas e quartéis, mais duzentos delegados por cada partido socialista. O soviete decide publicar um jornal, as *Izvestija*, elegendo em seguida um comité executivo, presidido pelo menchevique Chkheidzé. Numa sala vizinha, os deputados à Duma formam um comité provisório encarregado de defender até ao fim o regime czarista agonizante ou, a ser isso impossível, rendê-lo na tarefa de defender o capitalismo russo e continuar a guerra até à vitória; na prática, até esgotar o país para responder às exigências do capital franco-britânico e, daí a pouco, do americano.

#### **O paradoxo de Fevereiro**

No dia 2 de Março, constitui-se um governo provisório chefiado pelo príncipe Lvov, um latifundiário, que decide prosseguir a guerra. Supõe-se que o governo provisório emane da Duma, eleita por quatro anos em 1912 e cuja existência Nicolau II prorrogara arbitrariamente, por decreto, para, em plena guerra, evitar eleições piores de descalabro político. Nesse mesmo dia 2 de Março, o czar abdica... A monarquia afunda-se. No dia 9, o sínodo da Igreja ortodoxa, tão engordada pelo czar, vê na abdicação “*a vontade de Deus*”.

Para os mencheviques e S-Rs, a revolução democrática em curso tem o único objectivo de liquidar os vestígios do feudalismo na Rússia e permitir o desabrochamento do capitalismo; não se toque, pois, na propriedade privada da terra e dos meios de produção, o poder cabe à burguesia. Os mencheviques e S-Rs, maioritários no soviete, entregam o poder à fantasmática Duma. É o paradoxo de Fevereiro, assim reflectido pelo ministro Guchkov: “*O governo provisório só existe na medida em que o soviete o permite.*” O advogado trabalhista Kerensky, próximo dos S-Rs e membro do soviete, nomeado ministro da justiça a título pessoal, dá ao governo a caução pública dos sovietes. Os operários, operárias e soldados que derrubaram a monarquia só confiam efectivamente no soviete, cujos dirigentes apoiam com todas as suas forças o governo provisório, criticando uma ou outra decisão, controlam-no, censuram-no até. Uma comissão “de contacto” constituída para o efeito oficializa o duplo poder, estado de desequilíbrio permanente e, portanto, necessariamente provisório. Os mencheviques e os S-Rs vêem-no como um equilíbrio

<sup>13</sup> Alexandre Soljenitsin, *Março de 1917*, volume 1, p. 498.

baseado primeiro na conciliação e depois na cooperação entre soviete e governo provisório.

A ordem nº 1 do soviete, promulgada no dia 2 de Março, dia da própria formação do governo provisório e da abdicação de Nicolau II, reflecte este equilíbrio impossível. Enquanto S-Rs e mencheviques se pronunciam pela defesa militar da Rússia liberta do czar e, portanto, por continuar a guerra, a ordem nº 1 convida os soldados a elegerem comités em todas as unidades, a quem hão-de ser submetidos todos os actos políticos.

Governo e estado-maior não podem, pois, dispor livremente das suas forças armadas. Enquanto isso, meio milhão de desertores vagueia já pelos campos... A crise nas cúpulas desenha-se desde o primeiro dia de existência do governo.

Essa crise não é, porém, mais do que um momento de uma crise mundial que dilacera, em graus variáveis, todos os países envolvidos na guerra.

Jean-Jacques Marie

## 24 de Fevereiro de 1917

**Extracto do relatório do chefe da Okhrana ao director do departamento de polícia, o general Vassiliev, sobre os acontecimentos na capital**

**A** greve de ontem, por causa da falta de pão, continuou hoje. Ao longo do dia, paralisaram o trabalho 131 empresas, num total de 158.583 operários. Chegados à fábrica logo de manhã, os trabalhadores das empresas em greve, depois de uma breve reunião, voltaram, uns, para casa, e os outros saíram para a rua, semeando a desordem.

Às 9 horas, uma multidão de operários saídos da fábrica Kan uniu-se, na avenida Puchkarskaia Grande, aos operários da fábrica Erikson, que vinham em sentido oposto. Percorreram o bairro, instigando os operários que antes da sua chegada não haviam causado perturbações da ordem.

A multidão atingiu, assim, 2.000 a 3.000 homens. Na esquina da perspectiva Bolchoi com a rua Grebetskaia, os manifestantes cruzaram-se com um destacamento de polícia, que não era suficientemente numeroso para poder detê-los e os deixou passar. Na perspectiva Kamenovski, a multidão foi dispersada pelos cossacos e pela polícia montada. Havia entre os manifestantes grande número de estudantes do secundário e universitários.

Depois de limpa a rua e de os operários terem regressado aos passeios, alguém, do meio da multidão estacionada à frente do nº 4 da perspectiva Kamenostrovski, disparou um tiro de revólver contra a polícia, mas sem resultado. Pouco depois, do meio da multidão concentrada perto do nº 8 da rua Possadkaia pequena, para onde tinham também sido repelidos grupos de pessoas, um desconhecido disparou, tendo uma mulher não identificada sido mortalmente ferida na cabeça.

Faleceu antes de chegar ao Hospital de São Pedro e São Paulo. Por volta das 9 horas, 3.500 operários, chegados à fábrica Aivaz, reuniram-se na oficina do departamento automóvel e fizeram uma reunião em que oradores vindos de fora proferiram discursos contra o governo e apelaram aos operários a unirem-se e apresentarem energicamente à Duma a exigência de demissão do governo, salientando que

essa exigência era apoiada não apenas pelos operários, mas também pelos empregados, a saber os dos caminhos-de-ferro, dos eléctricos, dos correios e dos telégrafos. Estas reivindicações seriam apoiadas por manifestações, mas sem violência (pogrom).

Não marchar em multidão pelas ruas, mas sim em pequenos grupos, para chegar à Duma por volta das 3 horas. No final foi adoptada uma resolução que exigia a demissão do governo. Os trabalhadores saídos às 9 horas da manhã das fábricas do bairro nº 1 de Vyborg juntaram-se aos do bairro nº 2, que estavam a chegar. Quiseram atravessar a ponte Alexandrovski, mas foram dispersados por um destacamento de polícia. Os operários que haviam abandonado a fábrica “Promet” instigaram os do sector de munições da cartucharia.

Os desordeiros dispersados pela polícia puseram-se a errar (sic!) por vários bairros, juntando a si multidões com quem marchavam pelas ruas, fazendo manifestações e praticando excessos, tendo sido reportados os seguintes.

Uma multidão de cerca de 200 pessoas subiu a rua Basseinaia, gritando por “Pão!”.

Uma multidão de operários dos bairros de Vyborg e de Petrogrado, em número de cerca de 100, tentou instigar os operários da fábrica de tabaco e da fábrica “Siemens e Galsk”, tendo, no entanto, sido dispersada pelo destacamento de polícia do bairro nº 2 de Vyborg.

Uma multidão de operários pilhou o talho Staroverov, no nº 47-49 da rua Spasskaia grande. Mulheres partiram então a montra da padaria “Chmarov e Ivanov”, no nº 60 da rua Nikolaevski.

Uma multidão de cerca de 1000 pessoas parou um eléctrico perto da barreira de Moscovo e ficou com a alavanca de comando do condutor.

Uma multidão de operários pilhou uma loja no nº 19 da rua Sejinski.

Na perspectiva Nevski, perto dos grandes armazéns Gostinny Dvor, uma multidão de cerca de 900 pessoas concentrou-se e dirigiu-se para a estação de Nikolaev.

Uma multidão de cerca de 300 operários saídos da fábrica Franco-Russa irrompeu na fábrica do Almirantado na ilha Galerny, instigando 1.300 operários, tendo todos eles depois tentado parar o eléctrico. Foram dispersos pela polícia. Os operários da fábrica “Siemens e Galsk”, em número de cerca de 2.000, que percorriam as ruas entoando cânticos revolucionários, foram dispersados pela polícia.

Uma multidão de operários tentou instigar os trabalhadores da Latoaria Militar no nº 52 da 17ª linha, sendo dispersa pela polícia. À 1h30 da tarde, uma multidão de cerca de 300 pessoas reuniu-se de novo frente à catedral de Kazan, dirigindo-se para a rua Sadovaia.

Mais ou menos no mesmo momento uma multidão de cerca de 100 operários concentrou-se na grande perspectiva da ilha Vassilievski, dirigindo-se para a ponte Nikolaev. Perto das 2 horas, a multidão que estava na bicha partiu a montra da padaria Barski, no 2/62 da rua rua Lakhtinski e no depósito de pão Erofeev, no nº 5 da perspectiva Geslerovski.

Uma multidão de cerca de 300 operários que subiam a perspectiva Nevski parou no nº 80 e ouviu o discurso de um orador que apelou ao derrube do regime existente e propôs



uma concentração no dia seguinte, 25 de Fevereiro, ao meio-dia, frente à catedral de Kazan.

As multidões que assim marchavam partiam montras, saqueavam lojas e paravam os eléctricos até a polícia chegar e dispersá-las.

Por volta das 6 horas, um eléctrico foi parado pela multidão na rua Chamchevaia. Enquanto se restabelecia a ordem, o conselheiro titular Vassiliev sofreu dois ferimentos ligeiros na nuca. Nesse mesmo momento, duas carruagens de eléctrico foram derrubadas na esquina das ruas Vvedenski e Sejinski. Nesse dia, os controladores e condutores do parque Rojdestvenski apresentaram reivindicações económicas.

O chefe da Okhrana de Petrogrado, major-general Globatchev

♦♦♦♦

## Moção adoptada pelos trabalhadores da fábrica Putilov

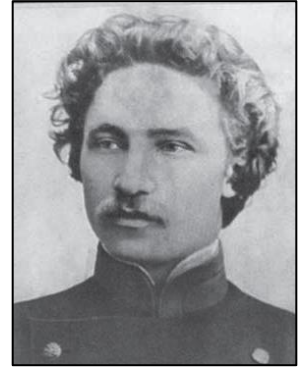
11 de Outubro de 1917\*

1. Nós, trabalhadores da fábrica Putilov, exigimos que todo o poder passe para o soviete de delegados operários, soldados e camponeses.
2. Exigimos o armistício em todas as frentes.
3. Exigimos que se proponha a paz a todas as potências combatentes com base em princípios democráticos.
4. Exigimos que as terras pertencentes aos terratenentes, ao Estado, aos grandes feudais e à Igreja sejam imediatamente entregues a comités camponeses.
5. Exigimos o controlo imediato da produção.
6. Exigimos a convocação imediata de um congresso pan-russo dos sovietes.
7. Exigimos a libertação imediata de todos os membros de comités agrários detidos pelos comissários do governo e depois presos.
8. Exigimos a libertação imediata de todos os que foram presos por causa do caso político de 3 a 5 de Julho e estão nos cárceres da República.
9. Protestamos contra o afastamento das tropas da guarnição de Petrogrado; exigimos que a guarnição de Petrogrado seja equipada com todo o tipo de armamento; exigimos também o armamento de toda a classe operária revolucionária, para assegurar a derrota do inimigo da revolução no nosso país e também contra o inimigo fora das nossas fronteiras, contra o Kaiser alemão.
10. Associamo-nos plenamente a todas as decisões do soviete! Viva o soviete! Todo o poder ao soviete!

\*Citado por Piontkovski, *Antologia da História da Revolução de Outubro*, Moscovo, 1926, p. 184.

♦♦♦♦

## Podvoiski (\*) Lenine, os bolcheviques e a insurreição



Alguns dias antes de meio de Outubro, Lenine convocara para o seu esconderijo B. I. Nevski, Antonov-Ovseenko, Racovski e Podvoisky, para ficar com uma ideia definitiva sobre a preparação da insurreição. Antonov-Ovseenko declarou não possuir os elementos necessários para avaliar o estado de espírito da guarnição de Petrogrado; havia a certeza de que a armada se levantaria ao primeiro apelo, mas ele duvidava de que ela pudesse chegar a tempo a Petrogrado! Nevski e Podvoiski indicaram que o estado de espírito das tropas da guarnição era manifestamente favorável à insurreição, mas que, mesmo assim, se tinha que adiar a dez a quinze dias a fim de pôr o problema claramente e preparar-se tecnicamente para a insurreição, de maneira decidida, tanto mais que as tropas que se tinham manifestado em Julho (regimentos Pavlovski, Grenaderski, Moskovski, primeiro regimento de reserva e outros) foram parcialmente dissolvidas, sendo necessário verificar a preparação para a insurreição dos outros regimentos, anteriormente reaccionários (Preobrajenski, Semenovski).

Podvoiski realçou igualmente que Kerenski podia contar com batalhões especiais de marcha trazidos da frente, em que os bolcheviques não haviam feito suficiente propaganda, destacamentos capazes de impedir o êxito da insurreição até à chegada de reforços da frente, onde é sempre possível encontrar tropas de orientação reaccionária. Nevski salientou que se podia ter a certeza quanto aos marinheiros de Helsingfors e outros sítios, mas que o movimento da armada para Petrogrado encontraria dificuldades colossais, uma vez que a insurreição suscitaria indubitavelmente a oposição dos oficiais e a sua detenção; ora, podia-se duvidar de que os marinheiros que os substituiriam conseguissem guiar os barcos através dos campos de minas e fossem capazes de travar batalha às portas de Petrogrado.

Assim, em geral, toda a gente concordava em adiar a insurreição por algumas semanas, recomendando cada um que se utilizasse esse tempo para preparar intensivamente a sublevação em Petrogrado, na província e na frente. Para preparar o exército e a província, propôs-se enviarem-se comissários para as frentes, bem como para Moscovo, Kiev, Ekaterinoslav, Saratov, Nijny, Iaroslavl, Tver, Tula, Kostroma, Minsk e outras localidades, para organizar comités militares revolucionários, comunicar-lhes as tarefas da insurreição e as medidas que seria necessário tomar logo a seguir à tomada do poder na capital e, em particular, para conseguir que, depois de a insurreição triunfar na capital, os decretos previstos sobre a terra, a paz, a nacionalização e a transferência das fábricas para os operários não ficassem dissimulados às massas, mas fossem amplamente

difundidos, de modo a ganhar a simpatia das massas para com o novo poder.

Todos estes argumentos não convenceram, contudo, Vladimir Ilich. Ele declarou que os decretos do novo poder não seriam, no fundo, mais do que a confirmação do que se estava já parcialmente a passar na realidade e que, portanto, as primeiras notícias sobre o novo poder só iriam reforçar automaticamente o que as localidades e a frente esperavam há muito tempo. Qualquer demora da insurreição redundaria, dizia ele, em o governo e os partidos manifestamente informados e preparados para responder à

insurreição se prepararem ainda melhor durante esse tempo adicional: “É particularmente importante que a sublevação ocorra antes do congresso dos soviets, acrescenta ele, de modo que o congresso, seja ele como for, se encontre diante do facto consumado da tomada do poder pela classe operária e de imediato fortaleça esse poder.”

“A organização militar do POSDR(b) e o Comité Militar Revolucionário (1)”, in *Krasnaia Letopis*, nº 8, 1923, nota p.16

(\*)“N. I. PODVOISKI dirige o jornal bolchevique destinado aos soldados, a *Soldatskaia Pravda*”. D.R.

A NOSSA HISTÓRIA ●

## 1947: a IVª Internacional contra a partição da Palestina

### Apresentação

Dominique Ferré

Este Outono de 2017 marca o septuagésimo aniversário da partição da Palestina, trágica consequência da votação da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) de 29 de Novembro de 1947. É, para *A Internacional*, ocasião para voltar a publicar dois documentos na altura emanados pela IVª Internacional. O primeiro, o mais conhecido, intitulado “**A Partição da Palestina**”, é o editorial da revista *Quarta Internacional* (número de Novembro-Dezembro de 1947), na altura revista do Secretariado internacional da IVª Internacional. O segundo documento, intitulado “**Contra a Partição!**” é algo anterior ao primeiro (Setembro de 1947). É um artigo, em hebraico, do boletim *Kol Ham’amad (Voz da Classe)*, editado e difundido na Palestina pelo grupo que nessa época se apresenta como “secção palestina da IVª Internacional”.

**A**s posições expostas nestes dois documentos continuam, contra ventos e marés, a ser as posições da IVª Internacional sobre a questão palestina, há setenta anos. Recusa da partição e da ingerência imperialista, direito incondicional do povo palestino a decidir do seu destino; assembleia constituinte, integrando todas as componentes da futura nação palestina, visando à instauração de um único Estado laico e democrático em todo o território histórico da Palestina. Esta tem sido a nossa posição; temo-la manifestado em todas as etapas da revolução palestina. Mantivemo-la, contra a corrente, quando todos se alinhavam pelos pretensos “acordos de paz” assinados em Oslo (1993)<sup>14</sup> nas costas do povo palestino, sob a égide do imperialismo americano. Levando até ao fim a “lógica” da partição, os acordos de Oslo erigiram uma Autoridade Palestina, sucedâneo de Estado, sem soberania alguma, em 22% do território do mandato da Palestina<sup>15</sup>, hoje dividido entre, por um lado, Gaza, asfixiada por dez anos de bloqueio e, por outro, os bantustões da Cisjordânia, serpentinas de terras palestinas todos os dias roídas pela colonização e pelos controlos militares.

A fim de enquadrar estes dois documentos no seu contexto, afigura-se necessário recordar em que condições se realizou a partição da Palestina. O atraso da revolução proletária mundial, cuja era se inaugurara com a revolução de Outubro de 1917, atraso exclusivamente devido à traição das velhas direcções operárias (social-democrata e estalinista), levou em linha recta à barbárie da segunda guerra imperialista

<sup>14</sup> Leia-se, nesta matéria, a declaração da IVª Internacional de 1993.

<sup>15</sup> Portanto a Palestina no tempo do mandato, portanto do domínio colonial britânico (1920-1948).

mundial. A barbárie imperialista manifestou-se, nomeadamente, no extermínio pelos nazis de seis milhões de judeus europeus. Porém, as conquistas de Outubro de 1917, vivas na consciência das massas soviéticas, levaram, em 1943, a uma primeira vitória dos trabalhadores sobre a barbárie, em Stalinegrado. Stalinegrado foi o ponto de partida de uma vaga revolucionária que se desenrolou pela Europa fora, alastrando depois aos impérios coloniais. Trabalhadores e povos oprimidos procuraram estribar-se na vitória de Stalinegrado para se libertarem do fascismo, mas não só: também daquilo que tinha sido o seu viveiro — a exploração capitalista e o jugo colonial. Da Índia aos Balcãs, de Itália e França ao Norte de África e à Indochina, as classes operárias e povos oprimidos saíram ao assalto do velho mundo da guerra, da exploração e do fascismo.

Seria necessário todo o peso da Santa Aliança contra-revolucionária selada entre as potências imperialistas que saíram vitoriosas da guerra (os Estados Unidos e um Império Britânico muito enfraquecido) e a burocracia estalinista no poder na URSS para fazer refluir a vaga revolucionária mundial. Em nome do pacto contra-revolucionário selado em Yalta e Potsdam, as agências nacionais da burocracia estalinista puseram-se na primeira fila do restabelecimento da “ordem”. Em França, Maurice Thorez, o secretário geral do PC regressado de Moscovo, exige o desarmamento das milícias patrióticas: “*Um só Estado, um só exército, uma só polícia*”, os do Estado burguês, que era preciso reconstruir de braço dado com De Gaulle. Se bem que a revolução tivesse sido literalmente “confiscada” pelos aparelhos, em primeira linha pelo aparelho estalinista, a classe operária arranca, ainda assim, em França como noutros países da Europa ocidental, conquistas maiores a uma burguesia que estivera a ponto de perder o essencial: o poder. Na Argélia, então colónia francesa, os estalinistas ousam denunciar como “*agentes hitlerianos*” os militantes do Partido do Povo Argelino (PPA) que desfilam com as massas argelinas em Sétif e Guelma, no dia 9 de Maio de 1945: a repressão colonial fará dezenas de milhares de mortos. Embora a Santa Aliança não consiga evitar a revolução na Iugoslávia, os acordos entre Stalin e Churchill conduzem ao sangrento esmagamento dos partisans gregos, dirigidos pelo PC, que controlavam, na prática, o essencial do país. Quando Ghalacher, deputado e dirigente do PC Britânico, protesta, na Câmara dos Comuns, contra o esmagamento dos partisans comunistas gregos pelo exército de Sua Majestade, Churchill — seguro das garantias dadas por Estaline — responde, meio ironicamente, meio ameaçadoramente: “*Cuidado, sr. Ghalacher! Quem neste momento fala assim em Moscovo vai parar à prisão...*”

E nas possessões coloniais do esfaldado Império Britânico, onde os povos procuram libertar-se da opressão? “*No período em que vivemos, escrevem os militantes trotskistas palestinos no Kol Ham’amad, feito de revoluções sociais e de revoltas dos povos reduzidos à servidão, o imperialismo utiliza dois métodos principais para exercer o seu domínio: a repressão impiedosa e brutal (casos da Indonésia, da Indochina e da Grécia) ou a diversão da luta de classes, suscitando conflitos entre nações. O segundo método é o*

*mais económico e seguro, permitindo ao imperialismo ficar nos bastidores.*” Na Índia, como na Palestina, com a ajuda directa da burocracia estalinista, o imperialismo americano aderirá às manobras de partição britânicas, enquanto “*toma conta das operações*” face ao declínio do *Empire*.

Na Índia, a partição de Agosto de 1947, que divide o império da Índias numa base religiosa, entre, por um lado, a Índia e, por outro lado, duas entidades “muçulmanas”, distantes 1.600km uma da outra, chamadas Paquistão Ocidental (o actual Paquistão) e Paquistão Oriental (que se tornará em Bangladesh depois da guerra de libertação nacional de 1971), provoca o deslocamento forçado de doze milhões de pessoas desenraizadas e um milhão de mortos em pogromes e enfrentamentos. O aparelho estalinista indiano — que, em 1942, condenara a sublevação das massas indianas — apoia a partição. A IVª Internacional e a sua secção indiana, o Partido Bolchevique-Leninista da Índia (BLPI), opõem-se-lhe. Na Palestina, “*como na Índia*”, destaca *Quarta Internacional*, “*a partição veio a ser o melhor meio para desviar a luta das massas árabes e a cólera da população trabalhadora judaica*”. Na Palestina, o imperialismo utilizará a tragédia do extermínio dos judeus europeus ocorrida durante a guerra para instrumentalizar para os seus desígnios uma corrente reaccionária e racista, que até então desempenhava um papel secundário: o sionismo<sup>16</sup>. No próprio momento em que centenas de milhares dos que escaparam aos “campos da morte” nazis tentam fugir da Europa, as potências imperialistas fecham as fronteiras da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália com argumentos que não repugnariam aos ideólogos do Reich hitleriano. “*Foi o imperialismo que criou o problema dos refugiados dos campos de concentração, ao fechar-lhes as portas de todos os países. O responsável pelo destino dos refugiados é o imperialismo*”, bem vincavam os trotskistas palestinianos no seu documento de Setembro de 1947.

Como recordava o grande escritor e militante revolucionário palestiniano Ghassan Kanafani: “*Se o nazismo foi responsável pelo terror contra os judeus e pela sua fuga da Alemanha, foi o capitalismo “democrático” o responsável, juntamente com o movimento sionista, pelo envio de grande número deles para a Palestina, como os seguintes números ilustram: dos 2.562.000 judeus que fugiram à perseguição nazi, os EUA acolheram apenas 170.000 (6,6%), a Inglaterra 50.000 (1,9%), enquanto a Palestina recebeu 8,5%, e 1.930.000 (75,2%) encontraram refúgio na URSS.*” (em *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*). A seguir à guerra, como recorda o editorial de *Quarta Internacional*, a IVª Internacional faz campanha, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e noutros países, pelo acolhimento sem condições dos refugiados judeus nesses países.

As potências imperialistas recusam-no, na mira de dirigirem a emigração judaica, com a ajuda dos sionistas, para um e um só destino: a Palestina. Não que a ingerência imperialista, o

<sup>16</sup> O sionismo, corrente ultraminoritária entre as massas judias oprimidas da Europa até à segunda guerra mundial, era combatido por todas as correntes do movimento operário, nomeadamente na Europa de Leste e na Rússia.

O velho *Bund*, partido operário judeu da Polónia e do Império Czarista, afirmava, contra o sionismo, no seu 4º Congresso, que “*a criação de um território para o povo judeu não pode ter a pretensão de resolver a questão judaica*”.

“*divide et impera*”<sup>17</sup>, seja novidade no Próximo Oriente, já vítima dos acordos secretos franco-britânicos de 1916, ditos Sykes-Picot (diplomacia secreta revelada pelos bolcheviques na *Pravda*, a seguir à revolução de Outubro), da declaração Balfour para o estabelecimento de um pretensão “lar nacional judeu na Palestina” e do primeiro plano de partição da Palestina, contemplado pelos Britânicos em resposta à poderosa greve geral palestina de 1936... Para impor a partição, iria, contudo, ser necessário instrumentalizar ignobilmente os seis milhões de judeus assassinados pelo nazismo.

No entanto, não se pode assacar a inteira responsabilidade da partição às potências imperialistas ou ao seu instrumento acessório, o sionismo. Nada teria sido possível sem a ajuda directa da burocracia estalinista no poder na URSS (e, acessoriamente, dos dirigentes da social-democracia, especialmente dos dirigentes do Labour Party britânico, que desempenharam na perfeição o seu papel de “*lugar-tenente operário da burguesia*”). O historiador Henri Laurens, em obra considerada de referência nesta matéria<sup>18</sup>, lembra assim as circunstâncias da votação na ONU, após várias tentativas. “*As grandes potências chegam a acordo para convocar uma sessão extraordinária da assembleia geral da ONU a fim de estudar a questão da Palestina. Rejeita-se uma proposta árabe requerendo que a ordem de trabalhos fosse a independência da Palestina (1 de Maio de 1947). Para surpresa geral, a delegação soviética pronuncia-se por um Estado binacional na Palestina ou, caso isso não fosse possível, por uma repartição da Palestina. (...) Em 31 de Agosto de 1947, a Comissão publica o seu relatório. Recomenda, por unanimidade, o fim do Mandato e a independência da Palestina. A maioria propõe um plano de partilha, com união económica e internacionalização de Jerusalém; a minoria (Índia, Irão, Iugoslávia) sugere a criação de um Estado federal que compreenda um Estado árabe e um Estado judeu, com capital em Jerusalém.*

O Alto Comité árabe<sup>19</sup> rejeita de imediato os dois planos. Os sionistas apoiam o plano de partilha. O dossiê é devolvido à assembleia geral da ONU. Os Estados Unidos e a União Soviética tomam posição a favor da partilha, a Grã-Bretanha anuncia a intenção de se abster, a França hesita: por um lado, as suas simpatias profundas são favoráveis ao sionismo; por outro lado, porém, o peso do seu império muçulmano (sobretudo o Norte de África) impele-a à abstenção. (...) O debate principal corre nas sub-comissões da ONU, encarregadas, a partir do final de 1947, de estudar as duas propostas da comissão de inquérito. Graças a pressões americanas especialmente intensas, vários Estados da América Latina modificam a sua decisão de voto no último momento, resultando na aceitação do plano de partilha em 29 de Novembro de 1947 (acontece o mesmo com a França, que, depois de muito hesitar, vota a favor da partilha)”.

Factor determinante foi, sem dúvida alguma, o apoio da burocracia do Kremlin, na continuidade dos acordos contra-revolucionários de Yalta e Potsdam. Os trotskistas

palestinos de 1947 tinham mil vezes razão em denunciarem a atitude do Partido Comunista da Palestina (portanto, do partido estalinista, que brevemente haveria de cindir-se ao longo de uma linha étnico-religiosa que decalcava o modelo da partilha), escrevendo no *Kol Ham'amad*: “*Ele (o PC) está à espera, parece, de uma solução “justa” da parte das Nações Unidas. Seja como for, continua a ter ilusões sobre as Nações Unidas e, nesse sentido, está ajudando o imperialismo a camuflar e a levar a efeito os seus planos*”.

Quantas vezes se ouviu dizer, desde 1947, que, para fazer respeitar os direitos nacionais do povo palestino, era preciso remeter para a ONU? Quantas vezes, quando foi exactamente no âmbito da ONU que foi selado o acordo entre o imperialismo e a burocracia estalinista para tentar estrangular as legítimas aspirações nacionais do povo palestino? Assinalar-se-á, aliás, que tais apelos a remeter para “as resoluções da ONU” deixaram de ser, desde 1947, apanágio dos estalinistas. Foram ecoados, também, pelos renegados do trotskismo (pablistas, etc.) e igualmente pela maioria da própria direcção palestina. Porém, ontem como hoje, remeter para a ONU é “*ajudar a camuflar e a levar a efeito os planos do imperialismo*”.

Não é caso de contar aqui a história do que se seguiu à votação na ONU de Novembro de 1947: a *nakba*<sup>20</sup>, o exílio, a opressão nacional, as guerras de 1948, 1956, 1967 e 1973, os pretensos “planos de paz” até Oslo (1993). Diga-se simplesmente que, dos “dois Estados” previstos no plano de partilha da ONU, apenas um, o Estado de Israel, viu a luz do dia — como *Quarta Internacional* previra: “*é altamente improvável a criação de um Estado árabe independente na Palestina*”. Primeiro, porque “*o rei Abdallah, da Transjordânia, agente nº 1 da City de Londres no mundo árabe, poderá muito bem conseguir incorporar no seu reino o Leste da Palestina, realizando, assim, a primeira etapa da formação do império da Grã-Síria, objectivo final da sua dinastia e da burguesia britânica no Próximo Oriente*” (*Quarta internacional*). É exactamente isto que virá a ocorrer.

A IVª Internacional já em 1947 bem alertava contra os falsos aliados do povo palestino: “*os effendis*<sup>21</sup> e *os agentes imperialistas, (...) as manobras das burguesias egípcia e síria*”, em duas palavras: os regimes árabes reaccionários. Palavras premonitórias. As mortais ilusões quanto à “ajuda” que os regimes árabes da região (sem excepção) pudessem dar à revolução palestina originaram, com efeito, outras tantas derrotas sangrentas e traições, do “Setembro negro” na Jordânia aos acordos de Camp David entre o Egipto de Sadat e Israel, passando pela segurança que o regime sírio de Assad estabeleceu na fronteira israelita no planalto de Golan. Quanto à direcção palestina, todas as suas fracções acabarão, em 1988 e, mais tarde, nos acordos de Oslo, por renunciar à Carta Nacional Palestina, que fixava o objectivo de libertação de toda a Palestina, para nela

<sup>17</sup> “*Dividir para reinar*”, palavra de ordem das classes dominantes desde o Império Romano.

<sup>18</sup> Henri Laurens, *Le retour des exilés. La lutte pour la Palestine de 1869 à 1997*.

<sup>19</sup> Instância que representava a burguesia e os senhores feudais palestinos.

<sup>20</sup> A *nakba*, catástrofe (de 1948), em árabe: 780.000 palestinos, no mínimo, foram expulsos das suas terras.

<sup>21</sup> Termo turco, ainda datado da ocupação otomana, que designava os representantes das classes privilegiadas.

estabelecer um Estado cujos cidadãos fossem iguais em direitos, fosse qual fosse a sua religião.

A renúncia à Carta Nacional reunirá todas as fracções da direcção palestina, inclusive, fora da OLP, o Hamas, que, no dia 1 de Maio de 2017, se pronunciará oficialmente por *“um Estado nas fronteiras de 1967”* (portanto: Cisjordânia e Gaza). Ora, não há terceira via possível entre um Estado democrático e a guerra de extermínio. *“A única alternativa a uma solução de dois Estados seria um Estado laico e democrático em que judeus, muçulmanos e cristãos fossem iguais”*, declarava, em Fevereiro de 2017, Saeb Erakat, da direcção palestina... para de imediato afastar essa *“única alternativa”*, que implicaria romper com o imperialismo, o que ele não quer. Porém, a revolução palestina deriva da vontade, que não se interrompeu, do povo palestino de estabelecer uma nação no território histórico da Palestina. O seu motor é a inquebrantável vontade de milhões de refugiados e descendentes de reivindicarem o seu direito a regressar.

Apesar das derrotas e traições, a revolução palestina permanece viva, pois o povo palestino não desistiu dos seus direitos nacionais. Já em 1947 ela se levantara contra o acordo de cúpula entre imperialismo e burocracia estalinista; foi, é e continuará a ser uma das alavancas da revolução mundial.

O Estado de Israel estabeleceu-se, por sua vez, em 1948, no âmbito da partição. De 1948 até aos nossos dias, tem obedecido a uma *“lógica”* que é a que os dirigentes sionistas sempre tiveram em mira: a da tentativa de expulsão permanente e extermínio do povo palestino. Era a lógica que, já em 1940, Joseph Weitz<sup>22</sup>, chefe da agência de colonização sionista na Palestina, expunha nestes termos: *“Entre nós se diga que temos de perceber bem que não há lugar para os dois povos, juntos, neste país. Não alcançaremos os nossos fins se os árabes ficarem neste pequeno país. Não há outro meio senão a transferência dos árabes — de todos os árabes — daqui para os países vizinhos. Não pode ficar nenhuma aldeia, nenhuma tribo.”* Este Estado, porém, a que *Quarta Internacional* chamava com razão *“Estado em miniatura”*, *“peão”* das grandes potências para *“as suas manobras no mundo árabe”*, não podia ser senão factor de extermínio do povo palestino, assim como não podia ser senão uma *“armadilha”* para os judeus. *“Acaba de se fechar a armadilha que, nas palavras de Trotsky, a Palestina representa para os judeus”*.

*Quarta Internacional* comenta, ainda, que a criação daquele Estado, *“alegradamente para erradicar o anti-semitismo no mundo, foi acolhida por uma vaga de pogromes selvagens em Adem e por uma vaga de anti-semitismo pelo mundo fora”*. O sionismo conseguiu a proeza de reconstituir o *“gueto”*, quando a secular luta democrática dos judeus oprimidos sempre reivindicara a igualdade de direitos como meio de emancipação política. Setenta anos depois, o *“Estado em miniatura”* vive, na realidade, pendente do soro da ajuda financeira e militar do imperialismo americano. Em 2013, o jornal israelita *Haaretz*<sup>23</sup> estimava em 233,7 milhares de milhões de dólares o total — corrigido de inflação — das

ajudas militares e económicas pagas pelos Estados Unidos a Israel desde 1948!

Ao abrir, já em 1948, a perspectiva da Assembleia Constituinte palestina (integrando todas as componentes da futura nação palestina), *Quarta Internacional* bem realçava como, para haver luta conjunta das massas árabes e da população laboriosa judia da Palestina, era condição *“tomar posição inequívoca contra a partição do país e a instauração de um Estado judaico”*. Era o velho adágio de Marx: *“um povo que oprime outro povo não pode ser livre”*. Os judeus emigrados para a Palestina só podem esperar tornarem-se cidadãos palestinos iguais aos seus irmãos árabes se renunciarem ao estatuto de colonos privilegiados, se, portanto, se der *“a ruptura de amplas massas (judias — NdR) com o criminoso sionismo”*.

Nas vésperas da partição, da *Nakba* e das tragédias que se abaterão sobre a região, encontra-se nestes documentos, apesar de tudo, a articulação de uma perspectiva positiva para as massas. Corrente minoritária no movimento operário (na altura, fisicamente perseguida pelo estalinismo nos quatro cantos do planeta), a IVª Internacional nem por isso deixava de reivindicar estar *“na vanguarda da luta contra a partição, por uma Palestina una e independente, em que as massas determinarão soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte”*. *“Utopia”*, *“falta de realismo”* são os epítetos que, nos últimos setenta anos, os *“realistas”* de todas as bandas não se têm cansado de apor a esta posição.

Recordemos o que, em 1982, lhes respondia o nosso camarada Pierre Lambert, num comício do Partido Comunista Internacionalista (PCI) em Paris, após os massacres de Sabra e Chatila: *“Para poder haver esta nova nação palestina, única voz de progresso e paz naquela região do mundo, é preciso lutar pela Constituinte palestina, uma constituinte que defina direitos iguais e deveres de cada uma das suas componentes, judia e árabe, numa nação una. É por esta razão que nós somos contra o Estado de Israel. Têm-nos retorquido, andam-nos a dizer há anos e anos: é uma utopia. Camaradas, para onde têm os tais realistas levado os povos, todos esses que nos têm andado a explicar que a nossa posição e a nossa luta são utópicas? Para onde estão eles a conduzir hoje esta região do mundo, palco de fogo, massacres, privação? Não, não há nenhuma outra saída a não ser a saída democrática, e a saída democrática, a única que possa trazer paz a esta região, passa pelo desaparecimento do Estado de Israel, passa pela Constituinte palestina, que edifique a nação palestina com as suas duas componentes. Camaradas, todos os planos, todas as soluções que não partam desta solução democrática têm como única realidade os massacres recorrentes. Foi a guerra de 1948, foi a guerra de 1956, foi a guerra de 1967, foi o “Setembro negro” de 1970, esse Setembro negro em que o rei da Jordânia quis aproveitar as forças que o imperialismo americano lhe fornecera para esmagar ou tentar esmagar os palestinos. Foi a guerra de 1973, foi Tall-el-Zaatar<sup>24</sup> em 1976.*

<sup>22</sup> Citado em *La solution au problème des réfugiés*, Setembro de 1967, tradução nossa.

<sup>23</sup> Ora Corend e Nadan Feldman, *“US Aid to Israel Totals \$233.7b Over Six Decades”*, *Haaretz*, 20 de Março de 2013.

<sup>24</sup> Massacre perpetrado em 12 de Agosto de 1976 pelas Falanges libanesas no campo de refugiados palestinos de Tel al-Zaatar, a noroeste de Beirute (Libano). O regime sírio de Hafez el-Assad, cujas tropas estavam nas proximidades do campo, decidiu ficar quieto.

*A manutenção do Estado de Israel só pode levar à guerra. Os realistas andam-vos a dizer que a luta pela nação palestina é uma utopia. Na realidade, só a luta do proletariado internacional, a luta solidária dos povos pode dar a dimensão da libertação e da emancipação, porque ela é a luta revolucionária dos povos do Médio Oriente, dos povos do Próximo Oriente, de que a revolução palestina é o ferro de lança. Repito, é porque somos internacionalistas que somos pelo direito dos povos a disporem de si mesmos, e é porque somos pelo direito dos povos a disporem de si mesmos que dizemos: o Estado de Israel deve desaparecer! (...) Nós dizemos que o arranque democrático não só abre a única verdadeira solução para as questões que se põem nesta região do mundo, mas, sendo ele a solução democrática, só ele pode salvar as tradições democráticas milenares do povo judeu. Israel nasceu da negação da cultura judaica. Sharon, Begin são os seus coveiros.*

*Oprimidos há milénios, os judeus adquiriram e conquistaram uma tradição. O Estado opressor de Israel ergue-se contra esta cultura e estas tradições. Com o Estado de Israel, é a incultura, a pior reacção, a utilização de milícias fascistas. Begin, Sharon são os coveiros destas tradições, o Estado de Israel é a sua negação. Camaradas, aos que recordam, e nós compreendemo-lo, o holocausto organizado pelos nazis, nós dizemos: o corpo esventrado e desfeito de uma criança judia no gueto de Varsóvia não pode ter um preço mais alto do que o corpo esventrado e desfeito da criança palestina ou libanesa de Tiro, Saida ou Beirute. O crime de uns não desculpa o crime dos outros”.*

**Dominique Ferré**  
15 de Julho de 2017



“Campo de refugiados palestinos de Jaramana (Síria, 1948)”

## Documentos

### A Partição da Palestina

Editorial de *Quarta Internacional* (Novembro-Dezembro de 1947)

**D**epois de os “três grandes” terem chegado a acordo para a partição da Palestina, a votação nas Nações Unidas era pura formalidade. O imperialismo

britânico retira-se do Próximo Oriente para uma segunda linha de defesa, comparável com o que se fez no caso da divisão da Índia. Nos dois Estados, judeu e árabe, a Grã-Bretanha preserva o essencial das suas posições económicas e financeiras. A Legião Árabe do hipotético Estado árabe e a Haganah<sup>25</sup> operarão em estreita coordenação com o ministério da guerra britânico, como é o caso dos exércitos hindus e muçulmanos na Índia. E, tal como na Índia, a partição vem a ser o melhor meio para desviar para um combate fratricida a luta das massas árabes e a cólera da população laboriosa judaica.

As manobras do imperialismo britânico tornaram-se necessárias por causa da diminuição dos recursos, que obriga os imperialistas a reduzirem os seus “compromissos internacionais” para economizar dólares, força de trabalho e armamento. No caso específico da Palestina, isso é apresentado de maneira ainda mais hipócrita. Na realidade, a criação de um Estado árabe independente na Palestina é altamente improvável. Por este motivo, o rei Abdallah da Transjordânia, agente nº 1 da City de Londres no mundo árabe, poderá perfeitamente conseguir incorporar o Leste da Palestina no seu reino, realizando, assim, a primeira etapa da formação do império da Grã-Síria, objectivo final da sua dinastia e da burguesia britânica no Próximo Oriente. Londres continuará a reinar sem que isso custe um centavo ao contribuinte inglês. O único povo a arcar serão, sim, os próprios palestinos. Para o imperialismo americano, como para a burocracia soviética, a aceitação da partição significa, sobretudo, a liquidação do mandato britânico e a abertura da luta pela herança das posições abandonadas. O Kremlin congratula-se com a abertura de um período atribulado no Próximo Oriente em que fará o seu melhor para enfraquecer as posições inglesas e preparar a sua própria penetração, seja a coberto de uma “Comissão Mista da ONU” seja de uma “tutela dos Três Grandes” sobre Jerusalém. O imperialismo americano está, na Palestina, como antes na Grécia, a braços com o problema de encontrar uma solução alternativa à tutela imperialista que os britânicos deixaram de poder assumir. Depois da evacuação das tropas inglesas, a Haganah será a única força militar dotada de equipamento moderno, força estrangeira ao mundo árabe que servirá, se for o caso, para combater uma insurreição autóctone ou uma ameaça russa às fontes de petróleo. A partir de agora, não nos deverá surpreender que o imperialismo americano tente obter influência predominante na Haganah, formando ou financiando uma “Liga Judaica”, e fazer dela instrumento da sua política no Próximo Oriente. É, contudo, bem evidente que um Estado judaico, como o movimento sionista que o precedeu, é considerado pelas grandes potências apenas como um peão das suas próprias manobras no mundo árabe. Tal Estado, longe de receber “protecção” aberta e permanente de qualquer dessas potências, pouco importa qual delas, permanecerá sempre numa posição precária e incerta, abrindo-se, para a sua população, um período de privações, terror e terrível tensão que só se poderá agudizar à medida que se forem desenvolvendo as forças em luta pela emancipação do mundo árabe.

<sup>25</sup> Milícia paramilitar sionista criada em 1920, que em 1948 constituirá a ossatura do exército israelita.

A partição da Palestina e a inversão clara das posições sionistas — mesmo as da maior parte dos extremistas — em relação ao imperialismo britânico feriram de morte todas as teorias impressionistas que floresceram com as bombas do Irgun<sup>26</sup>. A solidariedade fundamental da Haganah e mesmo do Irgun com o imperialismo e contra as massas árabes ficou demonstrada da forma mais clamorosa. A natureza criminosa do sionismo transparece claramente no facto de, por força do papel reaccionário deste, os primeiros movimentos das massas árabes a favor de uma Palestina unida e independente se dirigirem contra a população judia em vez de directamente contra o imperialismo. Os reaccionaríssimos chefes do Comité Árabe pela Palestina têm, assim, ocasião de lustrar as suas credenciais derramando o sangue dos infelizes judeus vítimas da política sionista.

Os dirigentes sionistas do mundo inteiro festejaram a proclamação do Estado em miniatura como grande vitória. Miserável erro! A armadilha que, nas palavras de Trotsky, a Palestina representa para os judeus acaba de se fechar. Sem mudança radical da situação mundial e sem recuo do sionismo no movimento operário judaico da Palestina, o completo extermínio do povo judeu quando a revolução árabe deflagrar será o preço a pagar pelos judeus pelo seu triste triunfo de Lake Success<sup>27</sup>.

E, por amarga ironia da História, o estabelecimento de um Estado judaico independente que, segundo os brilhantes teóricos sionistas, ia erradicar o anti-semitismo da face da terra, foi acolhido pela erupção de uma selvagem vaga de pogromes em Adem e por uma vaga de anti-semitismo pelo mundo fora.

A posição da IVª Internacional quanto à questão palestina continua a ser tão clara como era no passado. Ela estará na vanguarda da luta contra a partição, por uma Palestina una e independente em que as massas determinem soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte. Contra os *effendis* e os agentes imperialistas, contra as manobras das burguesias egípcias e sírias que tentam desviar contra os judeus a luta pela emancipação das massas em luta, ela apelará à revolução rural, à luta anticapitalista e anti-imperialista, motores essenciais da revolução árabe. Condição para poder travar esta luta com alguma possibilidade de êxito, é, porém, tomar posição inequívoca contra a partição do país e a instauração de um Estado judaico.

Do mesmo passo, mais do que nunca é preciso apelar às massas trabalhadoras da América, da Grã-Bretanha, do Canadá e da Austrália, ao povo trabalhador de cada país para lutarem pela abertura das fronteiras dos seus países respectivos aos refugiados e deslocados, a todos os judeus que desejem emigrar, sem discriminação. Só travando este combate com seriedade, eficácia e bons resultados poderemos explicar aos judeus por que não devem cair na armadilha da Palestina. A terrível experiência que espera os judeus no Estado em miniatura cria, do mesmo passo, condições para que amplas massas rompam com o sionismo criminoso. Se essa ruptura não se der a tempo, o “Estado judeu” afundar-se-á no sangue.

## CONTRA A PARTIÇÃO!

Publicado em hebraico na revista *Kol Ham'amad (Voz da Classe)* — Setembro de 1947

Os membros da comissão das Nações Unidas deram mostras de “compreensão”, tendo realizado “um trabalho magnífico num prazo muito curto”. Assim manifestou Golda Meir, representante da Agência Judia, o seu apoio à proposta de partição. A maioria dos partidos sionistas concordou com ela, com algumas reservas quanto às “formas” que a solução ia tomar.

O ministro dos negócios estrangeiros americano, Marshall, manifestou também o seu acordo. Ora, bem se sabe que o destino dos povos perseguidos não costuma ocupar o primeiro lugar das preocupações do ministro dos negócios estrangeiros americano. A sua reacção era, portanto, de molde a causar alguma inquietação entre aqueles que acreditavam que a Comissão das Nações Unidas era animada de boas intenções.

O que dá a proposta das Nações Unidas aos judeus? À primeira vista, tudo: uma quota de imigração de 150.000 pessoas; independência política; cerca de dois terços da Palestina, três grandes portos e praticamente a totalidade da costa. Era mais do que se arriscavam a pedir os membros mais optimistas da Agência Judaica.

Não serão algo suspeitas, tanta “compreensão” e tanta “amabilidade”? Porque votaram a favor desta proposta os representantes do Canadá, da Holanda, da Suécia, que têm laços estreitos com as potências anglo-saxónicas? E porque votaram favoravelmente os representantes da Guatemala, do Perú e do Uruguai, que recebem ordens de Washington? Todos os periódicos sionistas ou semi-sionistas (os órgãos do Partido Comunista da Palestina) se recusaram a fazer esta pergunta. Assim como, obviamente, lhe não responderam.

Ora, é exactamente a questão determinante. Mais do que o conteúdo da proposta, são as motivações dos que a apresentaram que importam. Não nos iludamos! Por trás dos países “neutros” — para usar os termos empregados por Marshall — estão as potências que têm interesse maior nesta questão. Os cálculos em que a proposta de partição se baseia são exactamente os mesmo que presidiram à partição da Índia.

Que cálculos são esses? No período em que vivemos, feito de revoluções sociais e de revoltas dos povos reduzidos à servidão, o imperialismo utiliza dois métodos principais para exercer o seu domínio: a repressão impiedosa e brutal (casos da Indonésia, da Indochina e da Grécia) ou a diversão da luta de classes, suscitando conflitos entre nações. O segundo método é o mais económico e seguro, permitindo ao imperialismo ficar nos bastidores.

Até ao momento, o imperialismo tem utilizado com bons resultados o método de “dividir para reinar” neste país, utilizando a imigração sionista como factor de divisão. Deste modo, cria tensões nacionais, permitindo, em grande medida, dirigir contra os judeus a cólera causada pelo

<sup>26</sup> Organização paramilitar sionista saída da Haganah (NdT).

<sup>27</sup> Lake Success: localidade próxima de Nova Iorque, onde a ONU negociou o estatuto da Palestina, em 1947.

imperialismo entre as massas árabes da Palestina e do Médio Oriente. Recentemente, porém, o método tem-se mostrado menos eficaz. Apesar da tensão nacional, desenvolveu-se no país uma classe operária árabe forte e combativa. Um novo capítulo da história da Palestina se abriu quando os trabalhadores judeus e árabes colaboraram em greves longas para forçar os exploradores imperialistas a fazer concessões. E o fracasso da primeira tentativa de provocar os habitantes da Palestina a matarem-se uns aos outros deu uma nova lição aos imperialistas. Estes já tiraram as suas ilações: se se recusam a bater-vos entre vós, nós arranjamo-vos numa situação económica e política tal, que vos vai obrigar a fazerem-no! É esse o verdadeiro conteúdo da proposta de partição.

Realizará porventura a proposta de partição o sonho de independência política do povo judeu? Essa “independência” reduzir-se-á, na prática, à escolha “livre” e “independente” entre duas posições: morrer de fome ou vender-se ao imperialismo. O comércio externo — importações e exportações — permanece debaixo do controlo do imperialismo. Os sectores-chave da economia — o petróleo, a electricidade e os recursos mineiros — permanecem nas mãos dos monopólios estrangeiros. E os lucros vão continuar a encher os bolsos dos capitalistas estrangeiros.

Um mini-Estado judeu no coração do Médio Oriente pode ser um excelente instrumento nas mãos dos Estados imperialistas. Isolado das massas árabes, esse Estado estará indefeso, totalmente à mercê dos imperialistas.

E estes usarão isso para reforçar as suas posições, enquanto vão dando lições aos Estados árabes, falando do “perigo judeu” — na realidade, a ameaça que as inevitáveis tendências expansionistas do minúsculo Estado judeu representam. Um dia, quando as tensões atingirem o auge, os “amigos” imperialistas abandonarão o Estado judeu à sua sorte.

A “independência política” será igualmente conferida aos árabes. A partição redundará na criação de um Estado árabe feudal atrasado, uma espécie de Transjordânia a oeste do Jordão. Eles esperam, assim, conseguir isolar e paralisar o proletariado árabe na região de Haifa, centro estratégico onde se encontram as refinarias de petróleo, dividindo, também, os trabalhadores da Palestina e impedindo a luta de classe.

Foi o imperialismo que criou o problema dos refugiados dos campos de concentração, ao fechar-lhes as portas de todos os países. É o imperialismo o responsável pelo destino dos refugiados. O imperialismo não é uma empresa filantrópica. Quando dá uma “prenda” aos refugiados da Palestina, fá-lo por uma boa razão: utilizá-los para os seus próprios fins.

A proposta de partição que é, ao que parece, de tal modo favorável aos judeus, apresenta certos aspectos muito interessantes no ponto de vista do imperialismo:

1. As concessões feitas ao sionismo servem de isco para obter a aprovação da maioria dos judeus;
2. Compreende vários elementos de provocação, como a integração de Jaffa no Estado judeu e a recusa de um porto para os árabes.
3. Estas provocações permitem à Grã-Bretanha aparecer como “amiga dos árabes” que “se batem” por uma nova partição mais justa. E, a seguir, ajudá-los-ão a engolir esta pílula amarga. Por outras palavras, estamos perante uma divisão programada do movimento operário.

Em resumo, a proposta da Comissão das Nações Unidas não representa uma solução nem para os judeus nem para os árabes, é pura e simplesmente uma solução no interesse dos países imperialistas. Os dirigentes políticos sionistas precipitaram-se sobre o osso que o imperialismo lhes atirou. E as críticas sionistas “de esquerda” fazem de conta que atacam a proposta de partição a pretexto de desmascarar o jogo do imperialismo, reclamando... um Estado judeu em toda a Palestina! A proposta de um Estado que compreenda as duas nações, segundo a *Hashomer Hatzair*<sup>28</sup>, não é mais do que um pretexto para mascarar o direito de os judeus imporem aos árabes, sem o seu consentimento e contra a sua vontade, as suas próprias vontades: a imigração de judeus e a política sionista.

E o Partido Comunista da Palestina? Está à espera, parece, de uma solução “justa” da parte das Nações Unidas. Seja como for, continua a ter ilusões sobre as Nações Unidas e, nesse sentido, está ajudando o imperialismo a camuflar e a levar a efeito os seus planos.

Contra tudo isto, nós dizemos: não caiamos na armadilha! A solução para o problema judeu, tal como a solução para os problemas neste país, não virá “de cima”, das Nações Unidas, nem de uma instituição imperialista. Não é a ameaça da “luta”, do “terror”, nem a “pressão” moral que fará o imperialismo afrouxar e abandonar os seus interesses vitais na região (os rendimentos do petróleo renderam dividendos de 60% no corrente ano!).

Para resolver o problema judeu, para nos libertarmos do fardo do imperialismo, há uma só solução: a guerra de classe **comum** com os nossos irmãos árabes, guerra que não é senão um elo da cadeia da guerra anti-imperialista das massas oprimidas em todo o Oriente árabe e no mundo inteiro.

**É a partição que faz a força do imperialismo — é a unidade de classe a nível internacional que faz a nossa.**

<sup>28</sup> Organização sionista “de esquerda”.



## ● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

### Alemanha

Texto de discussão publicado na revista *Freie Plattform für Arbeiterpolitik* (Tribuna Livre por uma Política Operária)

n°14, de 15 de Julho de 2017

**A**o aproximarem-se as eleições para o Bundestag (Parlamento Federal) de 24 de Setembro de 2017, cabe voltar a perguntar: que interesse há para a população trabalhadora e a juventude, agora e nestas eleições?



As derrotas eleitorais reflectem com toda a clareza a rejeição da linha da direcção do SPD, primeiro com Gabriel, a seguir com Schulz. A abstenção massiva nos bairros operários põe em relevo que, na Alemanha, quando a direcção do SPD se submete — com acompanhamento “crítico” regular de partes das direcções sindicais — ao Bloco Central (a Grande

Coligação SPD-CDU) e leva à prática a política anti-social deste, expressão da aplicação dos regulamentos e directivas da União Europeia, a classe operária fica sem representação política. (...)

Nesta situação, há duas opções: pode-se defender a opinião, como fazem alguns que se dizem “de esquerda”, de que os trabalhadores “*nada têm a esperar... destas eleições para o Bundestag*”, pois a grande maioria da classe operária e da juventude “*já não reconhece no SPD a representação política dos seus interesses*”, procurando antes, em greves organizadas pelos sindicatos, conseguir vitórias contra a ditadura do mecanismo anti-dívida pública (“travão”) e de “redução dos custos do trabalho”.

A nossa posição é outra. Vemo-nos numa situação que se

agudiza sem parar (destruição de salários, contratos colectivos, conquistas, sistemas de segurança social, pobreza, pobreza na velhice...). Nós dizemos: os trabalhadores alemães ainda não fecharam o “capítulo SPD”! Perdas de salário real, explosão de trabalho precário, milhões e milhões presos ao sector de baixos salários são factores que dão cabo das pensões e causam a pobreza dos idosos! A luta pela defesa do valor da força de trabalho, pela abolição da precariedade e por uma aposentação digna desse nome, unindo a população trabalhadora e a juventude em torno de uma linha por um governo que faça uma política operária, não passa ao lado do SPD; é, ao contrário, o que determina a discussão e as reivindicações de amplos sectores de militantes do SPD — e do eleitorado “clássico” do SPD, especialmente nos sindicatos.

Os ataques ao valor da força de trabalho compreendem também, além do salário, parte mais palpável, os sistemas de segurança social, etc. O que interessa ao capital é reduzir o “custo do trabalho”, o valor da força de trabalho e, nesse

contexto, decompor igualmente os instrumentos de que os trabalhadores se servem para defender esse valor, os contratos colectivos, os sindicatos independentes com a ajuda dos quais os conseguem, as caixas que administram o dinheiro dos segurados, as leis laborais, etc. (...)

Não votariam milhões, não poderiam milhões votar no SPD se o SPD rompesse com esta linha, com o Bloco Central, se retirasse a aposentação aos 67 anos e as contra-reformas de Schröder... Não votariam, não poderiam votar num SPD que tomasse estas decisões esses milhões que querem e precisam de um governo que faça uma política operária?

Não se pode continuar com “*mais do mesmo*”. “*Mais do mesmo*”, de Merkel e Bloco Central, é a falência, incluindo a falência do próprio SPD. (...)

A necessidade desta ruptura é evidenciada pela política de agravamento da guerra e de inflação dos orçamentos militares... assim como pelo... “fundo de defesa” que a Comissão da UE agora quer instituir.

Está em causa a defesa das bases da nossa existência — e por isso é preciso romper com o Bloco Central e a sua política anti-social, anti-operária e anti-sindical, com a UE e os seus tratados, instituições, etc., e com a “política da Agenda” de medidas anti-operárias desde o tempo de Kohl e Schröder... Para isso, para operar esta ruptura, reunamo-nos, façamos encontros e discussões e preparemos a nossa acção e intervenção futura nas organizações e estruturas em que intervimos.

## China

**T**êm-se multiplicado nos últimos quinze anos as greves e manifestações para conquistar direitos e ver satisfeitas reivindicações, tendo resultado em formas de organização independente, com delegados eleitos e mandatados. Estes delegados operários são frequentemente despedidos, mas alguns deles associam-se então a centros de apoio aos trabalhadores, que aconselham trabalhadores e os novos delegados a partir da sua própria experiência e conhecimento das leis. Com a crise a lavar e as greves a redobrar, o poder decidiu, pois, cair sobre estes militantes no dia 3 de Dezembro de 2015, sinalizando aos trabalhadores que têm de desistir dos seus direitos.

Assim, a agência oficial de notícias Xinhua anunciou, a 27 de Setembro de 2016, que “o trio que organizara greves foi condenado por perturbar a ordem pública”. Zeng Feiyang foi condenado a 3 anos de prisão com pena suspensa e quatro anos de liberdade condicional, e Tang Huanxing e Zhu Xiaomei foram ambos condenados a uma pena suspensa de prisão de dezoito meses, com dois anos de liberdade condicional.

Meng Han só soube da sua sentença a 3 de Novembro: 21 meses de prisão por “juntar multidões a fim de perturbar a ordem pública”. Porquê este mês de intervalo? Os juízes tinham recebido ordens para condenar Meng Han, mas precisavam com certeza de uma “confissão”, que ele se recusou a fazer... A polícia lançou, portanto, mão dos últimos recursos para extrair tais “confissões”: pressões e violência contra a família, chegando ao ponto, na véspera do julgamento, de a polícia ordenar aos pais que convencessem o filho... Relembremos os termos do comunicado das oito organizações operárias de Hong Kong publicado a 19 de Abril: “Privados do direito de visita, os membros da família fizeram várias denúncias ao Serviço de Segurança Pública, sem nunca terem resposta. Começam a ficar extremamente preocupados com o destino reservado a Meng. (...) Durante os 16 meses de detenção, Meng não teve autorização para ver a família e, no ano passado, o seu julgamento foi realizada à porta fechada; os pais não puderam assistir.”

É dever do movimento operário internacional defender estes militantes. •

## França



**A**lguns dias volvidos sobre a eleição do Presidente da República com uma taxa de abstenção record, a direcção nacional da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional, corrente do Partido Operário Independente Democrático,

adoptou “Notas Preparatórias” sobre a crise do regime. Alguns excertos:

*“No dia 7 de Maio, a Vª República sofreu um golpe mortal. As instituições são a forma, o envelope do Estado, instrumento de que a classe capitalista se serve para impor o seu domínio. O que está na base da situação saída do resultado da votação de 7 de Maio é a crise sem saída do capital. As leis do capital manifestam-se no quadro da relação entre as classes sociais: a incapacidade da classe capitalista para restaurar condições para a valorização do capital deriva da sua incapacidade para impor à classe operária uma relação de forças que o torne possível.*

*A Vª República constituiu-se num momento em que o imperialismo francês, já em declínio, procurava desenvencilhar-se do atoleiro colonial para tentar voltar a ocupar o seu lugar no mercado mundial. De Gaulle instaurou a Vª República em 1958, estribado na derrota sem luta da classe operária, numa tentativa de afirmar a “independência da França” (cf. a saída do comando da NATO). A sua tentativa de instauração de um regime corporativo (já inscrita por De Gaulle no seu discurso de Bayeux de 1946) esbarrou de imediato numa série de obstáculos: a crise da burguesia e do Estado, divididos quanto à solução para a crise argelina; a recusa de um sector do movimento sindical (a FEN) de lhe dar o seu apoio em 1958, prolongada, em 1959, pela recusa de Bothereau, em nome da Force ouvrière, de entrar no governo. Veio depois marcar o reacendimento da luta de classes a greve dos mineiros de 1963, que viria a desembocar na greve geral de 1968, marcada pela traição dos aparelhos, reflexo também, porém, da potência da classe operária. Foi a esta greve geral que De Gaulle tentou responder com o autêntico golpe de Estado constitucional corporativo que foi o referendo de 1969. O fracasso de De Gaulle deveu muito à resistência da classe operária e à sua refracção nas organizações (nomeadamente na central reformista, que apelou ao voto ‘não’ com base numa posição defendida conjuntamente por um sector do aparelho e pelos militantes trotskistas, arrastando atrás de si amplos sectores do movimento operário).*

*A partir da queda de De Gaulle, de presidência em presidência, de governo em governo, foram-se sucedendo as escorregadelas, desvirtuando cada vez mais o carácter bonapartista da Vª República. A aceitação do jugo das instituições europeias foi um elemento maior destas escorregadelas sucessivas. (...)*

*Forma institucional inédita inaugurada entre 1986 e 1988 sob o governo Mitterrand-Chirac e repetida em 1993 (Mitterrand-Balladur) e entre 1997 e 2002 (governo Chirac-Jospin), a coabitação, ao supor um compromisso entre a natureza bonapartista do Estado e uma partilha de poderes entre aparelhos políticos, representa um quadro contraditório com a essência mesma da Vª República, constituída, recorde-se, em nome da necessidade de acabar com o regime dos partidos (dixit de Gaulle). Neste ponto de vista, por muito reaccionária e contra-revolucionária que seja a sua política, o simples facto de serem partidos a determinarem a partilha dos diferentes poderes contradiz a natureza bonapartista do Estado (não obstante aqueles serem partidos de especial jaez, muito marcados pela natureza das próprias instituições). Neste contexto, a coabitação só vem a ser possível havendo consenso quanto à*

*necessidade de preservar o regime da Vª República e respeitar o quadro constrangedor da União Europeia, que vai ocupando cada vez mais espaço, suprimindo a fraqueza intrínseca da burguesia francesa. Quanto menos esta é capaz de impor à classe operária as contra-reformas destrutivas de que dependem a sua existência e sobrevivência, tanto mais se vê obrigada a transferir a responsabilidade pela sua aplicação para o dispositivo das directivas europeias, das circulares, das contra-reformas e tratados, de cuja transposição fica depois encarregada (...).*

*Muito embora o governo da esquerda plural de 1997 a 2002 tivesse “feito o que havia a fazer”, privatizando a EDF-GDF e criando uma série de disposições contra-revolucionárias, esta forma classicamente frente-populista acabou por se revelar insuficiente. Os governos Sarkozy (2007-2012) e Hollande (2012-2017) articularão as suas tentativas de impor os planos do capital em torno do diálogo social, das mesas redondas e de conferências de toda a espécie. Têm à viva força que associar as organizações sindicais à elaboração dos planos, para garantir que elas não se lhes oporão. (...)*

*Mas tais tentativas em nada esbatem, pelo contrário, o carácter cada vez mais abastardado do bonapartismo. O movimento contra a lei El Khomri evidencia, uma vez mais, a impossibilidade em que o capital financeiro se acha de restabelecer a sua posição no mercado mundial nas condições vigentes das relações entre as classes. Aquilo a que se poderá chamar a “governança à antiga” no quadro já abastardado da Vª República — a governança de Sarkozy e de Hollande — esgotou as suas virtualidades. Essa a razão, ao aproximarem-se as eleições gerais de 2017, para o capital tentar passar a outro estádio. A democracia política é consabidamente, em regime capitalista, o quadro institucional mais favorável ao proletariado, por ser aquele em que ele se pode organizar e lutar como classe e, por conseguinte, organizar-se da melhor maneira para tomar o poder nas suas próprias mãos. A democracia política supõe, para a classe dos explorados, a possibilidade de se organizar em sindicatos e partidos. (...) O “oportuno” aparecimento dos casos contra Fillon e o bloqueamento de qualquer possibilidade de substituição na representação política da burguesia conjuga-se com o aparecimento “espontâneo” de um Macron que desenvolve o seu movimento “Em Marcha!” com o objectivo declarado do desaparecimento dos partidos políticos e, em primeira linha, do Partido Socialista, por um lado, e, por outro lado, da destruição, até à última, do Código do Trabalho e da Segurança Social. Nesse mesmo movimento se inscreve o desenvolvimento da campanha da France insoumise, com um objectivo: o de destruir o Partido Comunista Francês (e, de passagem, o seu próprio Partido de Esquerda) e depois — variante a seguir à segunda volta da eleição presidencial — com o objectivo declarado de “substituir o Partido Socialista”. Todos eles comungando do mesmo “amor da pátria”, ao som d’A Marselhesa e à sombra da bandeira tricolor desfraldada (...).*

*Todas as forças políticas institucionais apelaram a votar Macron na segunda volta, a maior parte abertamente, algumas com vergonha, a pretexto de barrar o caminho à Frente Nacional (incluindo Mélenchon, que antes da segunda volta se propusera chefiar um governo de coabitação com Macron como seu primeiro-ministro).”*

**Semanas mais tarde, o executivo da direcção nacional, em**

**nota aos militantes datada de 3 de Junho, esclarecia:**

*“Com formas que não se podem saber de antemão, a classe operária irá procurar erguer-se contra a política de Macron (...). O ponto de partida de uma orientação independente na luta de classes condensa-se no ajudar os trabalhadores e as suas organizações a formularem as suas reivindicações com clareza e precisão (...). É indiscutível que os acontecimentos marcam uma aceleração da marcha para a integração corporativa (...).*

*Virá então a ser central uma questão: ajudar a classe operária a constituir órgãos democráticos para conduzir a sua acção de classe. Encontrar maneira, na grande vaga de luta de classe que aí vem, de ajudar os trabalhadores a formar comités de greve eleitos, mandatados, revogáveis, única maneira de conseguirem impor a sua vontade. Para isso, há que subtrair-se completamente à pressão dos aparelhos. Devemos desde já assimilar, antecipando-nos ao período pós-eleitoral, que o eixo de construção do Partido Operário Independente Democrático é o eixo da intervenção concreta dos trotskistas na luta de classe com esta linha. Há uma relação entre a propaganda pela Assembleia Constituinte desenvolvida pelo POID (nomeadamente na campanha das legislativas) e o agrupamento político nos GER, no POID, na TCI, para preparar a etapa do agrupamento político, na e com a IVª Internacional, para lutar por assembleias gerais soberanas, comités unitários com delegados das AG e sindicatos, comités de greve e comités de greve locais e por departamento, etc. A questão não é, nesta altura, de determinar onde, quando e como se materializará esta linha: o resultado da luta, a luta o dará. Interessa, sim, que a vanguarda se prepare para esta perspectiva, recrute e organize a pensar nela, sem esperar pelo momento em que a vaga surgirá”.*

## Marrocos

**Mobilização no Rif: uma Intifada que agita o país inteiro. O beco sem saída do imperialismo e a responsabilidade do movimento operário.**

O regime marroquino só consegue sobreviver à custa da destruição da nação e da sua unidade. A regionalização lançada há mais de dez anos não fez ganhar terreno à aplicação da política do imperialismo de rebentar com a unidade nacional da classe operária e suas organizações sindicais. Golpes enormes têm-se abatido sobre os trabalhadores, os seus direitos e garantias conseguidos em décadas de luta de classe, conquistados pela independência nacional, posto que esta nunca se perfizesse. Apesar disso, os trabalhadores e jovens deste país nunca deixaram de organizar a luta em defesa dos seus direitos e garantias. Apesar da concertação e do “diálogo social”, sectores significativos dos sindicatos e do sindicalismo resistem a esse rolo compressor. As organizações sindicais nacionais têm organizado greves e manifestações nacionais e sectoriais unitárias.

Há mais de dez anos que o imperialismo tenta desintegrar a nação, nomeadamente através dos acordos de comércio livre que minam a unidade nacional, como ressalta directamente do texto do acordo de 2004 entre Marrocos e os Estados Unidos. Em 23 de Março de 2016, o Congresso dos EUA

declarou que “os Estados Unidos não reconhecem a pretensão soberania de Marrocos sobre o Sara Ocidental”, sendo este “um território sem autonomia que aguarda a descolonização”, e, “em coerência com esta posição (...) os Estados Unidos não incluíram produtos do Sara Ocidental no acordo de comércio livre com Marrocos”, acrescentou John Conyers, do Partido Democrata americano.

Em 21 de Dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que “o Sara Ocidental não faz parte do território soberano de Marrocos, não sendo os acordos de associação e de liberalização entre a UE e Marrocos, por força do princípio de auto-determinação e do princípio geral de efeito relativo dos tratados, aplicáveis ao Sara Ocidental”.

Marrocos aderiu entretanto à União Africana, instituição correia de transmissão do imperialismo. O mesmo é dizer que aceitou o programa do imperialismo para o país e para toda a região.

Estes mesmos acordos de comércio livre têm destruído sectores inteiros da economia nacional e liquidado os direitos nacionais dos trabalhadores. Os trabalhadores têm organizado forte resistência de classe contra esta liquidação, milhares de greves na função pública e em todos os sectores da indústria e dos serviços. Foi este o contexto que levou à revolta de centenas de milhares de trabalhadores e jovens no Rif em defesa dos seus direitos sociais, do emprego, do investimento público e produtivo, das liberdades políticas e sindicais... O imperialismo, o regime, as ONGs e as correntes centristas reacionárias têm amiúde tentado desviar este movimento de massas, emprestando-lhe uma indumentária regionalista e separatista, a fim de acompanhar a política contra cujos princípios as massas de Al Hoceima se levantaram.

A militarização da região, a feroz repressão contra os manifestantes e as detenções em série, longe de acalmarem a situação, fizeram aumentar a tensão. Dezenas de milhares de jovens desempregados ou retornados de países europeus, nomeadamente de Espanha, atingidos em cheio pela crise económica do capitalismo, têm a esperança de viver e construir o seu futuro no seu próprio país, esperança que esbarra nas devastações causadas pelos acordos de comércio livre, nas privatizações e políticas anti-sociais dos sucessivos governos do país.

Esta luta, que começa, é de toda a nação. Ela põe a nu todas as questões que ficaram por resolver com a independência do país e depois dela, o reconhecimento de tamazight (1) como língua nacional a par da língua árabe, a constituição de instituições políticas nacionais soberanas, uma reforma agrária urgente e todas as questões políticas que exigem a eleição de uma assembleia nacional constituinte que rompa com o imperialismo e os seus lacaios locais.

É ao movimento operário organizado que cabe assumir as suas responsabilidades históricas, carregando aos ombros estas reivindicações nacionais e sociais e organizando a luta pela ruptura com o imperialismo, por uma assembleia nacional constituinte soberana, apoiando-se nas manifestações de solidariedade com as massas insurgentes de Al Hoceima organizadas em várias cidades. Este é o desafio para os militantes da IVª Internacional do país que lutam, com uma linha de transição, pela construção do partido operário.

E. Ayoub

(1) Língua berbere falada por milhões de pessoas em Marrocos.

## Portugal

No nº5 do seu boletim “O Trabalho”, o grupo português A Internacional, filiado no CORQI, denuncia a política do governo PS, pró-União Europeia, apoiado no Parlamento pelo Partido Comunista (PCP) e pelo Bloco de Esquerda (BE), que tem imposto obrigações de “serviços mínimos” ao surto de greves contra a continuação da política de austeridade.



Está em causa um dispositivo legal que visa limitar, e mesmo anular, o impacto das greves: um sério atentado antidemocrático ao direito de greve. O governo tem-no usado a torto e a direito.

Assim, durante a greve dos seguranças dos aeroportos, Armando Costa, do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), disse à agência Lusa que a decisão do

Governo de decretar serviços mínimos de 50% era “o Governo mais uma vez a pôr-se ao lado das empresas, cortando o direito à greve destes trabalhadores”.

No caso dos professores, os serviços mínimos “incluíram a realização dos exames previstos para o dia da greve. A Fenprof discordou da decisão do Colégio Arbitral de estabelecer serviços mínimos. Nenhuma actividade prevista para dia 21 de Junho havia que, a não se realizar, pusesse em causa necessidades sociais impreteríveis.” “A responsabilidade pelas “consequências” das greves é de quem rejeita as legítimas reivindicações dos trabalhadores! Não se podem aceitar estes ataques antidemocráticos!”

Noutro artigo, O Trabalho realça o *modus operandi* político do governo ao serviço da União Europeia: “E que acontece de cada vez que o BE ou o PCP anunciam querer negociar com o governo de Costa/UE alguma medida favorável aos trabalhadores? Esbarra-se no défice. Na pior das hipóteses, vai-se a votos. Aí, o “bloco central” renasce e mata a iniciativa. BE e PCP perdem a votação e dizem: pois, é pena, mas realmente a gente só acordou com o governo certas coisas; nas outras, cada um faz o que entende. Azar o nosso.

Assim, na prática, o governo tem uma coligação com o PSD e o CDS para as medidas mais escandalosamente anti-trabalhadores; e uma coligação com o PCP e o BE para fazer aprovar as (já acabadas) reposições parciais e, sobretudo, passar as medidas “globais” que a UE manda: em primeiro lugar, os orçamentos de austeridade.” As palavras do patrão do comércio em Portugal, citadas por O Trabalho, falam por si: “O envolvimento das forças políticas que não faziam parte do “arco da governação” trouxe-nos paz social”.

## Togo

“Jogos institucionais” entre poder e oposição

**N**este mês de Junho de 2017, como prelúdio às eleições presidenciais de 2020, ecoam pelos corredores da Assembleia Nacional discussões sobre “reformas constitucionais e institucionais”. A modos de serpente marinha, estas discussões recorrem de cinco em cinco anos.

É, de facto, uma estratégia, aplicada em todos os países africanos dominados pelo imperialismo francês, que se pode resumir assim: uma vez que estamos na “era democrática”, o poder instalado organiza eleições; perde-as, mas proclama vitória; oportunamente, “observadores internacionais” declaram que as eleições se desenrolaram em boas condições; a oposição berra escândalo; para acalmar a situação sem sacrificar um milímetro do seu poder, o regime propõe negociações à oposição institucional; sob a pressão da “comunidade internacional”, esta aceita; mas as “negociações”, se é que as há, não levam a nada ou então a um acordo eventual, nunca aplicado. Até às próximas eleições.

Enquanto isso, os trabalhadores e o povo têm que se haver com os problemas. As condições de trabalho são deploráveis, os acidentes de trabalho numerosos. A cada estação das chuvas, há casas inundadas, com perdas de vidas humanas. A construção do porto de Lomé faz com que todas as localidades litorais a leste deste porto sofram de erosão da sua costa. A cada maré viva, as casas são invadidas pelo oceano.

Os estudantes que reivindicam melhores condições de estudo sofrem repressão, etc. Todas estas questões não são as que a oposição institucional traz para o centro da situação política. A oposição faz crer que a Assembleia Nacional fantoche é um quadro em que se pode ganhar alguma coisa. Faltam às massas togolesas organizações em que possam estribar-se na sua luta pela emancipação. Ajudar os trabalhadores e o povo a desenvolver tais organizações é a tarefa actual dos militantes da IVª Internacional.

S. K. Koza

## Turquia

**E**m 9 de Julho, uma maré humana de pelo menos um milhão de pessoas acolheu em Istambul a Marcha pela Justiça iniciada em 15 de Junho por iniciativa do Partido Popular Republicano (CHP) (1). Os dirigentes do CHP pretendiam protestar contra a deriva totalitária do regime de Erdoğan. Os camaradas do Partido da Fraternidade Operária (IKP), em que militam os membros da secção turca da IVª Internacional, explicavam, em comunicado datado de 1 de Julho, intitulado



“JUSTIÇA até ao fim!” as razões por que apoiaram esta marcha e a concentração de 9 de Julho.

*“A Marcha pela Justiça do CHP é uma iniciativa justa, que merece ser apoiada.”. “Ao proibir greve atrás de greve, o governo tem mostrado que, antes de mais nada, é inimigo da classe trabalhadora. Pela sua política sectária, tem provado ser inimigo da laicidade do Estado e do modo de vida secular. Tem preso muitos autarcas e deputados, incluindo os dois co-presidentes do HDP. É inimigo dos jovens que recusam prestar-lhe vassalagem. Em cada jornalista, cada intelectual, vê um “traidor” em potência e mete-os na cadeia ou na prateleira. (...)”*

*O principal obstáculo à JUSTIÇA é o estado de emergência! Que seja imediatamente levantado! A Marcha não se pode limitar a exigir JUSTIÇA de maneira abstracta e geral, tem que exigir especificamente justiça ligada à situação real. Para os trabalhadores despedidos por terem feito greve, JUSTIÇA é levantar o estado de emergência! Para os funcionários públicos demitidos por greve, JUSTIÇA é levantar o estado de emergência! Para os jornalistas metidos na prisão(2), JUSTIÇA é levantar o estado de emergência! Em duas palavras: enquanto não for levantado o estado de emergência, não haverá JUSTIÇA. Ora, no dia 19 de Julho, o governo quer prolongar outra vez o estado de emergência por mais três meses.”*

O comunicado continua: *“Na verdade, foi o próprio regime, saído do golpe de Estado de 12 de Setembro de 1980 (3), mais o seu horrível plebiscito de 16 de Abril (4), que se tornou no principal obstáculo à JUSTIÇA neste país. Não haverá eleições livres e justas na Turquia enquanto se mantiver o jugo da Comissão Eleitoral Suprema do regime. Aqueles que dizem o contrário ou estão mentindo a si mesmos ou ao povo, se não a ambos ao mesmo tempo. (...) Democracia é a soberania do povo. O actual sistema presidencial é a negação da democracia. (...) Para restaurar a democracia, é preciso varrer este regime presidencial arbitrário e eleger uma Assembleia Constituinte. (...) A verdadeira JUSTIÇA só triunfará se os oprimidos e explorados impuserem uma Assembleia Constituinte soberana, onde possam finalmente escolher quem os represente. É com este objectivo que o Partido da Fraternidade Operária apela às organizações dos trabalhadores para lutarem lado a lado, em frente unida.”*

(1) O Partido Popular Republicano (CHP) reivindica o legado do fundador da República, Mustafa Kemal.

(2) O regime de Erdoğan mandou prender vários jornalistas e o director do grande diário Cumhuriyet (República).

(3) Golpe de Estado militar na Turquia, apoiado pelos Estados Unidos.

(4) Referendo sobre a reforma constitucional que concentra todos os poderes nas mãos do presidente. O ‘sim’ ganhou com apenas 51,41%.

TRIBUNA DE DISCUSSÃO ●

## Contribuição

# Que significado tiveram a queda da URSS e o “surto” da China, medidos pela bitola da época imperialista?

Terão as forças produtivas recomeçado a crescer? E donde saiu Trump ?

Adriano Zilhão

Os elementos de reflexão que se seguem destinam-se a dar seguimento ao artigo “*Mais uma vez sobre as forças produtivas*” (*A Internacional* n° 5), que apresentava os argumentos subjacentes à afirmação geral de que a era imperialista, tal como caracterizada por Lenine n° “*O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*” e confirmada por Trotsky, especialmente no *Programa de Transição*, é e permanece aquela em que se tornou insuperável a contradição entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas da humanidade, que já não se traduz em crises cíclicas de sobreprodução, mas em convulsões e guerras cada vez mais globalizadas e cada vez mais mortíferas e na transformação de uma proporção crescente das forças produtivas humanas em forças destrutivas. O objetivo deste artigo é de enquadrar nesse contexto acontecimentos como a queda da URSS, seguida da restauração de um

capitalismo mafioso nos países que a constituíam ou que ela controlava; bem como aquilo que é muitas vezes descrito como o “surto” da economia da China nas últimas décadas.

**N**a verdade, não é possível compreender o passado quarto de século do apodrecimento do imperialismo e dos choques convulsivos entre forças produtivas e relações de produção capitalistas sem considerar os desenvolvimentos que antecederam a queda da URSS — e também os que lhe sucederam — assim como a viragem da burocracia chinesa. Esses desenvolvimentos

são elementos centrais do período, que, no mais, põem em relevo quanto a fase final da existência do capitalismo é mais determinada pelo “factor subjectivo” no movimento operário do que pelas leis imanentes de desenvolvimento do sistema.

Ao debruçarmo-nos sobre a actualidade da incapacidade do sistema capitalista para desenvolver as forças produtivas, muitos militantes interessados neste debate terão tendência a fazer esta pergunta: então como se explica o que aconteceu na larga década que precedeu a crise de 2007-2008, nomeadamente o “desenvolvimento tecnológico”, o “desenvolvimento” de alguns países “subdesenvolvidos”, tudo o que está por trás do badalado (embora agora já nem

tanto...) conceito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), etc.?

Desde o advento da fase imperialista do capitalismo, é notório que, de cada vez que se dá um novo surto de crescimento e acumulação de capital, mesmo parcial, ele é especificamente fruto de um evento de destruição massiva de forças produtivas (guerra mundial, grande depressão) combinado com um evento do foro do factor subjectivo (revolução mal sucedida e/ou traída e/ou, como veremos, contra-revolução bem sucedida ou em curso).

### Os “Trinta Gloriosos”

Explicam-se tradicionalmente os “Trinta Gloriosos” (anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial), grosso modo, pela combinação da precedente destruição de forças produtivas a uma escala monstruosa, na Segunda Guerra Mundial, com a traição do surto revolucionário do pós-guerra pelas burocracias social-democrata e estalinista. A que se adicionará a opção do imperialismo americano, todopoderoso entre os seus pares ao findar a guerra, de não se opor à reconstrução dos capitalismos europeus (e japoneses), por medo da alternativa<sup>29</sup>. Seguindo o padrão típico, esta expansão assente na reconstrução acabou, apesar disso, por perder rapidamente o fôlego. Ela só pôde ser prolongada graças ao recurso massivo à economia armamentista, ao concomitante inflacionamento das despesas do Estado e, finalmente, à “dissociação” do dólar do ouro, à dissociação aparente da economia monetária e financeira da economia produtiva. Dissociação necessariamente ilusória, mas que pôs em relevo, uma vez mais, a importância do factor subjectivo, também do lado do capital: a economia financeira, ao deixar de estar ancorada no ouro, passa a depender mais directamente do que nunca dos porta-aviões e bombardeiros nucleares americanos, bem como da famosa “confiança” dos investidores, ou seja, do princípio da pirâmide financeira “orientada” pelo banco central.

No entanto, nem por isso é menos importante compreender que critérios que são, em grande parte, do foro do jogo do factor subjectivo têm um certo “efeito de retorno” sobre os esgotados mecanismos — a conquista de novos mercados e a exploração mais a fundo dos mercados existentes — de que Lenine se servira ao explicar a razão por que o capitalismo se tornara incapaz de gerar progresso.

A decisão dos EUA de não impedirem a reconstrução do capital europeu no pós-guerra abriu caminho a uma expansão dos mercados, nomeadamente os de produção de bens de produção, essencialmente a benefício do capital financeiro e industrial americano. Uma consequência foi a procura de força de trabalho industrial aumentar, e, portanto, subir o seu preço.

Além disso, à falta de revolução nas metrópoles imperialistas, traída pelas burocracias estalinista e social-democrata, a extrema fraqueza das burguesias europeias face a poderosas classes operárias em reconstituição,

redundou, ainda assim, num significativo aumento do próprio valor da força de trabalho na Europa, ao reforçarem-se ou criarem-se componentes muito significativas dos salários individual, colectivo e diferido (as conquistas do pós-guerra). Isto acarretou, por sua vez, alguma expansão dos mercados de bens de consumo.

Nenhum destes efeitos poderia ter ocorrido pelo livre jogo das leis de desenvolvimento do capitalismo e da acumulação de capital. Foram, sim, resultado do jogo do factor subjectivo, isto é, de revolução e contra-revolução. Onde este não desempenhava papel tão central, as “leis de desenvolvimento” deram o resultado “natural” da época imperialista: nomeadamente, o saque sem limites e o não-desenvolvimento de capitalismos nacionais no “terceiro mundo”.

### Os anos que se seguiram à queda da URSS

Como explicar então o surto, posto que limitado, da economia mundial nos anos noventa e dois mil? É uma questão crucial.

Os elementos clássicos do capitalismo imperialista entregue às suas convulsões mostraram-se, uma vez mais, determinantes: eventos do foro do factor subjectivo combinados com um episódio de destruição massiva das forças produtivas.

Quanto ao factor subjectivo: a derrota dos controladores de tráfego aéreo americanos e depois a dos mineiros britânicos (para citar apenas os pontos de viragem emblemáticos), seguidas da queda da União Soviética e dos Estados operários deformados, controlados, por conta do Kremlin, pelas agências burocráticas da Europa de Leste, reajustam a relação de forças histórica em detrimento da classe operária, ao sair enfraquecido o grau de organização e, com ele, a consciência de classe do movimento operário mundial.

Quanto ao episódio de destruição: o saque da ex-URSS e das economias da Europa de Leste que se seguiu deu azo a “*uma das piores perdas de produção de que há memória na história económica*”<sup>30</sup>, antes de os respectivos mercados serem reintegrados no mercado mundial. Conquanto esses mercados, relativamente a antes da queda da URSS, se tivessem estreitado muito em termos de capacidade de absorção física de bens — apesar da vastidão das populações — devido à brutal queda dos níveis de consumo médios, a sua reintegração não deixou de representar, ainda assim, um crescimento líquido do mercado mundial capitalista. Na Europa, em particular, uma parte destes mercados foi directamente integrada no mercado único europeu por via da adesão de uma parte importante da Europa Oriental à União Europeia. De modo bem diferente, embora, do período ascendente do capitalismo, há aqui um elemento “inesperado”, de certo modo “impossível”, de “conquista de novos mercados”.

<sup>29</sup> É importante lembrar que o primeiro plano cozinhado pelo estado-maior americano para a Europa do pós-guerra não foi o Plano Marshall, mas o Plano Morgenthau (nome do ministro das finanças dos EUA), que previa despedaçar e desindustrializar completamente a Alemanha, dispersando e exilando as populações das zonas industriais. Acabou por ser o medo da revolução, de que se repetisse o que acontecera ao findar a Primeira Guerra Mundial,

que inspirou ao imperialismo americano, primeiro, dar instruções precisas para incluir como alvo dos seus bombardeamentos os bairros operários suburbanos das grandes cidades alemãs e, em seguida, o Plano Marshall, visando à reconstrução do Estado burguês na Alemanha e noutros países europeus.

<sup>30</sup> “*The Scorecard on Development, 1960-2010: Closing the Gap?*”, Mark Weisbrot e Rebecca Ray, DESA Working Paper nº106, 2011.

Não obstante, o efeito directo destes eventos em termos de impulso à acumulação mostrou-se, uma vez mais, bastante limitado, rapidamente se esbatendo.

### O “negócio” entre a burocracia chinesa e o imperialismo americano

Sobrevém nessa altura um novo desenvolvimento, que permitirá dar continuidade àquele efeito por mais alguns anos. É o histórico “negócio” entre o imperialismo americano e a cúpula do Partido Comunista Chinês (PCC).

Este “negócio” foi determinado por dois factores essenciais: da parte da burocracia mao-estalinista, a necessidade de evitar o destino da burocracia do Kremlin, a que assistira em directo; do lado do imperialismo, a necessidade de prosseguir a sua ofensiva de destruição do Estado operário deformado na China, impossível, porém, no imediato, pela via militar.

O “negócio” consistiu, no essencial, em a burocracia chinesa ter posto à disposição do imperialismo, mas *sob o seu próprio controlo*, um gigantesco mercado de oferta de trabalho. O “negócio” assentava, assim, na única verdadeira “competência” da burocracia, que se pode definir sociologicamente como uma camada de “capatazes” ao serviço da burguesia dentro da classe produtora; o que, de resto, não muda de figura no âmbito de um Estado operário deformado, apesar de deixar de haver burguesia nacional. Pelo seu lado, o imperialismo tolerava o poder da burocracia, sem por isso baixar a pressão sobre ela para acelerar a marcha para a restauração.

Este acréscimo de força de trabalho barata trazido ao mercado mundial, inicialmente estritamente enquadrado pelo aparelho mao-estalinista, viria a exercer enorme compressão sobre o preço da força de trabalho no mundo. E permitiu, igualmente, aumentar a taxa de exploração de maneira sem precedentes no passado recente.

A “desindustrialização” das potências imperialistas sofreu uma acelerada vigorosa, atirando para o desemprego, a precariedade e o lumpen-proletariado segmentos inteiros do proletariado ocidental. Cumpre esclarecer que, rigorosamente falando, é um caso de falsa “desindustrialização”, pois, no essencial, se tratou de deslocar locais de produção e delegar na burocracia chinesa a função de

enquadramento do proletariado industrial, a trabalhar com capital essencialmente ocidental.

Foi isto que permitiu aos imperialismos ocidentais lançarem ataques sem precedentes contra o próprio *valor* da força de trabalho à escala mundial, largando uma ofensiva em todas as frentes contra toda a componente advinda das conquistas do pós-guerra, consignada nas relações jurídicas e institucionais. Forjaram-se ferramentas especializadas para este efeito, nomeadamente na Europa: os novos tratados europeus e a máquina de guerra que é a União Europeia moderna e o seu euro. No resto do mundo, os diferentes tratados de comércio livre, a criação da OMC, os diferentes “G’s” (G7, G20), etc.

Do mesmo passo, esta ofensiva de desindustrialização criou, na China, um gigantesco proletariado industrial e, por conseguinte, um mercado interno, posto que limitado e só parcialmente integrado no mercado mundial. É isso que explica parte da trajetória social e económica da China nas últimas décadas<sup>31</sup>. Ou seja: estamos perante um caso de criação de “novos mercados” e de “exploração mais a fundo dos mercados existentes”, mas como repercussão na economia e na sociedade do “jogo” do *factor subjectivo* e da *destruição das forças produtivas* na época imperialista.

### O quadro em que se dá a fuga para a frente da burocracia maoísta

No entanto, no que ao primeiro factor diz respeito, o que concerne à crise da burocracia mao-estalinista, convém sermos mais precisos.

Uma burocracia estalinista navega a insuperável contradição entre a aspiração individual de cada um dos seus membros, que, idealmente, procura emancipar-se do vínculo estrito entre os privilégios de que usufrui e a posição que ocupa no aparelho político — ou por outra, a aspiração do burocrata de se tornar proprietário — e a impossibilidade de tal mudança ocorrer sem contra-revolução social e, logo, necessariamente política, o que, por sua vez, implicaria a perda do poder pela burocracia como casta específica e, conseqüentemente, a sua destruição, qualquer que fosse a sorte de cada um dos seus membros individuais no processo. A queda da URSS era a prova viva do facto. Daí o “apego” do aparelho burocrático à manutenção da propriedade social

<sup>31</sup> “A história do sucesso chinês — o PIB per capita multiplicou-se por dezassete nos últimos 30 anos, atingindo \$11,918 — não se pode atribuir às reformas que a maior parte dos países adoptou no período que se seguiu aos anos oitenta. Embora tanto o investimento directo estrangeiro como as exportações tivessem contribuído substancialmente para o crescimento da China, ambos foram fortemente geridos e tratados de maneira muito diferente dos outros países em vias de desenvolvimento. O governo desempenhou um papel primordial na concepção de investimentos que encaixassem nos objectivos de desenvolvimento do país. Estes compreendiam prioridades como a produção para mercados de exportação, um alto nível tecnológico (com o propósito de transferir tecnologia das empresas estrangeiras para a economia nacional), a contratação de pessoal local para funções de gestão e técnicas e não permitir investimento estrangeiro que viesse competir com algumas indústrias nacionais. A política de investimento estrangeiro da China opôs-se, pois, frontalmente às grandes reformas das últimas décadas pelo mundo fora, incluindo as regras da Organização Mundial do Comércio; mesmo figurino, na importante

área da propriedade intelectual. (...) A economia chinesa mantém essencialmente, após mais de três décadas de reforma, características de uma economia dirigida pelo Estado. Empresas públicas detêm cerca de 44% dos activos das grandes empresas industriais. O sistema financeiro é controlado pelo Estado, detendo o Estado a propriedade dos quatro maiores bancos. O controlo do governo chinês sobre os “postos de comando” da economia, especialmente da finança, veio a ser crucial para a China ter mantido um crescimento económico rápido durante a recessão mundial. Em 2009, as exportações líquidas da China tiveram uma contribuição negativa de 3,7 pontos percentuais para o crescimento do PIB da economia chinesa; mas o crescimento manteve-se em 9,1%, devido, até certo ponto, a um surto de quase 20% da formação de capital. É difícil imaginar que isso pudesse acontecer sem controlo estatal do crédito bancário e das empresas públicas em geral.” (“The Scorecard on Development, 1960-2010: Closing the Gap?” Mark Weisbrot e Rebecca Ray, DESA Working Paper No. 106, Junho de 2011).



apesar da pressão do imperialismo, no mais seu único verdadeiro senhor.

Enquanto se mantiver o quadro da propriedade social subjacente à existência do aparelho burocrático, a burocracia é obrigada a procurar vias de sobrevivência nesse mesmo quadro, não obstante cada nova viragem mais não servir do que para adiar (ou, aliás, em certos casos, até acelerar) o inevitável desenlace.

Foi nesse quadro que a direcção do PCC “optou” — eufemismo para descrever o desenlace de um processo de gigantesco dilaceramento interno, visível antes, durante e depois de Tian Anmen — pela via da abertura “controlada” aos capitais estrangeiros, da autorização de enriquecimento de certos burocratas em virtude da obtenção de um certo grau de propriedade privada dos meios de produção.

Sempre, porém, tentando manter o processo debaixo de controlo. Assim, os laços de propriedade permanecem em grande parte sujeitos aos condicionalismos políticos, não raro disfarçados de disciplinares ou penais (campanhas anticorrupção, por exemplo). Estamos perante uma forma de transição contra-revolucionária ainda em andamento, ainda longe de ter “enformado”.

Para a burocracia, esta é, de resto, uma via sem retorno, ao cabo da qual continua a ser inevitável a explosão revolucionária, seja qual for a sua forma, já que um dos efeitos secundários desta opção é o crescimento e reforço do proletariado chinês.

É claro, que, em não se resolvendo o factor subjectivo, a contra-revolução social e económica completa, como na URSS — mas tomando, sem dúvida, formas bem mais explosivas — também não deixa de ser uma das saídas possíveis.

### **E do lado do imperialismo?**

As “motivações” do imperialismo, por seu lado, são claras: a oportunidade de, do mesmo passo, dar um empurrão decisivo à restauração capitalista na China e servir-se da alavanca oferecida pela burocracia chinesa para atacar decisivamente o movimento operário organizado e as suas conquistas nas próprias metrópoles imperialistas. Só que, sendo as leis férreas do capitalismo e do seu estado de putrefacção o que são, o efeito desejado, e conseguido, não podia durar muito.

No período da primazia do capital financeiro, há por certo necessidade de que os mercados “reais” e, por conseguinte, a mais-valia produzida e a acumulação de capital, por limitada que seja, se expandam para que uma nova bolha financeira possa começar a inchar, assente na “confiança dos investidores”. O mecanismo clássico para isso começa por ser o do crédito ao próprio investimento produtivo, à exportação, etc.; a seguir, porém, o que interessa é a pirâmide da especulação, as apostas, opções, etc, que podem estabelecer-se com esse fundamento. Esta pirâmide não tem limite intrínseco. Por outras palavras, ela só se desmorona quando o pânico assalta os primeiros figurões<sup>32</sup>.

Cada “resgate” vem a ser, deste modo, o germe de uma crise ainda mais violenta.

### **O “negócio” perde o fôlego**

A perda de velocidade dos termos do “negócio” entre burocracia e imperialismo faz-se, pois, sentir com violência crescente depois, sobretudo, de rebentar a bolha de 2007-2008. Na China, o reforço do proletariado industrial faz aumentar o preço da força de trabalho local. Entretanto, as contradições internas da burocracia agudizam-se cada vez mais, ante o emburguesamento crescente de muitos quadros e, portanto, pressões internas crescentes à restauração. As contradições reflectem-se, nomeadamente, em purgas periódicas e outras campanhas anticorrupção.

No mais, uma das reacções ao aumento dos salários na China foi a substituição parcial (do lado da oferta) do mercado de trabalho chinês pelo de “mini-Chinas” vizinhas, sejam elas o Vietname ou a Birmânia, explicando, ainda assim, boa parte da evolução política e económica destes dois países na última década, partindo, em cada caso, de bases inteiramente diferentes.

Porém, esta perda de fôlego também se reflecte em os imperialismos, nomeadamente o imperialismo americano, se verem obrigados a atacarem cada vez mais, cada vez mais ferozmente, cada vez mais selvaticamente, as suas próprias classes operárias — assim como no agravamento de uma nova qualidade das contradições inter-imperialistas.

Paradoxalmente, o imperialismo alemão talvez tenha sido o maior beneficiário tanto da queda da URSS, que lhe permitiu explorar de novo o seu *hinterland* clássico na Europa Oriental, como da operação chinesa, nomeadamente dada a sua especialização na produção de bens de equipamento, críticos para a constituição da infra-estrutura industrial na China. Ora, a operação, feita em grande medida a expensas do imperialismo americano, não lhe custou, a ele, praticamente nada.

O peso crescente destas “despesas” de manutenção da ordem mundial para o imperialismo americano, ao passo que a sua margem de manobra, bolha financeira a bolha financeira, não pára de encolher, obriga os Estados Unidos a aumentarem a pressão sobre os seus concorrentes imperialistas, seus parceiros e subalternos.

É-lhes necessário atacar e destruir mais e mais para satisfazer a voragem destruidora imposta pelo período de transformação das forças produtivas em forças destrutivas. Atacar a sua classe operária, atacar directamente a classe operária de países vassallos como o México, atacar a burocracia chinesa, atacar os imperialismos secundários.

Este é o programa de que emerge a personagem Trump.

Para manter a sua dominação mundial, o imperialismo americano é obrigado a destruir as fundações da ordem em que essa dominação assenta. Para manter o sistema em que assenta a sua dominação interna, precisa de destruir a própria Constituição americana e as suas instituições tradicionais.

<sup>32</sup> É importante que conste que esta queda obedece a uma lógica implícita e inevitável, sejam quais foram as medidas cautelares criadas pelos governos que tenham “compreendido a lição”. Enquanto um investidor acreditar que há outro que amanhã lhe comprará mais caro do que ele pagou hoje, o carrrossel continua a

girar. No tempo dos gestores de fundos assalariados, a lógica funciona assim: sendo cada gestor de fundos avaliado pela optimização da sua carteira de títulos, o seu interesse é vender o mais tarde possível, para não arriscar ficar a perder — e perder o emprego — para outro que tenha aguentado mais tempo.

Esta marcha crescente para a destruição do que é preciso preservar é prenúncio de guerra, forma perfeita daquela “destruição criadora” que os próprios ideólogos liberais apresentam como característica do capitalismo. Não se lhe vê, porém, a mínima criação.

Adriano Zilhão

TRIBUNA DE DISCUSSÃO ●

## Contribuição

### Carta de uma leitor da Alemanha a *A Internacional*

O jornal *Die Zeit* escreve que Mélenchon é o Bernie Sanders francês. Em minha opinião, isso descreve bem a situação. Com os seus discursos políticos e as mobilizações que animou, Bernie Sanders juntou à sua volta massas de trabalhadores e jovens dos EUA em nome de um “programa de esquerda”, só para acabar por entregá-los atados de pés e mãos a Hillary Clinton, que por sua vez permitiu a eleição de Trump para a presidência. Uma parte dos trabalhadores e da juventude dos Estados Unidos orientou-se para Sanders, para depois ser atirada para os braços da representante do capital financeiro e de Wall Street. O que se me afigura mais importante, no entanto, é Bernie Sanders ter desempenhado esse papel em conjunto com a direcção sindical, no propósito de traír a ideia de um Labor Party independente — Partido dos Negros dos EUA, resposta cada vez mais urgente à profunda crise do imperialismo americano; e de prender, pois, de novo a luta independente da classe operária americana a uma política compatível com o capital, tentando, assim, destruir essa luta de classe — o que com certeza não conseguirá.

Numa entrevista, Mélenchon declarou-se contra “a luta de classes”, pelas “pessoas”. É uma rejeição clara dos objectivos históricos do movimento operário e da conquista do poder

por ele, um sinal inequívoco em direcção a uma política de frente popular sob todas as suas formas.

Há, é claro, milhões de trabalhadores e desempregados que recusam com fúria os sistemas dos “velhos partidos”, das pretensas “elites”, do “establishment”; este movimento de classe extremamente profundo consegue manifestar-se apenas pontualmente, em incessantes acções de classe de todo o género, mas deformadas e entravadas pelos aparelhos. Este movimento tem um conteúdo de classe profundo, reflecte a procura de uma resposta à “crise da direcção revolucionária”; só a poderá encontrar num partido operário revolucionário independente.

Vê-se por toda a Europa como a burguesia se esforça por privar esse movimento de um quadro, adequado ou não. Até o quadro dos partidos operários burgueses, apesar de tão deformado pelos aparelhos, tem que ser arrancado à classe operária, em nome da manutenção da ordem existente. Poderá, camaradas, um “movimento cidadão” por uma “França insubmissa”, não obstante estar na aparência tão próximo do conteúdo social do movimento de massas, constituir um sucedâneo para o que nós chamamos partidos operários?

Não há dúvida de que, como se pode ver em numerosos países, nomeadamente na Europa, as massas até esses “movimentos” procuram utilizar em prol da sua luta contra os ditames destrutivos do capital e das suas instituições europeias e mundiais. Porém, não sabemos nós perfeitamente que a função de tais “movimentos cidadãos” é exactamente de canalizar a luta das massas, prendê-la ao quadro do sistema da propriedade privada dos meios de produção e afastá-la da conquista do poder político? Não é exactamente essa a função de “movimentos cidadãos” como o de Bernie Sanders, que arca com a responsabilidade de ter levado o movimento radicalizado dos trabalhadores e dos jovens do principal país imperialista para a cama do imperialismo e das suas instituições, desviando-o da necessidade histórica do Labor Party independente?

A meu ver, não há sucedâneo ou alternativa à construção de partidos operários independentes, sob diferentes formas. Nem há atalhos. Os bolcheviques estiveram sempre em posição minoritária. Porquê? Porque eram a única força política que tinha como objectivo a conquista do poder pela classe operária. Nessa via, estavam condenados a colidir com numerosos obstáculos e com as direcções.

Tenho questões acerca da IVª Internacional, nomeadamente na situação actual da luta de classe, como com certeza muitos camaradas que procuram uma implantação mais ampla na luta de classes. No entanto, está em causa uma questão de elaboração política e de métodos, que não tem que pôr em causa o programa.

O problema mais premente que eu há muitos anos tenho com as actividades da IVª Internacional na Europa (limitar-me-ei de momento a este aspecto) é a questão da própria IVª Internacional, cuja construção é o principal objectivo do nosso combate e da nossa intervenção na luta de classes. O caso é construir a Internacional do proletariado na forma transitória da Internacional Operária e, no fim de contas, como expressão consciente do processo histórico inconsciente, na construção da IVª Internacional com base no Programa de Transição.

Nos textos, fala-se muito de “eixos”. O eixo principal do nosso combate é a Internacional. Há anos — perdoem-me dizê-lo assim — que pergunto a mim mesmo onde está a Internacional como força política activa, especialmente na Europa. Nos escritos e nos discursos, fala-se muito de “ruptura com a UE”. Evidentemente, é a nossa posição, não resta dúvida a tal respeito. Os “grandes” deste mundo, presidentes e reis, viajam pelo mundo para encontrar respostas à crise do imperialismo no interesse do capital. A crise agrava-se inexoravelmente, ainda mais precipitando a massa dos trabalhadores e dos jovens na miséria, no desemprego e na privação de direitos. A UE está no cerne destas tentativas. A este respeito muito se disse já, é inútil repetir. O que é decisivo, porém, é que o próprio movimento das massas põe completamente em xeque a UE, rompe, pela sua luta de classe, com a UE e a sua política, que os governos nacionais tentam impor.

A classe operária britânica impõe a saída do Estado britânico da UE, precipitando-a numa crise existencial; os

trabalhadores gregos lutam heroicamente, há anos, contra os ditames dos comissários europeus, aplicados por Tsipras, homem “de esquerda”; os movimentos de massas tocam a França, a Bélgica, Portugal, Espanha, Itália e outros países, com consequências significativas.

Desenrola-se diante dos nossos olhos um movimento massivo de ruptura com a UE e a sua política de austeridade. A minha pergunta — e de novo peço desculpa — é: o que anda então a Internacional a fazer na Europa?

Quem senão a IVª Internacional, nas suas formas transitórias, pode, nesta situação, dar aos trabalhadores e aos jovens uma voz, uma voz às suas reivindicações, à sua unidade? Camaradas, que é de iniciativas pela unidade europeia da classe operária? Que é da iniciativa que permita estender a mão aos trabalhadores gregos na luta comum contra os ditames da UE (pois só o laço com a classe operária europeia pode ajudar a classe operária grega)? Que é da ligação entre os trabalhadores gregos e os trabalhadores ingleses: da sua ligação aos trabalhadores franceses, italianos, polacos e outros?

Tais iniciativas dariam uma resposta política à UE, permitiriam a ruptura com a UE na forma de primeiros passos para a unidade operária transfronteiras. Poderia isso tomar porventura a forma de um comité de ligação, talvez mais do que isso? E, nessa luta, a perspectiva de uma vitória contra a UE, pela Europa das nações independentes e soberanas poderia deixar de ser uma fórmula abstracta e indicar as primeiros passos para dar contornos a uma saída da prisão da UE, em direcção a uma resposta positiva à crise da Europa, que só pode vir dos próprios trabalhadores, reflectindo o conteúdo dos Estados Unidos Socialistas da Europa. É que só palavras de ordem transitórias dirigidas para os Estados Unidos Socialistas da Europa e que abram perspectivas, só olhares virados para as possibilidades de uma Europa dos trabalhadores poderão abrir tal caminho.

No entanto, e aqui estou de volta ao meu ponto de partida, para isso as massas, neste exacto momento, na Europa, precisam da Internacional (do partido operário internacional); precisam da Internacional Operária e dos seus partidos operários ou dos seus núcleos pela Internacional Operária, seja qual for a sua forma nos vários países.

Estas relações dos trabalhadores europeus entre eles não podem vir apenas das lutas de natureza sindical, só podem ser obra de um partido operário que deseje ajudar as massas a superar os obstáculos à sua luta. Actuando desta forma, será possível abrir uma perspectiva mesmo aos que hoje votam por “um movimento pela França insubmissa”, manifestando assim a sua rejeição de Macron, do seu programa e da UE.

Há muito tempo que pergunto a mim mesmo: porque não agiram deveras neste sentido a Internacional, o seu secretariado internacional ou europeu?

**20 de Julho de 2017**  
**Patrick Wielandt**

## **Assina**

### ***A Internacional***

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional)

**Assino *A Internacional* por 6 números : 24 euros**

Apelido, nome:.....

Endereço.....

Endereço electrónico .....

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 34 rue Villiers-de-l'Isle-Adam, 75020 Paris